ÉMERSON NEVES DA SILVA
SOLANGE TODERO VON ONÇAY
ORGANIZADORES

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFFS

TRAJETÓRIAS, ALCANCES E DESAFIOS

ÉMERSON NEVES DA SILVA
SOLANGE TODERO VON ONÇAY
ORGANIZADORES

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFFS

TRAJETÓRIAS, ALCANCES E DESAFIOS

SUMÁRIO

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE POPULAR[1]

Walter Frantz[2]

O presente capítulo decorre de vivências, experiências e leituras, com o objetivo de dar suporte a uma reflexão sobre extensão universitária. Portanto, afirma pontos de vista que, por isso, podem ser contestados. Afinal, não é preciso que todos tenhamos ponto de vista igual sobre as mesmas coisas. Porém, penso que é preciso ter referências que fundamentem nossas posições e pontos de vista em diálogo ou confronto. A instituição de um processo dialógico, em contextos sociais complexos, não se dá por via de um pensamento único, especialmente quando se trata de ações e práticas sociais em contextos complexos. Seria o *fim da história* se todos pensassem o mesmo, vivendo em uma sociedade caracterizada por desigualdades, paradoxos e contradições. A diversidade produz pensamentos e posicionamentos diversos; produz novos conhecimentos.

Em um sentido mais geral, uma sociedade pode ser definida como um campo de relações intersubjetivas, condicionadas por interesses e forças em concorrência ou cooperação. Portanto, em uma sociedade, podemos identificar processos sociais mais associativos ou mais concorrenciais, perpassando cultura, comportamentos e práticas de vida presentes, por exemplo, no campo da educação, da política ou da economia. As práticas de extensão universitária também não "fogem da natureza" desses processos.

O texto que segue incorpora reflexões já ditas e escritas, em diferentes oportunidades de expressão – como publicações e palestras – daquilo que penso sobre

---

1 Texto de palestra proferida no I Seminário Integrador de Extensão, da UFFS, em 27/09/2016, no *Campus* Chapecó-SC.

2 Professor do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, da UNIJUÍ.

universidade como espaço histórico de atuação dos seres humanos e, portanto, sobre extensão universitária. Ideias e conceitos não caem do céu. São expressões que nascem das vivências e experiências da vida em sociedade. Resultam das interações e interlocuções do agir humano. São complexas formas de expressão de pontos de vista, em cuja "formulação" se fazem presentes necessidades, desejos e interesses, condições de vida, de meio ambiente, de experiências individuais e coletivas de inserção no mundo.

Concordo com a socióloga e professora Getraude Mikl-Horke (2001) de que conceitos e teorias têm sua história interna, externa, profissional e subjetiva, moldando a interpretação da realidade e de que estão sujeitos a processos sociais, que determinam seu sucesso ou esquecimento. Os seres humanos em relação social, nos espaços dinâmicos da vida e de suas diversas manifestações, constroem interpretações, explicações, elaboram conceitos e teorias. Com a conceituação de extensão universitária, de certo modo, não é diferente. Existem diferentes concepções, que alimentam reflexões e debates, tendo por trás visões e compreensões de mundo. Isto é, um mundo como algo construído. E, acima de tudo, um comprometimento com a construção de uma sociedade que se deseja para nela viver. Portanto, trata-se de um conceito histórico dinâmico e complexo, mas que cada sujeito também traduz, segundo suas compreensões, em suas práticas específicas. Além das dimensões coletivas e objetivas de um projeto, as práticas da extensão universitária também carregam as marcas de seus sujeitos.

Minha experiência de universidade e extensão universitária é marcada pelo trabalho, especialmente junto à agricultura familiar, suas experiências associativas e organizações cooperativas, na região de atuação da Unijuí, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de atuar sobre a realidade em questão. Trata-se de uma experiência histórica de enraizamento e inserção em contexto social definido. Atuo no espaço da universidade há décadas e, em grande parte, essa atuação esteve vinculada às atividades de extensão. O projeto histórico da Unijuí revela um processo por constituir a força do lugar, principalmente pela via da extensão universitária. Trata-se, assim, também, de uma experiência política de inserção local.

As questões do associativismo e do cooperativismo têm sido o núcleo de minhas atividades de extensão. A questão da cooperação, inerente ao movimento cooperativo, é objeto de estudo por parte de diferentes teorias, nascidas dos

diversos campos do conhecimento e que, de certo modo, moldam e condicionam suas explicações. Ou seja, tem particularidades culturais e históricas que se fizeram e ainda se fazem presentes na dinâmica das atividades de extensão universitária. Portanto, não há neutralidade no fazer universitário da extensão.

Nascido em uma família de agricultores familiares, movidos pela possibilidade da cooperação, constituí essa questão como meu objeto de estudo. Foi a partir da atuação junto às iniciativas de associação e cooperação, na região noroeste gaúcho, que construí meu espaço de atuação profissional como docente e pesquisador, dedicando, ao longo de décadas, uma parte da carga horária de trabalho à extensão universitária, através de projetos de mobilização e organização social[3]. Atualmente, estou voltado à crítica e autocrítica em relação ao que fiz, ao longo do tempo da vida acadêmica e profissional, tendo como referência diferentes autores e teorizações.

Minha participação em processos de gestão universitária e de organizações cooperativas é objeto de reflexão crítica não com a intenção de negar as experiências do passado, mas aprender com elas. São experiências de tempo e lugar que podem contribuir para construir novos conhecimentos, que permitam a construção de caminhos a seguir. O historiador Jörn Rüsen (2007, p. 61) defende que "lembrar-se daquilo que era e de como se tornou o que é faz plausível, para o sujeito, tornar-se outro". Sob essa ótica, pode-se olhar para o passado como uma possibilidade de novas aprendizagens e, assim, qualificar-se como sujeito crítico dos processos sociais, que envolvem e marcam nossas vidas.

COMPREENSÕES DE UNIVERSIDADE

Antes de abordar concepções de extensão, especificamente, quero expressar meu conceito de universidade, pois essa compreensão condiciona e determina as práticas de extensão. Práticas são expressões de concepções que, por sua vez, nascem de práticas, afirmando uma dinâmica de relações dialéticas nas tramas do agir humano. A universidade é uma das muitas instituições da sociedade humana. É uma das expressões da sociedade e, como tal, reflete o seu contexto

3 FRANTZ, Walter. Movimento comunitário de base e cooperativismo: uma experiência de educação popular. *In:* STRECK, Danilo R. e ESTEBAN, Maria Teresa (org.). *Educação Popular:* lugar de construção social coletiva. Petrópolis-RS: Vozes, 2013.

histórico, isto é, aquilo que vai por dentro dela: paradoxos, rupturas, crises. Faz-se no movimento da sociedade.

Já no século XVI, Montaigne escrevia que "o mundo não é mais que um perene movimento" (COMPAGNON, 2015, p. 17). E nós fazemos esse movimento histórico a partir de nossas necessidades e interesses, que se expressam no campo da economia, da política, da ciência, da educação etc. A universidade, certamente, é um dos motores desse movimento, na medida em que produz conhecimento. O conhecimento gera forças que envolvem nossas vidas. Entendo que dessa concepção decorrem, imediatamente, duas compreensões: a universidade é um espaço político importante e expressa um movimento social que, sem o necessário conhecimento, corre o risco do ativismo e do fracasso. Por isso, é preciso colocar a extensão universitária também nessa perspectiva, pois, através dela, a universidade assume um lugar na dinâmica dos movimentos da sociedade. Expressa uma força do lugar, conforme nos ensina Milton Santos (1996).

As diferentes concepções de universidade podem ajudar a dar conta da reflexão com relação às vivências e experiências de ensino, pesquisa e extensão, feitas em contextos históricos específicos ou mesmo pessoais. Enfim, somos influenciados por valores e preferências, por uma visão de mundo e por motivações que orientam nossa reflexão e que têm suas raízes no contexto da sociedade, que se encarna em nós. Entretanto, cada tempo e lugar de vida contém possibilidades de reação, que podem ser espaços sociais para atividades de extensão universitária.

Primeiramente, é preciso ter claro que a universidade não é uma empresa. Uma empresa atua atrelada à rentabilidade de investimentos. O trabalho que nela se realiza é reduzido a uma pura dimensão econômica. Em uma universidade não se pode reduzir seus afazeres acadêmicos em atividades de negócio, os estudantes em clientes, a educação em mercadoria e os professores/as em colaboradores/as do capital investido. O emprego desses termos advém do mundo do capital, carrega significados e usos históricos que expressam concepções polêmicas de educação, nos diferentes níveis da formação humana (FRANTZ, 2016). São termos que carregam sentidos de fala, vinculada ao mundo do capital. Diz Habermas (2002, p. 67) que "um ato de fala revela a intenção do falante [...]". Assim, pode-se perguntar: o que revela o discurso que identifica ou confunde estudante com cliente e educação com mercadoria?

A universidade, antes de ser instrumento a serviço de interesses e valores econômicos, é uma instituição de valores de vida, uma organização voltada à ciência e ao conhecimento, que são objetivos bem mais amplos que a materialidade do campo da economia. Ela tem seu ritmo e seu tempo vinculados a esses objetivos, diferentes de uma organização voltada à rentabilidade econômica. Entretanto, a universidade também não pode desconhecer a base material da vida e os seus desafios de gestão, que provêm do campo da materialidade econômica e financeira. Disso decorre sua peculiaridade: ela é uma organização complexa, tanto em seus processos de gestão como em seus sentidos de existência e atuação. Reconhecer e pensar criticamente sobre isso, com certeza, é desafiador. Reconhecer seu contexto de atuação nas relações econômicas próprias de sua sustentabilidade material não significa atrelar-se ao contexto do mercado. Esse parece ser o núcleo criativo de uma gestão de universidade. Talvez isso seja mais desafiador do que instrumentalizar ou submeter, simplesmente, as suas práticas ao contexto das relações econômicas, buscando programar e implementar estratégias de concorrência.

Penso que a universidade não deve ser compreendida e conduzida por uma visão economicista ou por objetivos prático-utilitaristas, que a submetem aos interesses do mercado como se fosse uma organização de negócios. O horizonte da universidade vai muito além dessa conceituação e nisso se fundamenta seu compromisso social. A universidade não deve ser submetida aos interesses econômico-financeiros do mercado, mas também não deve desconhecer a realidade de que ela, hoje, funciona no contexto do mercado de lógica capitalista. Do reconhecimento dessa realidade, nascem os maiores desafios, não só postos aos seus dirigentes, mas a todos os integrantes da comunidade acadêmica. Tal reconhecimento e compreensão, certamente, são fatores fundamentais ao núcleo da gestão universitária, isto é, de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A universidade constitui um laboratório de construção de conhecimento em busca de compreensão e respostas aos mais diversos fenômenos naturais e sociais. Seus instrumentos para isso são as ciências, entendidas como campos dinâmicos em constante reconstrução. No entanto, um constante risco que se corre é o de querer promover a transmissão da certeza no lugar da busca do conhecimento. A universidade não pode adormecer na ilusão ou convicção de possuir a verdade. O núcleo da sua cientificidade deve ser a constante busca, a

argumentação, o diálogo entre os que se dedicam à pesquisa, à construção do conhecimento e da ciência, ao ensino e à extensão.

Entendo que a universidade é, acima de tudo, um lugar de conhecimento, produzido no embate das divergências, da argumentação, não no sentido da derrota do outro, mas com o objetivo de ampliar a compreensão da realidade para transformá-la. A argumentação deve ter um sentido epistemológico, mas também de construção e reconstrução da universidade como instituição de valores e de sentidos de vida.

Porém, atualmente, é comum reduzir a noção de conhecimento às questões tecnológicas, à materialidade da vida. Não é um erro em si, mas um estreitamento de sua compreensão e sentido. A questão do conhecimento é mais ampla e complexa que isso. O conhecimento envolve e condiciona a vida, sob os mais diferentes modos do viver. Não faz sentido desenvolver ciência, produzir conhecimento, se não for para amparar a vida. Ou seja, o conhecimento deve estar comprometido com a vida em todas as suas formas e dimensões. O desenvolvimento científico e tecnológico só faz sentido às sociedades humanas quando comprometido com a vida. Mas nem sempre foi ou é assim. Ao fazer referência aos processos colonizadores, Feyerabend (2011, p. 22) chama atenção de que "a ciência ocidental até agora criou os mais eficientes instrumentos de extermínio". Afirma que a imposição do progresso e dos costumes das nações colonizadoras destruiu culturas e mentes "sem uma única olhadela em sua direção".

Entendo ser a universidade, também, um espaço privilegiado para cultivar a memória da humanidade e, assim, constituir-se em um olhar para o futuro. A universidade está na relação entre passado e futuro. Cabe à universidade interpretar o mundo, o seu movimento; cabe a ela produzir conhecimentos a respeito das consequências desse movimento. Em seu meio mais imediato, porém, a partir de seus sentidos e significados mais amplos, deve se constituir em núcleo de formação e qualificação de seus cidadãos, seja para o trabalho, para a política, para a cultura, etc. Porém, na condição de instituição e núcleo formador, não deve substituir os cidadãos em seus lugares na política, na economia, na cultura. A atuação da universidade deve incorporar, na medida do possível, todas as dimensões da vida com todo o seu sentido ecológico. Deve ser um lugar onde o ser humano possa cultivar sua capacidade de olhar, de modo crítico, sobre si mesmo e sua atuação. A universidade deve orientar-se pela capacidade da dúvida, da pergunta, estimulando a produção de conhecimento, em escala

mais ampla possível, da sociedade, como resposta aos seus problemas e desafios. Assim, certamente, não pode ser um lugar de certezas e respostas, mas de produção do conhecimento.

Thomas Kuhn (2005) ensina que, no caminho da ciência, da produção do conhecimento, estão crenças, erros, frustrações, anomalias, problemas, quebra-cabeças, constituindo uma complexidade processual que faz avançar o conhecimento. Acredito que nesse processo se produz e consolida o sentido do compromisso social de uma universidade e de suas práticas de extensão. Enfim, a discussão sobre o papel e a função social da universidade são temas recorrentes no contexto do debate sobre a universidade brasileira (CUNHA, 2007).

A QUESTÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária está na lei, isto é, as atividades de extensão se constituem em práticas inerentes ao fazer universitário, assim como o ensino e a pesquisa. Todos sabem que, de acordo com o artigo 207 da Constituição Federal, as universidades brasileiras devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Não se trata de uma mera questão de legislação ou mesmo de controle de atividades do fazer universitário, mas explicita o lugar da universidade na sociedade brasileira. A indissociabilidade, além de sua natureza paradigmática e epistemológica, expressa o sentido das políticas públicas com relação ao fazer universitário. Certamente, a extensão depende do que vai por dentro do fazer universitário e da concepção que se tem de universidade.

A partir dessa primeira constatação, arrisco afirmar que, quando se "desleixa" a prática da extensão, corre-se o risco de estreitar todo o *fazer universitário*. Entendo que a extensão revela as características e a natureza de cada projeto universitário institucionalizado, talvez, mais do que o ensino e a pesquisa, pois revela do que se pensa e se pratica nos espaços do ensino e da pesquisa, considerando-se a universidade como uma *força do lugar*.

A extensão, especialmente articulada com a pesquisa, pode ser compreendida como uma ação-reflexão no processo de desenvolvimento da sociedade. A extensão vivifica a relação da universidade com a sociedade, principalmente em âmbitos locais ou regionais. As relações da universidade com a sociedade pelas práticas de atuação concreta, voltadas para necessidades sociais, reforçam esse

caráter de promoção do desenvolvimento setorial, local ou regional. Penso que a extensão, na prática, tem o sentido concreto desse desenvolvimento.

Entendo que não há prescrições específicas, por parte do contexto legal da Constituição Federal, em relação às práticas de extensão. Entretanto, não se trata de eventual opção dada às universidades. Trata-se de atividade que integraliza e completa a existência de uma universidade. No meu entendimento, ensino, pesquisa e extensão são (ou deveriam ser) atividades em níveis idênticos e entrelaçados, considerando-se a razão de ser da universidade, embora nem sempre seja essa a percepção corrente sobre as atividades de uma universidade.

Penso que, sob o ponto de vista da lei maior, a extensão constitui uma responsabilidade institucional. O termo responsabilidade traz implícita a ideia de obrigação. A questão da responsabilidade está mais para o campo da legislação, das relações legais. A responsabilidade implica uma relação de perfil mais jurídico, de enquadramento em uma determinada ordem legal ou constitucional. As ações que dela decorrem são do campo das obrigações legais da universidade. Trata-se de atribuições que não podem deixar de ser assumidas, legalmente.

Ao trazer o conceito para a prática, pode a extensão ser definida como o *elo* entre a universidade e a sociedade, constituindo uma linha de inserção nos meios populares, atendendo responsabilidades e compromissos, na condição de instituição pública. Talvez se possa dizer, ainda, que a extensão constitui a possibilidade de maior inserção da universidade nos movimentos da sociedade. Se essa possibilidade foi ou está sendo bem aproveitada, nas diferentes universidades, não tenho como afirmar a *priori*. No entanto, em relação à abertura da universidade às camadas populares, muito recentemente, começou-se a romper barreiras de acesso às chances sociais e profissionais pelo ensino e, certamente, isso pode ter reflexos também no campo das atividades práticas da extensão. Ou, pelo menos, constitui um desafio às políticas de gestão universitária.

Entretanto, é comum se deparar com uma interpretação que vai pela compreensão "reduzida" de colocar a universidade a serviço de projetos empresariais, que têm o objetivo de produzir vantagens nas relações de mercado. Não vejo problemas nisso, considerando que estamos em uma economia de mercado, desde que não se reduza o *elo* entre universidade e sociedade apenas a isso. É bom não esquecer que a visão economicista reduz o conceito do ser humano sobre si mesmo e reduz o sentido da vida, à medida que o individualiza de forma egoística e concorrencial em sua subjetividade. Certamente, o conceito e a compreensão

sobre o papel e as práticas próprias de uma universidade não ficam imunes, frente a essa visão. Por isso, é importante perguntar a respeito de que lugar ou sob a ótica de qual função social se fala de responsabilidade e de compromisso social, por parte de uma universidade.

Quando se constitui uma universidade, não se trata de realizar apenas um sentido dado pelo objetivo da legislação, que, aliás, não é neutra. Escreve Bourdieu: "O direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem [...]" (2001, p. 237). Sabemos que o arcabouço jurídico-legal que institui sua responsabilidade é algo produzido e nisso está também algo de seu sentido político. Portanto, na prática da organização e do funcionamento de uma universidade, a responsabilidade e o compromisso entrelaçam-se, caracterizando e revelando o projeto e o fazer universitário. Revela forças e poderes em ação, localizadas na dinâmica dos movimentos da sociedade.

Sem dúvida, hoje, um dos discursos sobre o fazer universitário, seja ensino, pesquisa ou extensão, parte da preocupação com a necessidade de viabilizar a lógica do sistema da economia capitalista. Nasce do esforço por costurar uma nova roupagem social e política à penetração da cultura da ordem econômico-social vigente no processo de formação do pensamento social e da psique humana e que tem na produção e no consumo o seu núcleo articulador. Existe um esforço político, por parte de organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial, de colocar a universidade e a educação a serviço deste sistema, que tem o individualismo e a concorrência como estratégias de constituição das relações sociais, especialmente, no mundo do trabalho.

Adverte Guattari (2000) que, da lógica capitalista, nasce uma ampla estrutura de controle social – com o sentido da conformação – que não se reduz apenas ao poder de apropriação da mais-valia econômica, mas à apropriação do próprio modo de ser das pessoas com objetivo de viabilizar, social e politicamente, a ordem do sistema econômico de perfil neoliberal. Dardot e Laval, sociólogos, entendem que "o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida" (2016, p. 6).

Vivemos em uma sociedade na qual a concorrência é o princípio ordenador das relações sociais, nos diferentes espaços da vida dos seres humanos. Vivemos em uma economia de metas, submetidas ao processo de acumulação e

expansão pela concorrência, regida pelo princípio da ilimitação do poder e da ação humana sobre a natureza e os próprios seres humanos, conforme discutem Dardot e Laval (2016).

Assim, para a maioria da população, é cada vez mais seletivo o caminho da inclusão econômica pelo mercado de concorrência capitalista, na qual a ilimitação de metas passa a ser a estratégia de condução das condutas dos indivíduos. Metas essas que veiculam a lógica da expansão, acumulação e concentração econômica.

Diante disso, penso sermos desafiados à construção de novos referenciais para nossa atuação no contexto de relações sociais concorrenciais, contrapondo-nos ao princípio da ilimitação de metas, comprometido com a lógica da acumulação e concentração de capital, que não tem a vida como referência e valor primeiro.

Dardot e Laval (2016, p. 402) entendem que:

> Cabe a nós permitir que um novo sentido do possível abra caminho. O governo dos homens pode alinhar-se a outros horizontes, além daqueles da maximização do desempenho, da produção ilimitada, do controle generalizado. Ele pode sustentar-se num governo de si mesmo que leva a outras relações com os outros, além, daquelas da concorrência entre *atores autoempreendedores*.

Isto é, entendendo-se como empresas de si mesmos, através de uma concorrência individual e ilimitada com os outros.

Ao lado do discurso da viabilização da ordem econômica dominante, entendo, porém, que nasce outro discurso, que tem origem nos limites e na própria crise do sistema hegemônico; tem origem na finitude ambiental, na necessidade da paz social e da convivência política; nasce da necessidade de tratar das contradições sociais e ambientais. Na visão do sociólogo Ulrich Beck, na avançada sociedade industrial, a produção e distribuição de riquezas vêm acompanhada de grandes riscos. Beck (2010, p. 23) afirma:

> Na modernidade tardia, a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos. Consequentemente, aos problemas e conflitos distributivos da sociedade da escassez sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos.

Em 2006, Wiegandt, ao prefaciar o livro de Jäger, escreveu: “Nós nos desviamos do caminho de sucesso inicial com muito progresso e nos encontramos em

um caminho equivocado de ameaças com riscos imprevisíveis" (WIEGANDT apud JÄGER, 2007, p. 9)[4]. De acordo com Wiegandt, o Planeta não suporta mais o modelo de desenvolvimento, embasado em objetivos e metas de maximização do lucro e da acumulação do capital. Afirma que o maior perigo vem da crença de uma possibilidade de um ilimitado crescimento econômico, por parte dos políticos e líderes empresariais, que acreditam nas inovações tecnológicas como respostas para todos os desafios sociais, hoje e no futuro. Observa ainda que uma sociedade que queira, seriamente, orientar-se por um desenvolvimento sustentável, não pode prescindir de atores sociais críticos e criativos, dispostos ao debate e às ações (apud JÄGER, 2007). Certamente, sob esse olhar crítico, abre-se um espaço de inserção social da universidade, a partir das suas atividades de extensão.

O desenvolvimento sustentável pede um processo profundo de transformação cultural, política e econômica, em relação ao uso da natureza, do capital e do trabalho, em favor da produção de bens materiais de vida (JÄGER, 2007). O processo de sustentabilidade deve ser fundador e instaurador de uma nova cultura, de uma nova política, de uma nova economia, em favor da qualidade de vida, resultado do respeito ao ser humano e à natureza (JONAS, 2006). Esse processo deve começar pelo cuidado de si, pelos círculos mais próximos das relações sociais e ambientais, isto é, pelo local. Os seres humanos constroem conhecimento e se educam nos espaços concretos das relações sociais.

Inserir-se no processo de desenvolvimento, sob essa visão, significa vitalizar as relações de um triângulo, que D'Ambrósio (2001) chama de triângulo da vida, formado pelas relações entre o indivíduo, a natureza e a sociedade, cujos valores são o respeito ao outro, a solidariedade com o outro, a cooperação com o outro. Nesse processo, por essas relações, acontece aprendizagem e educação. A vitalização e a dinamização das relações e dos valores do triângulo da vida, no meu entender, devem ser a base de todo o processo pedagógico, de aprendizagem, do processo de gestão política do desenvolvimento. Na fronteira da dinâmica desse processo estão as pessoas e as instituições, ou seja, cada um está na dinâmica do processo, como indivíduo e como ator social de uma organização, de uma associação humana, no caso, a universidade.

---

4 Tradução livre do original alemão: Wir sind vom frühen Weg des Erfolges mit vielen Fortschritten abgekommen und befinden uns auf einem Irrweg der Gefährdung mit unübersehrbaren Risiken.

Na sociedade de risco, o aperfeiçoamento das capacidades de saber lidar com situações de risco, torna-se, conforme Beck (2010, p. 93), "uma atribuição básica das instituições pedagógicas". Nesse sentido, Morin (2000, p. 11) propõe um ensino educativo, cuja missão não é transmitir "o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre".

Certamente, desse cenário nascem novos desafios às ciências e às práticas sociais, dentre as quais a educação como um processo político de construção crítica de conhecimentos. São desafios, sem dúvida, colocados aos pesquisadores, aos educadores, às universidades, através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, uma das primeiras atividades de extensão e de uma universidade popular deve ser a produção e a promoção do conhecimento a respeito do mundo em que se vive. Aqui, entendo mundo como aquilo que é construído, ao longo do tempo, pelos seres humanos, através de suas relações culturais, sociais, políticas, jurídicas e econômicas. Trata-se de um conceito que, portanto, contém a possibilidade como categoria histórica.

Afirma Mafra (2008, p. 11) que "a possibilidade como categoria histórica redimensiona a esperança e as formas de intervenções e invenções sociais". Entendo que podemos constituir um lugar à extensão universitária como uma prática comprometida com um mundo mais associativo e inclusivo em favor da vida, isto é, que possibilite *outros horizontes, além daqueles da maximização do desempenho, da produção ilimitada, do controle generalizado*, conforme propõem Dardot e Laval.

Wallerstein (2007, p. 27) afirma, porém, que a construção de alternativas reais ao sistema-mundo vigente "não se concretizará de modo automático ou inevitável". Assim, impõe-se o debate sobre que tipo de sociedade se quer, isto é, sobre o seu desenvolvimento, os instrumentos e as ações a serem realizadas. Mais que um olhar para o individual é preciso um olhar para o coletivo, que permite a percepção da possibilidade como categoria histórica.

Entendo que práticas de extensão dependem de visões e convicções sobre o fazer universitário e, assim, dependem de políticas de gestão e de criatividade humana. Suas práticas serão as mais diversas. No entanto, devem ter como referência política e social um compromisso com o mundo que queremos construir para nós e nossos filhos. Disso decorre a base ética da extensão universitária. Ou

seja: ter a ética da responsabilidade e do compromisso com o outro, com a humanidade; ter como princípios de vida a suficiência e a transcendência, orientados por um pensamento crítico que oportunize rupturas no processo de dominação da vida pelos interesses e objetivos vinculados à possibilidade de um ilimitado crescimento econômico.

Hoje, o desafio que se impõe é o de "reverter" o encontro entre o ser humano e a natureza, submetido à lógica do capital e do consumismo, sem, contudo, negar o desenvolvimento humano. Apesar do avanço e das conquistas da ciência, a humanidade parece longe de superar suas contradições sociais e ambientais, que advêm do mundo da economia. Esse processo requer a presença ativa da universidade.

O economista Tomás Sedlácek (2012) chama a atenção para a necessidade de rever conceitos econômicos, que levam ao consumismo. Chama atenção para a necessidade de uma consciência menos consumista, considerando as sociedades e pessoas que têm acesso a mais do que necessitam. Na visão do autor, a economia contemporânea "deve abrir mão da constante insatisfação, desistir da escassez socioeconômica, gerada artificialmente, e redescobrir a satisfação, a paz e a gratidão pelo que temos" (SEDLÁCEK, 2012, p. 400).

O termo compromisso com o outro – mais enraizado e fundamentado no campo da política, no sentido grego da palavra *politikós* – implica a noção de movimento social, de relação política. Sob essa ótica, a universidade sai de seu lugar institucional legal, de sua responsabilidade, e vai ao encontro da sociedade, de sua comunidade de inserção. Isto é, no caso, às camadas populares e, assim, estabelecem-se relações associativas e cooperativas, que extrapolam as atribuições legais da sua responsabilidade social. O compromisso social e político traz implícita a ideia de adesão, de cooperação, de opção. As ações decorrentes do compromisso social são do campo da política da universidade, de seus dirigentes, docentes e técnicos.

O compromisso social traz implícita a concepção de que o mundo dos seres humanos é construído, que não é determinado, que há lugar para a possibilidade, para a superação, para a ação e interação de sujeitos críticos. Por isso, o compromisso social desafia a iniciativa e a criatividade daqueles que são responsáveis pelo fazer universitário. O compromisso social implica a ampliação da cidadania de seus agentes e a ampliação da esfera pública das instituições. É no campo do compromisso social, especialmente, que uma universidade traça

sua peculiaridade institucional e expressa melhor sua natureza pública. Entendo que uma característica fundamental de uma universidade popular é a de colocar a ciência a serviço da vida. É na processualidade das práticas desse compromisso que se constitui a universidade popular. Ela não é tanto um produto da lei, mas da opção política por outra sociedade, orientada por *outros horizontes*, que não sejam os do modelo de desenvolvimento, embasado em objetivos e metas de maximização do lucro e da acumulação do capital, em desfavor do cuidado com a vida. Na dinâmica do processamento do compromisso social, abre-se espaço para a extensão universitária.

Aqui, pode-se perguntar pela raiz do discurso sobre a prática do compromisso social da universidade? Penso que a raiz desse discurso se encontra nas preocupações com as condições de vida, especialmente, da vida humana, com o destino da humanidade. Não se pode falar de compromisso social, sob o ângulo da vida, sem pensar no futuro, sem olhar para o futuro, inclusive, considerando os riscos que vêm do campo da ciência, pois, no bojo do desenvolvimento científico-tecnológico, também está um risco, uma insegurança. Trata-se de riscos produzidos pelos seres humanos.

Segundo Beck (2010, p. 15), na sociedade industrial, "as forças produtivas perderam sua inocência. O acúmulo de poder do 'progresso' tecnológico-econômico é cada vez mais ofuscado pela produção de riscos". Ao longo dos séculos de ciência positiva, atrelada aos interesses econômicos, a vida dos seres humanos foi "drenada" pelos sulcos das teorias com pretensão de certezas absolutas, restando-lhes, tantas vezes, apenas a dimensão economicista. Adverte o sociólogo italiano Pietro Barcellona (1999) que, hoje, reduz-se a sociedade a puro fato funcional, em que o estar junto parece não ter outra razão de ser, além do produzir e do consumir, e em que o indivíduo não entra em relação com os outros como pessoa, mas em função da produção e do consumo, determinando-se, assim, uma drástica redução do ser social ao ser econômico, e tudo o que permanece fora deste quadro não tem qualquer visibilidade geral.

Em 1976, Erich Fromm (2011, p. 24) escreveu:

- A satisfação irrestrita de todos os desejos não é conducente ao bem-estar, nem é via para a felicidade ou mesmo para o máximo prazer.
- O sonho de sermos senhores independentes de nossas vidas terminou quando despertamos para o fato de que todos nos tornamos peças íntimas da máquina burocrática, com nossos pensamentos, sentimentos e

gostos manipulados pelo governo, pela indústria e pelas comunicações de massa que controla tudo.

- O progresso econômico continuou restrito às nações ricas, e o fosso entre as nações ricas e pobres amplia-se cada vez mais.
- O próprio progresso tecnológico ensejou perigos ecológicos e riscos [...] os quais podem acabar com toda a civilização e possivelmente com toda a vida.

Em consequência, apesar do grande avanço do conhecimento, da ciência e da tecnologia, em âmbito planetário, vive-se um cenário de contradições, em termos sociais e naturais, que se expressa em diferentes crises. No horizonte dessa visão, impõe-se a necessidade de ruptura do *status quo* e da construção de algo novo, de uma alternativa que seja acolhedora à vida. Edgar Morin (2015) fala de uma nova civilização[5]. Na visão de Beck (2010, p. 23), na avançada sociedade industrial, a produção e distribuição de riquezas, assim como os alimentos, vêm acompanhadas de grandes riscos.

Afirma Beck (2010, p. 89): "Quem simplesmente utiliza as coisas, tomando-as como elas se lhe apresentam, tão somente respirando, comendo, sem se perguntar sobre a realidade tóxica oculta, é não apenas ingênuo, mas ignora as ameaças que o assolam, expondo-se, assim, imprecavido, a elas". Aqui está um dos grandes desafios à educação e as suas instituições, em uma sociedade em risco, desde a produção de consciência até a de conhecimentos e, consequentemente, poder de atuação, na sociedade.

O físico inglês Stephen Hawking, em entrevista ao El País[6], adverte que todos somos desafiados a desenvolver conhecimentos:

> Es importante que todos tengamos buenos conocimientos de ciencia y tecnología. La ciencia y la tecnología están cambiando drásticamente nuestro mundo, y es fundamental asegurarse de que esos cambios se producen en las direcciones correctas. En una sociedad democrática, eso significa que todos tenemos que tener unos conocimientos elementales sobre ciencia, de manera que podamos tomar nuestras propias decisiones con conocimiento de causa y no dejarlas en manos de expertos.

5 Disponível em: http://www.elcorreo.eu.org/Edgar-Morin-Una-civilizacion-trata-de-nacer?lang=fr. Acesso em: 09 set. 2016.

6 Disponível em: https://www.facebook.com/MIM.museo/posts/893266180721071. Acesso em: 09 set. 2016.

Entendo que nisso está também uma das raízes da responsabilidade social, hoje, especialmente, de uma universidade popular. Aliás, essa deveria ser uma de suas características fundamentais: junto à população produzir e promover conhecimento, levando em consideração, principalmente, os saberes produzidos pelas gerações de vidas, diante de seus desafios no sentido de dar conta dos problemas sociais e ambientais e participar do nascimento de uma nova civilização, conforme discute Edgar Morin.

Balduino Andreola (2007, p. 67), a partir de referências críticas a Hegel, em razão da sua visão preconceituosa a respeito da África e América do Sul, adverte: "o mapa do mundo precisa ser redesenhado em nossas consciências e a história da humanidade deverá ser reescrita em nossas biografias e em nossa práxis pedagógico-política, emancipando-nos de todas as formas de colonialismo". Nesse sentido, já existem esforços de reconstruir o pensamento pedagógico latino-americano, em busca de elos que unam os seus povos (STRECK, 2010).

Reafirmo que "a universidade deve ser um campo de luta, pela via do ensino, da pesquisa e da extensão, em favor da superação das contradições do fazer humano. A universidade não pode conviver, silenciosamente, com os atuais rumos do desequilíbrio social e ambiental que ameaçam a sociedade humana contemporânea" (FRANTZ, 2016, p. 46). Diante dessa compreensão, portanto, a extensão universitária não se constitui em atividade neutra e, muito menos, haverá uma definição única do que ela seja, pois se fala sempre a partir de um lugar, de um tempo, de uma experiência de vida, de um projeto, que lhe dá o sentido de seus conteúdos.

Paul Feyerabend afirma: "Pessoas oriundas de antecedentes sociais diferentes abordarão o mundo de maneiras diversas e aprenderão coisas diferentes a seu respeito (2011, p. 21)". Se já não há unidade teórica, também, não existe neutralidade nos processos de elaboração das interpretações e explicações. E muito menos haverá neutralidade em ações de extensão universitária que, como poder simbólico, não é neutra.

REFERÊNCIAS

D'AMBROSIO, Ubiratan. Modernidade, Pós-modernidade e Educação. *Educação nas Ciências* – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências, Ano 1, nº 1, jan./jun. 2001. Ijuí-RS: UNIJUÍ, p. 103-116.

ANDREOLA, Balduino Antônio. A universidade e o colonialismo denunciado por Fanon, Freire e Sartre. *Cadernos de Educação*, FAE/PPGE/UFPel, Pelotas [29]: 45-72, jul./dez. 2007.

BARCELLONA, Pietro. Triunfo do Ocidente e Decomposição da Práxis Vital. *In:* OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (org.). *Globalização, Regionalização e Nacionalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco*: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: 34, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

COMPAGNON, Antoine. *Uma temporada com Montaigne*. São Paulo: WMF Marins Fontes, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã:* o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica:* o ensino superior na república populista. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada:* o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo:* ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método.* 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

FRANTZ, Walter. Um olhar sobre a universidade. *In:* CALLAI, Helena Copetti (org.). *Educação nas ciências:* memórias de ideias e práticas. Ijuí: UNIJUÍ, 2016.

FROMM, Erich. *Ter ou Ser?* 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografias do Desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico:* estudos filosóficos. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

JÄGER, Jill. *Was verträgt unsere Erde noch?* Wege in die Nachhatigkeit. Frankfurt am main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2007.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade:* ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MAFRA, Jason. Utopia e projeto possível. *In:* TORRES, Carlos Alberto e outros. *Reinventado Paulo Freire no século 21*. São Paulo: Instituto Paulo Freite, 2008, p. 9-40.

MIKL-HORKE, Getraude. *Soziologie:* historischer Kontext und soziologische Theorie-Entwürfe. München; Wien: Oldenbourg, 2001.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita:* repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

RÜSEN, Jörn. *História viva:* teoria da história – formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SANTOS, Milton. A força do lugar. *In:* SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEDLÁCEK, Tomás. *Die Ökonomie von Gut und Böse.* München: Carl Hanser Verlag, 2012.

STRECK, Danilo R. (org.). *Fontes da pedagogia latino-americana*: uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a ciência social:* os limites dos paradigmas do Século XIX. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

EXTENSÃO EM AGROECOLOGIA: AS AÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Josimeire Aparecida Leandrini[1]
Cristina Sturmer dos Santos[2]
Gilmar Franzener[3]
Maria Eneida de Almeida[4]
André Luiz Radunz[5]

INTRODUÇÃO

A extensão universitária há muito tempo vem sendo negligenciada nas universidades, fato que se dá, principalmente, pela importância assumida pelos segmentos de pesquisa e ensino. Esse dado vem sendo reforçado pelas agências financiadoras e as instituições de ensino que valorizam nos concursos, artigos, relatórios, entre outros, na maioria das vezes, somente aspectos relacionados à pesquisa. Sendo balizado pela posição da Universidade diante da relação com a

---

1 Doutora em Ciências Ambientais. Bióloga. Professora adjunta da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul. Tutora do Grupo PET Políticas Públicas e Agroecologia. Contato: jaleandrini@uffs.edu.br

2 Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Assentada e militante do MST. Contato: cristinasturmer@gmail.com

3 Mestre e Doutor em Agronomia. Especialista em Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul. Contato: gfranzener@hotmail.com

4 Biomédica. Doutora em Saúde Coletiva (IMS-UERJ). Professora adjunta da UFFS – Campus Chapecó. Contato: maria.almeida@uffs.edu.br

5 Engenheiro agrônomo. Doutor em Agronomia. Professor Adjunto da UFFS – Campus Chapecó. Contato: andre.radunz@uffs.edu.br

produção de conhecimento descolada das realidades regionais. A extensão universitária é definida

> [...], sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

Esses elementos deveriam ser aplicados pelas instituições, porém, em geral, as universidades criam para si um universo muitas vezes particular, que é uma das influências das interações academicistas dentro das instâncias universitárias. Deve-se questionar, assim, qual o tipo, a forma e para que público as ações de extensão da universidade estão se dirigindo. Nesse sentido, Mussoi e Lenzi (2015) pontuam:

> Universidade "faz a Extensão que quer fazer" e não a que a Sociedade precisa. Se isto tem sentido, pode-se afirmar que, agindo desta forma a Universidade está longe de exercitar seu total potencial de intervenção junto a Sociedade para transformá-la (em benefício dela própria) (MUSSOI e LENZI, 2015, p. 105).

Nos últimos anos, iniciou-se um processo de intensificação da valorização da extensão, que passa a ocupar espaços dentro dos projetos político-pedagógicos das entidades de ensino superior, criam articulações mais fortes e concisas entorno da articulação com ensino e a pesquisa, ganham força editais de estruturação como o Programa de Extensão Universitária e a composição em determinadas entidades e atores sociais que criam mecanismos de pressão junto às instituições, trazendo suas demandas.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) surge em 2009 em um contexto de fronteira, numa região com 3,7 milhões de habitantes, em 396 municípios, na região administrativa da Grande Fronteira do Mercosul, articulando-se dentro de um movimento de luta e mobilização dos agentes regionais que confluirá com o movimento nacional ligado à política pública de interiorização das instituições de ensino superior federais. Assim, de acordo com Christoffoli *et al.* (2015),

> A UFFS surge de um movimento popular em defesa de um futuro alternativo para a região, da recusa dos camponeses e dos movimentos sociais rurais a se invisibilizarem como sujeitos políticos; da articulação campo-cidade, com lutas

> e manifestações defendendo o direito à educação superior popular, pública, gratuita e de qualidade na região (p. 120).

Após sete anos de funcionamento e diversas ações de ensino, pesquisa e extensão, a UFFS realiza um processo de reflexão sobre os resultados, limites e potencialidades que construiu dentro das suas experiências de extensão. Isso se faz essencial para que se fortaleçam os aspectos positivos e que se supere os inúmeros problemas vivenciados pela extensão. Um dos eixos prioritários de atuação da UFFS com foco no seu papel de promoção do desenvolvimento regional reside nas ações de Agroecologia, que se constitui um pressuposto para articulação da capilarização das ações no tecido social regional. A agroecologia como campo de atuação de ações práticas e teóricas pode ser materializada em três dimensões principais: "a ecológica (técnico, produtiva), a socioeconômica e cultural (de desenvolvimento endógeno, local) e a política (transformação socioambiental)" (GUZMÁN, 2013, p. 100, tradução dos autores), propondo-se a construir uma agricultura sobre bases sustentáveis e outras relações entre as sociedades e o ambiente. Assim, o objetivo geral deste capítulo consiste em estabelecer quais são os principais avanços, limites e perspectivas da extensão em agroecologia nesta Instituição.

Para tanto, foram solicitados à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura uma lista dos projetos e programas com foco na Agroecologia desenvolvidos pela UFFS que passaram por uma segmentação de acordo com suas modalidades – Curso de extensão, Programa de Extensão com relação Transversal com a Agroecologia, Programa de Extensão com foco em Agroecologia, Projeto de Articulação, Projeto Extensão com foco na Agroecologia, Projeto de Extensão com relação Transversal com a Agroecologia, Seminário Estadual e Seminário Regional em Agroecologia. A partir disso, fez-se um recorte no sentido de evidenciar as principais temáticas de atuação das atividades de extensão, bem como o público-alvo e as metodologias.

O capítulo organiza-se em três seções: uma dedicada a discussões sobre a agroecologia, transição agroecológica e os elementos de uma extensão universitária que contribui para esse processo; uma que foca nas ações e na agroecologia dentro da UFFS e da sua extensão universitária; e uma última com as principais impressões dessa curta experiência da UFFS com extensão em agroecologia.

AGROECOLOGIA E EXTENSÃO

As alterações que ocorreram no modelo de desenvolvimento rural a partir da década de 1950, com o estabelecimento da chamada revolução verde[6] como proposta para os diferentes arranjos socioambientais do meio rural, resulta no aprofundamento de várias contradições que catalisam efeitos negativos tanto ambientais, como econômicos e sociais (FAVARETO, 2006; PETERSEN *et al.*, 2009; MACHADO E MACHADO FILHO, 2014; CAPORAL *et al.*, 2009).

Em meados da década de 1980, com base nas críticas que derivam de uma realidade problemática e na intensificação das contestações ao modelo de produção das sociedades industriais e da agricultura convencional, ficam em evidência formatos de agricultura de base ecológica. Emergindo diversas expressões políticas, sociais, econômicas, culturais, ambientais e científicas em torno da construção de uma agricultura alternativa que visa ser sustentável (ALTIERI, 2004; GUZMÁN, 2013; FAVARETO, 2006).

Para a construção desse tipo de agricultura se pressupõe um manejo dos agroecossistemas integrando os componentes ecológicos e socioeconômicos. Para tanto, é necessário um novo paradigma em que as tentativas de construir soluções considerem as interações de todos os componentes citados dentro dos sistemas agrícolas e que incorporem o conhecimento acerca desses elementos existentes no nível local-regional (SARANDÓN e FLORES, 2014).

Nesse contexto, a agroecologia vem se consolidando como base científica para a construção dessa nova organização da agricultura, caracterizando-se, de maneira geral, pela incorporação de "ideias ambientais e de sentido social acerca da agricultura, focando não somente na produção, mas também na sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção" (ALTIERI, 1989, p. 28). Como campo do conhecimento científico, a agroecologia parte de uma abordagem sistêmica com foco em um redirecionamento que permita a construção de novas relações pautadas em outra possibilidade de coevolução social e ecológica. Para tanto,

6 Por revolução verde se compreende o modelo produtivo e ideológico estabelecido no pós-segunda guerra mundial que emprega um processo de "reciclagem" das tecnologias da guerra na agricultura, e uma modificação na racionalidade empregada na agricultura. Gerando por um lado, um impacto enorme na produtividade na agropecuária, e por outro, uma série de consequências negativas em diversas dimensões da sociedade (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014; SARANDÓN e FLORES, 2014).

> reúne, sintetiza e aplica conhecimentos da agronomia, da ecologia, da sociologia, da etnobotânica e outras ciências afins, com uma óptica holística e sistêmica e um forte componente ético, para gerar conhecimentos e validar e aplicar estratégias adequadas para projetar, manejar e avaliar agroecossistemas sustentáveis (SARANDÓN e FLORES, 2014, p. 56. Tradução dos autores).

Esses elementos não estão integrados às interpretações da agroecologia ao acaso. Eles resultam de um processo de construção histórica e material que obtém grande parte das suas percepções a partir de uma base crítica que emerge da resistência ao modelo hegemônico de agricultura e/ou enfrentamento do avanço do capital e de políticas estatais neoliberais sobre os territórios de camponeses e povos tradicionais (GUZMÁN, 2013).

A agricultura sustentável não pode ser limitada somente ao objetivo da obtenção de rendimentos duráveis, em longo prazo, obtidos com o uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas. Aqui melhor se delimitaria o que é chamado de agricultura orgânica, que, em seu sentido político, vem representando o processo apenas de "ecologização" da agricultura convencional, articulando o modelo da "revolução verde". A agroecologia apresenta potencialidade de contribuir para a construção de alternativas para a produção de alimentos e para resolução de diversos problemas da sociedade, fazendo-se central – pela complexidade e suas múltiplas – refutar alguns mitos sobre a agroecologia, uma vez que:

> Não é só um "estilo" da agricultura (orgânicos, biodinâmicos, natural, permacultura); Não é uma série de técnicas ou prescrições "verdes"; Não é sinônimo de um "retorno ao passado" tecnologias "pré-históricos" ou não nega nem ignora todas as contribuições da ciência e tecnologia moderna; Não significa "nenhuma intervenção" nos agroecossistemas, deixando tudo "natural"; Também não é aplicável apenas a determinados tipos de agricultores, em pequena escala ou escassos em termos de recursos (SARANDÓN e FLORES, 2014, p.62. Tradução dos autores).

Além da desconstrução de algumas visões e práticas limitadoras, a agroecologia possui inúmeros desafios, contradições e limites que necessitam ser superados. Um dos desafios é a modificação dos sistemas convencionais para sistemas de base ecológica. Há várias proposições teóricas e práticas sobre como esse processo poderia ocorrer de forma mais eficiente e generalizada, sem que se estabeleça consenso sobre o assunto. Alguns autores consideram necessária

uma ruptura dentro do sistema de produção e que ocorra uma transição total das produções e da unidade (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014); outros pontuam a possibilidade de transição parcial em um processo organizado em etapas de transição (GLIESSMAN, 2007; ALTIERI e NICHOLLS, 2007); ou, ainda, que apontem a necessidade um processo dinâmico que envolve concomitantemente as três dimensões que compõem a agroecologia aqui já referenciada (GUZMÁN, 2013).

Considerando o processo de construção histórico e material da agroecologia, de acordo com Santos (2016), torna-se possível resumir o estágio da projeção e das contradições ligadas a ela e aos alimentos ecológicos em cinco pontos que concerne ao tempo presente: (I) existe um fortalecimento de diversas organizações e movimentos sociais em torno da construção de uma agricultura sustentável que considerem a necessidade de uma perspectiva transformadora das dimensões sociais, culturais e políticas, e não apenas produtivas; (II) as instituições de ensino e outras figuras de pesquisa e extensão assumem espaços e se apropriam, em certa medida, do debate ligado à agroecologia como ciência, contudo nem sempre considerando sua perspectiva transformadora; (III) as políticas públicas vão se constituindo um eixo importante de articulação e fortalecimento das iniciativas ligadas à agricultura ecológica, mesmo que nem sempre tenham um caráter estruturante; (IV) o capital reage e incorpora parte dos movimentos de contestações reduzindo ao nicho de mercado de produtos orgânicos e na produção desses em larga escala dissociado de outras dimensões que não a produtiva; (V) por outro lado, desencadeia-se um aprofundamento do modelo da revolução verde com uma nova onda de avanço do capital com a transgenia e outros processos de maior artificialização na agricultura, calcados em estratégias de acumulação por expropriação.

A partir desses elementos se pontua a necessidade de debater amplamente questões ligadas a transição agroecológica e o modelo de extensão universitária que se pratica nos *campi* desta Universidade.

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Diante da complexidade da proposta da agroecologia se faz latente o estabelecimento de mecanismos para conversão dos agroecossistemas. Esses elementos podem ser agrupados dentro de processos de transição agroecológica. Dessa maneira, a transição agroecológica torna-se um "processo social orientado à obtenção de níveis mais equilibrados de sustentabilidade, produtividade, estabilidade e equidade na atividade agrária, utilizando estilos mais respeitosos com o meio ambiente" (COSTABEBER e MOYANO, 2000, p. 04). Como essência, a transição agroecológica possui um elemento de fundo relacionado com a articulação de alternativas para a saída da crise socioambiental, que põe em risco a reprodução socioeconômica de setores incluídos e excluídos do processo de modernização baseado na revolução verde. Esses setores construíram alternativas em suas unidades produtivas que em maior ou menor medida, buscaram "padrões poliprodutivos ou multifuncionais (em parte como resposta às incertezas dos mercados globalizados), havendo uma maior geração de externalidades positivas. Novamente, isso se traduz (ainda que indiretamente) em contribuições positivas para a sustentabilidade" (PLOEG, 2009, p. 29).

A transformação socioambiental para agroecossistemas sustentáveis deveria ser percebida como um processo que necessita da articulação entre as experiências agroecológicas com outros grupos sociais, para que se torne possível construir relações de diálogo e integração com a sociedade em geral (CAPORAL e COSTABEBER, 2002). Guzmán (2013) considera a articulação de cinco níveis de ação da agroecologia, que dialogam entre si e se integram desde a unidade de produção (transformações ecológico-produtivas) até o processo de articulação e enfrentamento do modelo hegemônico em nível global (transformações socioeconômicas).

Para que esse processo se efetive, existe a necessidade (entre outros elementos) da construção de tecnologias e assistência técnica. A visão hegemônica do desenvolvimento tecnológico, compreende a geração de tecnologia através de uma ideia abstrata denominada "demanda" do mercado. De forma que "a influência que governa o processo de inovação é a demanda de mercado; as inovações são em algum sentido "induzidas por" ou "desencadeadas" em resposta a demandas

pela satisfação de certas categorias de necessidades" (ROSENBERG, 2006, p. 290). Ora, trata-se de uma completa desvinculação da estrutura institucional e política do sistema econômico, uma vez que, durante todo o processo recente de avanço científico, são perceptíveis as influências de natureza continuada que direcionam a produção e geração de tecnologias (DUPAS, 2006).

Esse modelo de produção de tecnológica é implementado também na agricultura a partir dos anos de 1950, seguindo uma lógica de geração e difusão de tecnologia (GUZMÁN, 2013; MACHADO e MACHADO FILHO, 2014). De maneira que a tecnologia que fica à disposição no pós-segunda guerra mundial sofre adaptações e na forma de pacote técnico-produtivo é disseminada pelos países, tendo como pano de fundo "uma tática política do grande capital para introduzir o capitalismo no campo e gerar mais uma promissora fonte de reprodução no capital nos países da América Latina, Ásia e África" (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 53). Um dos elementos centrais para o sucesso desse processo é a promoção desse modelo pelas agências de assistência técnica em articulação com outras ações do Estado, especialmente o crédito subsidiado. Todo um mecanismo de extensão rural se estabelece pautado no processo de transferência de tecnologia, que reproduz uma lógica tecnicista e que reduz a forma de conduzir as atividades produtivas a simplificações e receitas que envolvem aporte de insumos químicos (agrotóxicos, fertilizantes, hormônios entre outros) e utilização de motomecanização. Assim, o progresso técnico nesses moldes ocorre no tripé baseado em transferência de tecnologia de forma difusionista, na qual existe "uma separação clara dos objetivos e responsabilidades entre os que 'criavam' tecnologias (pesquisadores) e os que as tinham de transferir (extensão)" (SARANDÓN e FLORES, 2014, p. 43. Tradução dos autores).

Nesse cenário, a pesquisa é desenvolvida em estruturas que não necessariamente expressam a realidade da maioria dos agricultores, uma vez que são realizadas com um estrito controle das variáveis, dentro de universidades ou estações de pesquisas. Dentro desse quadro, quando algo "novo" e "válido" é descoberto, ele é transformado em boa "tecnologia", sendo transferida para produtores que adotarão o que foi desenvolvido (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014; SARANDÓN e FLORES, 2014). Os problemas de implementação ou as falhas na difusão ou adoção dessa tecnologia foram atribuídas, muitas vezes, dentro dessa concepção ao "atraso" dos agricultores, "incapazes" para entender os supostos

benefícios da nova tecnologia oferecida (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014; SARANDÓN e FLORES, 2014).

A aplicação dessa lógica dentro da agricultura produziu avanços produtivos significativos em termos quantitativos, mas em outra medida trouxe efeitos negativos complexos, que não podem ser associados a problemas de "adoção tecnológica" dos agricultores. De forma que o termo "difusão" de tecnologia, principalmente no caso brasileiro, está imerso em significações políticas que remetem ao processo histórico e social pelo qual se realizou a transição do modelo de agricultura tradicional para um modelo com base na revolução verde. A lógica produtiva pautada no uso de agroquímicos, monocultivos, cultivos para fins não alimentícios com foco em exportação que ameaçam a soberania alimentar dos países, levam em conjunto danos irreversíveis sobre o ambiente e as pessoas.

Contramovimentos emergem diante do estabelecimento e aprofundamento desse formato hegemônico dentro da agricultura. Perspectivas de técnicos e famílias agricultoras que vão contrapor a forma como ocorre o processo de extensão rural que executa as ações de difusão de tecnologia. Essas proposições visam a superação da visão reducionista alocadas nas perspectivas da extensão que estão associadas a transformação do agricultor "em coisa", se propondo uma conotação levar, transferir, entregar, depositar, ou seja, há um sujeito que sabe e outro que desconhece, passivo (FREIRE, 1983). Dessas movimentações de famílias agricultoras, movimentos sociais, técnicos e pesquisadores com perspectiva crítica emergem metodologias mais participativas e integradoras de extensão rural e produção de outros tipos de tecnologia que se adaptem às realidades e necessidades locais.

É necessária outra lógica de construção e adoção de tecnologias quando se pretende adotar uma proposta pautada na agroecologia e em uma agricultura sustentável. Elementos importantes para a construção desses processos são: visões críticas às abordagens tradicionais, reducionistas e tecnicistas; incorporação das particularidades e diferenças regionais; aproximação da relação técnicos agricultores; resgate e potencialização dos conhecimentos obtidos histórica e social pelas famílias agricultoras, entre outros elementos que foquem a quebra e superação do paradigma hegemônico de geração e apropriação de tecnologias para o meio rural (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014; SARANDÓN e FLORES, 2014; CAPORAL *et al.*, 2009; COSTABEBER e MOYANO, 2000) .

O conhecimento agroecológico tem como elemento-chave processos pedagógicos pautados no uso e na experimentação que os agricultores vivenciam nas suas bases de recursos, conjuntamente ou não com técnicos e outros profissionais. Existem algumas experiências significativas com foco nesses elementos ligados a práxis das famílias agricultoras, que se organizam principalmente em processos participativos com uma infinidade de áreas e variações que prezam pela interação de famílias agricultoras, técnicos, movimentos sociais e outras organizações em uma proposta de diálogo dos saberes distintos. Assim,

> há diversas formas de participação social e um conjunto imenso de técnicas e dinâmicas que permitem a sua materialização, indo desde a consulta nos processos de intervenção em comunidades até a incorporação dos saberes e práticas dos agricultores nos processos de pesquisa, como na experimentação participativa (SANTOS, 2012, p. 09).

Essas formas de participação se traduzem em várias experiências práticas que remetem ao resgate e à utilização de sementes crioulas, aos processos de planejamento participativo, à recuperação coletiva de áreas degradadas e à construção comunitária de experiências produtivas (mutirões), entre outras. Metodologicamente, essas ações vão se pautar por um processo de pesquisa-ação que coloca uma ação de forma planejada, de caráter social/educacional/técnica a ser trabalhado de forma participativa (THIOLLENT, 2011). As ações de extensão universitária – para que não reproduzam o padrão hegemônico – devem se renovar e considerar novas bases para a construção de processos de transição agroecológica. Parte desse processo envolve uma integração das famílias agricultoras com os outros promotores da mudança tecnossocial. A seguir, discutem-se elementos da ação universitária da UFFS em torno da agroecologia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL E AS AÇÕES COM FOCO NA AGROECOLOGIA

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) na UFFS tem como missão compartilhar conhecimentos através de programas educacionais, culturais, sociais e tecnológicos, tendo como base a integração da Universidade com a sociedade em geral, contribuindo para o desenvolvimento regional e a melhoria

da qualidade de vida. Além disso, cooperar com a construção de novos conhecimentos e a integração da Universidade, em sintonia com as políticas definidas pelos conselhos superiores.

A PROEC organiza-se nos seis *campi* da UFFS através dos comitês de extensão e tem como papel fundamental promover ações relacionadas à extensão e contribuir na avaliação dos projetos.

No ano de 2016, a fim de avaliar suas ações e encaminhar novos rumos, a PROEC se propôs a realizar o I Seminário Integrador de Extensão composto por mesas temáticas que problematizaram a experiência de extensão desenvolvida pela Instituição nas seguintes áreas: Agroecologia; Cooperativismo, Economia Solidária e Incubação Tecnológica; Desenvolvimento Territorial; Juventude e Sucessão Familiar; Gênero e Organização Produtiva do Campo. A partir da significativa discussão, o diálogo das mesas resultou na organização de um livro. O GT de agroecologia, composto pelos professores Gilmar Frenzener (coordenador), Maria Eneida de Almeida, André Luiz Radunz, Cristina Sturmer dos Santos e Josimeire Aparecida Leandrini, fez um levantamento como são as ações da extensão em relação à agroecologia e como esta perpassa e se articula nos cursos de graduação nos seis *campi* da UFFS.

CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

A UFFS, fruto do processo de interiorização proposto pelo Programa de Reestruturação e Expansão Universitária (REUNI) das instituições de ensino superior federal, está presente no estado do Paraná, em Realeza e Laranjeiras do Sul; em Santa Catarina, em Chapecó; e no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, Cerro Largo e Erechim. O eixo de atuação da UFFS está na sua missão:

> 1. Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social;
>
> 2. Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno;
>
> 3. Promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande

> Fronteira Mercosul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso (UFFS, 2016).

É perfil da Universidade propor como eixo transversal a utilização da agroecologia e o diálogo e a interação com a comunidade e os movimentos sociais do tecido regional que integram a UFFS. Por mais que esses elementos apareçam nos documentos institucionais e projetos políticos pedágios dos cursos (PPCs), existe um imenso desafio em construir proposições práticas dentro dos cursos de graduação.

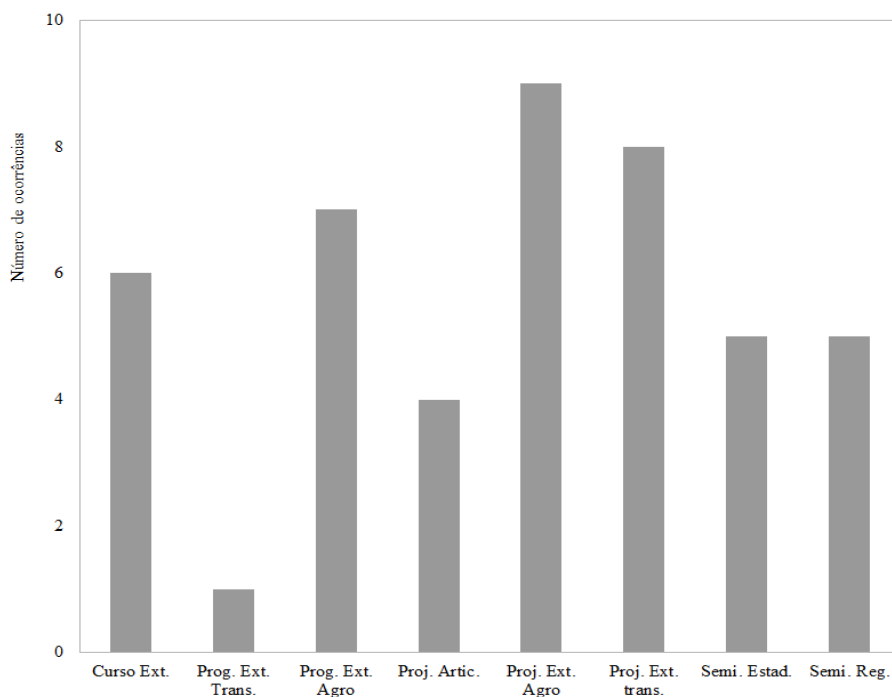
Com foco nas ações de ensino, pode-se observar o exemplo de cursos de graduação que dialogam com a temática da agroecologia: o curso de Agronomia, Linha de formação em Agroecologia, que está presente em quatro dos seis *campi* da Instituição; os cursos de Licenciatura e Educação do Campo, presentes em dois *campi*; o curso de Medicina nos *campi* Chapecó e Passo Fundo, que traz a discussão da saúde e perpassa a saúde do homem no campo e cidade cada dia mais afetada pelo uso de agrotóxicos e que exige novas formas de produção, entre outros. E também os programas de pós-graduação *stricto sensu,* como: Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, em Laranjeiras do Sul; Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental, em Erechim; Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, em Cerro Largo. E ainda cursos *lato sensu* (especialização), como o curso Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar e Produção de Leite Agroecológico.

Essas atividades permitiram que se abrisse espaço para novas linhas de estudo e um processo de construção de um arsenal de ferramentas e de conhecimento referente às ações de agroecologia dentro da região de atuação da universidade. Isso permite que se amplie o campo de atuação da pesquisa e dos campos que podem ser alvo dos projetos e programas de extensão em agroecologia.

PROJETOS E PROGRAMAS: OBJETIVOS, PÚBLICO-ALVO E METODOLOGIA

A partir do levantamento dos projetos de extensão executados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) na UFFS e da entrevista com informantes-chave, foram diagnosticados 42 projetos de extensão com interação em

agroecologia institucionalizados em diferentes modalidades, de 2010 a 2016.1, em cinco *campi* da UFFS (Gráfico 01). A divisão dos projetos para análise ocorreu nos eixos: Curso de extensão, Programa de Extensão com relação Transversal com a Agroecologia, Programa de Extensão com foco em Agroecologia, Projeto de Articulação[7], Projeto Extensão com foco na Agroecologia, Projeto de Extensão com relação Transversal com a Agroecologia, Seminário Estadual e Seminário Regional. A maior representatividade está localizada nas ações de Projeto Extensão com foco na Agroecologia e Projeto de Extensão com relação Transversal com a agroecologia (09 e 08 projetos, respectivamente).

Gráfico 01 - Segmentação das ações institucionalizadas de extensão com foco ou com relação transversal com a agroecologia, da UFFS, no período de 2010 a 2015

Fonte: Dados da pesquisa (elaboração dos autores), 2016.

7 Nesta modalidade foram considerados os projetos de formação Núcleos de Estudos em Agroecologia e o Programa de Educação Tutorial (PET) com foco nas Políticas Públicas e em Agroecologia que realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Pelos dados disponibilizados pela PROEC, considerando a localização geográfica das ações desenvolvidas, o *Campus* Laranjeiras do Sul apresentou 30 ações; Chapecó, 07; Cerro Largo, 03; Erechim, 01; Realeza, 01 em parceria. Observa-se, com esses dados, que a agroecologia e a agricultura familiar é uma pauta institucional, contudo não está claro nos projetos que foram articulados pela extensão de maneira similar dentro dos *campi*.

Os principais eixos de atuação relacionados a programas e projetos de extensão em agroecologia são economia solidária e comercialização, seguidos por: produção, renda, cursos, hortas escolares, educação, mulheres, piscicultura e seminários; metodologias participativas e certificação; e por último a instalação dos núcleos de estudos em agroecologia. Em geral os projetos são para atender a comunidade local e regional, contudo o enfoque maior é dado à comunidade local, mais próxima da região de atuação do *campus*. Em todos os projetos, como público-alvo são citados estudantes e técnicos administrativos, assim como o público da comunidade regional – agricultores e agricultoras da agricultura familiar, povos tradicionais, faxinalenses e assentados da reforma agrária técnicos de ATER das respectivas regiões.

Dois projetos de extensão tinham como foco o apoio à organização de mulheres rurais, e apenas um focava em comunidades indígenas que trazem a agroecologia direta ou indiretamente. Ressalta-se que a atuação em organizações de mulheres, com povos indígenas e tradicionais é estabelecida como prioritária institucionalmente por seus processos histórico de exclusão e marginalização, porém, se visualiza pouca atuação da extensão em agroecologia para estes campos.

Os projetos usaram ferramentas metodológicas visando atender diferentes demandas, tais como: construção de diagnósticos em diversas áreas, para entender as realidades e traçar possíveis rumos; curso EAD; organização de reuniões de articulação com movimentos sociais, rede Ecovida, Grupo Cooperativo e a organização do Laticínio Orgânico e das Feiras de Produtores a fim de estabelecer agendas comuns que permitissem o diálogo; participação na organização de feiras regionais; realização de intercâmbios entre grupos de agricultores familiares camponeses de diferentes regiões a fim de visualizar a prática agroecológica e experimentá-la; realização de oficinas divulgando práticas dentro da agroecologia e formação; seminários que permitiram não só a pesquisadores de outras instituições trazer e compartilhar suas experiências, mas também a agricultores expor sua experiência e seu modo de produção.

Analisando alguns dos quinze relatórios finais dos projetos disponibilizados observa-se uma discrepância entre os objetivos propostos e as informações disponibilizadas nos relatórios finais. Essa discrepância permite traçar alguns pontos que merecem ser propostos como pontos a avançar, podendo se consolidar como futuras áreas de concentração das ações de extensão em agroecologia. São eles:

1. **Gênero e a agroecologia no desenvolvimento –** Impulsionamento a ações de formação e capacitação para agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária e de mulheres indígenas através de atividades sociais e de produção agrícola, beneficiamento e processamento de alimentos, solidificando a agroecologia e a participação da mulher como estratégia de desenvolvimento;
2. **Cooperação e economia solidária e a agroecologia** – Apoio à gestão de empreendimentos solidários, com elaboração de planejamento, formação de cadeias e promoção da agroindustrialização;
3. **Unidades de vida e produção familiar e a agroecologia** – Planejamento dos agroecossistemas; gestão das unidades de produção familiar ou coletiva; estabelecimento de protocolos para transição agroecológica; protocolo de produção de peixes de base agroecológica priorizando espécies nativas e promovendo a diversificação do meio rural;
4. **Formação de multiplicadores em diversos temas relacionados a agroecologia** – O sujeito formado passa a formar novos indivíduos;
5. **Metodologias participativas em extensão e na pesquisa** – Aprofundamento da discussão sobre metodologias participativas; estabelecimento de formação na área;
6. **Redes de comercialização e circuitos na agroecologia** – Estabelecimento de canais de comercialização junto com a comunidade; informações; elaboração de novos rumos de organização;
7. **Segurança Alimentar e Nutricional e demais linhas correlatas** – Aprofundamento da discussão da comunidade quanto à segurança alimentar e nutricional; informações entre as diferentes áreas; elaboração de novos rumos de organização.

Ainda focando o avanço da extensão, ressalta-se a necessidade de uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que essa interação pode gerar

conhecimento sistemático, possibilitando inserção crítica e contextualizada do discente no âmbito de sua formação e do professor extensionista que, ao se deparar com a realidade trazida pela sociedade, traria pontos de reflexão e de avanços na pesquisa. É necessário e central que o conhecimento não seja unilateral, mas dialogado tanto entre sociedade e universidade, quanto entre docentes, técnicos, discentes, comunidades, e movimentos sociais, para que se estabeleça um fluxo de trocas que privilegie a relação teoria e prática – *praxis*[8].

PRINCIPAIS IMPRESSÕES

Considerando as informações dialogadas, torna-se possível visualizar alguns pontos destacados:

a. Os PROEXT foram, ao longo desses seis anos de universidade, e ainda são importantes para alavancar a discussão institucional dos projetos de extensão e estruturar ações que impactaram diretamente a agroecologia. Uma delas foi a possibilidade de estruturação dos núcleos de estudos em agroecologia, que surgiram a partir de projetos preexistentes;
b. Mesmo com a movimentação provocada pela execução dos projetos ligados ao PROEXT, ainda há um limite dentro dos *campi,* pois os seminários e cursos muitas vezes não levam a ações concretas de avanços nas discussões;
c. Agroecologia é uma proposta institucionalizada, mas há limites, pois os cursos que têm linha de formação em agroecologia não disponibilizam claramente essa informação no site, ficando pulverizada;
d. O estabelecimento da agroecologia é ainda um campo em construção no meio de uma ideologia hegemônica do conhecimento convencional;
e. Os diagnósticos são fonte de informação que, necessariamente, deveriam estar disponíveis, assim como relatórios de projetos para facilitar a revisão e construir avanços nos projetos a serem construídos;
f. É necessário desenvolver uma base de dados de fácil acesso interno para os relatórios de pesquisa e extensão para facilitar ações futuras;

8 Práxis é metodologia marxista de análise e intervenção que se define pela relação dialética entre teoria e prática.

g. Seminários trouxeram grupos de sistematização dos projetos para discussão, mas a falta de sistematização da atividade não permite ter uma memória dos assuntos abordados e das sugestões propostas;
h. As disciplinas que constituíram os currículos no início da Instituição (tronco comum formação cidadã) estão sendo suprimidas e seu foco construía o campo para extensão. É necessário pensar como fazer para que os currículos garantam a carga mínima exigida atualmente pela legislação para a extensão;
i. Garantia, nos currículos, de uma formação que contemple ensino, pesquisa e extensão em igual medida;
j. Inviabilidade de utilizar o dinheiro do PROEXT para as atividades devido aos processos internos de licitação e compra, que, na maioria das vezes, impedem a realização das atividades;
k. Fortalecimento de editais direcionados à agroecologia;
l. O transporte é uma limitação para fazer extensão, já que é necessário ir às comunidades. Pensar sobre como a universidade pode criar mecanismos para utilização de transportes.

As perguntas que ficam são: como a Instituição está promovendo e valorizando a extensão? Como ela cria mecanismos que permitem ir a campo, fazer trocas com a comunidade? Como construímos os programas em relação à extensão de não ser apenas ações pontuais e pouco estruturantes, mas sim programas articulados com ensino e extensão?

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. *Agroecologia:* a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. *Agroecologia*: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Conversión agroecológica de sistemas convencionales de producción: teoría, estrategias y evaluación. *Ecossistemas – Revista científica y técnica de ecología y médio ambiente*, v. 16, n. 1. p. 3-12, jan. 2007.

CAPORAL, F. R. *et al*. *Agroecologia*: uma ciência do campo da Complexidade. Brasília: MDA/EMATER, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p.10-15, out./dez. 2002.

CHRISTOFFOLI, P. I. *et al.* Experiência do Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul. *In:* PEDRO, J. M; FREIRE, P. de Sá. *Interdisciplinaridade Universidade e Inovação Social e Tecnológica.* Curitiba: CRV, 2016, 273 p.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. E. Transição Agroecológica e Ação Social Coletiva. *Revista Agroeocologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,* v. 1, n. 4, p. 50-60, out. dez/2000. Disponível em: http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/28.pdf. Acesso em: 06 nov. 2014.

DOWBOR, L. Produtores, intermediários e consumidores: o enfoque da cadeia de preços. *Rev. Econ*. NE, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 7-16, jul-set., 2014.

DUPAS, G. *O mito do progresso:* ou progresso como ideologia. São Paulo: UNESP, 2006.

FAVARETO, A. da S. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial.* Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: 2006.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf. Acesso em: 29 nov. 2014.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GLIESSMAN, S. et al. Agroecologia: promoviendo una transición hasta La sostenibilidad. *Ecossistemas – Revista científica y técnica de ecología y médio ambiente,* v. 16, n. 1. p. 13-23, jan. 2007.

GUZMÁN, E. S. El despliegue de la Sociología Agraria hacia la Agroecología. *Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible*. Barcelona: Cajamar, 2013. p. 85-109.

HESPANHOL, R. A.de M. Agroecologia: limites e perspectivas. *In:* ALVES, A. F. (org). *Desenvolvimento territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 256 p.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. *Dialética da Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas no mundo:* do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010.

MUSSOI, E. M.; LENZI, L. H. C. Extensão Universitária: entre o continuismo e a utopia. *R. Eletr. de Extensão*, Florianópolis, v. 12, n. 20, p.103-122, 2015.

PETERSEN, P.; SOGLIO, F. K. D.; CAPORAL, F. R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. *In:* PETERSEN, P. (org.) *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In:* PETERSEN, P. (org.) *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

ROSENBERG, N. *Por dentro da caixa-preta:* tecnologia e economia. Campinas: Unicamp, 2006.

SANTOS, A. da S. dos. *Perspectivas para pesquisa agroecológica*: diálogo de saberes. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2012.

SANTOS, C. S. dos. *Análise do Processo de Transição Agroecológica das Famílias Agricultoras do Núcleo da Rede Ecovida de Agroecologia Luta Camponesa*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul. 2016.

SARANDÓN, S. J.; FLORES, C. C. *Agroecología*: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 136 p.

JUVENTUDE RURAL E SUCESSÃO FAMILIAR: O QUE DIZEM JOVENS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DE SANTA CATARINA?

Darlan Christiano Kroth[1]
Jucimara Meotti Araldi[2]
Tomé Coletti[3]
Valdecir José Zonin[4]
Willian Simões[5]

INTRODUÇÃO

O presente capítulo é resultado de um projeto de extensão intitulado "Fortalecimento da Juventude Rural na Região Oeste de Santa Catarina", possível a partir de uma articulação entre o extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)[6]. É preciso destacar, também, a interlocução permanente com representações da juventude ligadas à Federação

1 Doutor em Desenvolvimento Econômico (PPGDE-UFPR). Professor da UFFS – Campus Chapecó. Contato: dckroth@uffs.edu.br

2 Especialista em Educação no Campo com ênfase em estudos da realidade brasileira. Contato: juci.jucimara@gmail.com

3 Mestre em Economia (UFSC). Economista na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Contato: tome.coletti@uffs.edu.br

4 Doutor em Agronegócios (UFRGS). Prof. Adjunto da UFFS – *Campus* Erechim Contato: valdecir.zonin@uffs.edu.br

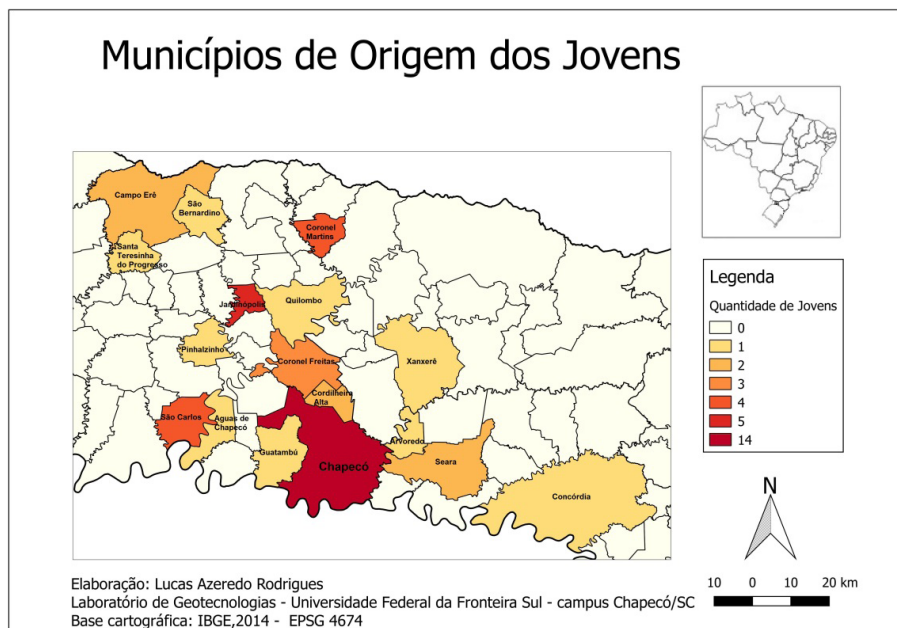
5 Doutor em Geografia (UFPR). Professor da UFFS – *Campus* Chapecó. Contato: willian.simoes@uffs.edu.br

6 Agradecemos ao MDA e ao CNPq, parceiros e financiadores do projeto.

dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul do Brasil (FETRAF-SUL). O referido projeto objetiva, de modo geral, contribuir com a formação continuada de jovens da agricultura familiar, futura sucessora das unidades de produção agrícola, visando qualificar sua capacidade de inserção em mercados institucionais – a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – e práticas de circuitos curtos de comercialização – a exemplo de feiras livres[7].

O projeto dialoga diretamente com, pelo menos, 45 jovens da agricultura familiar, sindicalizados e bolsistas (Figura 01 destaca os municípios de origem dos jovens). Até 2016, foram realizadas oito (8) oficinas temáticas centralizadas, em que os jovens tiveram a oportunidade de discutir temas como juventude, sucessão na agricultura familiar, políticas públicas voltadas à agricultura familiar, gestão e cooperativismo. Ao mesmo tempo, iniciaram trabalhos diagnósticos junto de suas famílias e agricultores familiares pertencentes à sua comunidade. No tempo-comunidade, os jovens são instigados a desenvolver pesquisas e reflexões a respeito de sua realidade vivida, micro-oficinas, procurando articular teoria e realidade.

7 É preciso salientar que o projeto também é de pesquisa, visando realizar diagnóstico e compor banco de dados sobre a situação geral de consumo das organizações que operam com as compras institucionais (PAA e PNAE) e levantamento do potencial de produção das unidades familiares em que há participação da juventude rural (produtos agropecuários, hortifruti, agroecológicos e orgânicos, entre outros).

Figura 01 – Municípios de origem dos jovens, projeto "Fortalecimento da Juventude Rural na Região Oeste de Santa Catarina"

Fonte: Relatório do projeto (set. 2016).

Neste texto, serão tecidas algumas considerações histórico-geográficas em torno da prática de agricultura familiar no oeste de Santa Catarina, sul do Brasil. Será possível observar no texto que a agricultura familiar possui diferentes expressões territoriais, emerge, se fortalece e convive em meio a um conjunto de contradições provocadas pelo avanço do agronegócio de suínos, aves e leite na região, assim como vem traçando estratégias alternativas ao modelo de desenvolvimento proposto pelas grandes agroindústrias. Na sequência, são apresentados dados diagnósticos dos sujeitos da pesquisa – os jovens da agricultura familiar participantes do projeto – que acabam aparecendo em diferentes partes deste capítulo.

É a partir dos dados diagnósticos que a opção foi refletir em torno de um dos temas mais recorrentes e mais preocupantes no seio das entidades e representações públicas, privadas e da sociedade civil que trabalham diretamente com a agricultura familiar no Brasil: a permanência do jovem no campo, o que

inclui a sucessão familiar. Assim, procura-se destacar e refletir os dilemas e os desafios que marcam essa discussão, com destaque para o campo das políticas públicas de juventude no país. Observa-se que os jovens clamam por um campo que seja mais do que um espaço-mercadoria, espaço de produção, que o campo seja entendido como espaço de vida, com trabalho (geração de renda), educação que respeite suas especificidades, com saúde, habitação, acesso à cultura e lazer, entre outros.

JUVENTUDE RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DE SANTA CATARINA: OS JOVENS SUJEITOS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO[8]

A juventude rural, enquanto categoria social, compreende mais do que sujeitos que vivem em uma determinada faixa etária ou uma fase preparatória para a vida adulta. Enquanto categoria social, "ser jovem", ser identificado ou se autodefinir "jovem", constituir juventude, depende, também, das condições de classes sociais, diversidade étnico-racial, religiosa, de gênero e diversidade sexual, territorial, organização política, entre outros (GROPPO, 2000; DAYRELL, 2003; CAPELO, MARTINS e AMARAL, 2007; CASTRO, CORREA, MARTINS e FERREIRA, 2010).

A compreensão de juventude como sendo uma categoria socialmente construída é possível desde nosso olhar do presente. É deste presente, olhando para diferentes cenários históricos vividos pela humanidade no Ocidente, que podemos definir que a juventude enquanto categoria social é "ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social" (GROPPO, 2000, p. 07). Nesse sentido, podemos compreender que:

> [...] a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo é uma situação vivida em comum por certos indivíduos (GROPPO, 2000, p. 08).

8 Parte das considerações aqui dispostas também podem ser observadas com maior profundidade em trabalhos de Zonin; Dentz e Simões (2015); Colleti; Araldi; Zonin e Simões (2016); Simões (2015; 2016).

Somamos a essa compreensão a noção de juventude enquanto sujeitos sociais de Dayrell (2003). Para o referido autor, a juventude:

> [...] é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vai lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com bases nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos (DAYRELL, 2003, p. 42).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que ser jovem e/ou reivindicar juventude no território da agricultura familiar é diferente de ser jovem em um acampamento ou assentamento da reforma agrária ou, ainda, em territórios indígenas, quilombolas, de pescadores artesanais, faxinalenses, ilhéus e ribeirinhos do litoral e do interior, entre outros povos e comunidades tradicionais, muito embora possamos considerá-los integrantes de uma "juventude rural". Dessa forma, corroboramos a compreensão de que há diferentes formas de ser e de viver a juventude no espaço rural brasileiro, nas interfaces entre campo/cidade ou rural/urbano, e, por isso, podemos afirmar que, como o rural é diverso, marcado por múltiplas Geo-grafias (PORTO-GONÇALVES, 2001), muitas delas invisibilizadas ao longo do processo de constituição do território nacional, a juventude é diversa e, portanto, pode-se afirmar que no rural brasileiro há "juventudes rurais".

As juventudes já fazem parte da agenda de investigação de diferentes pesquisadores há algum tempo no Brasil (WEISHEIMER, 2005; CASTRO, 2010). As pesquisas anunciam sobre a necessidade de ampliar os conhecimentos a respeito das juventudes que habitam o espaço rural brasileiro, que muitos jovens ainda vivem em situações de invisibilidade, subalternidade e abandono, cujas culturas e identidades, suas formas de ser, constituir e viver juventude na agricultura familiar, nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, nos territórios dos povos e comunidades tradicionais, ainda são, em boa parte, desconsiderados no seio das famílias e das comunidades (pelos mais adultos), nos processos de escolarização, na gestão das políticas públicas sociais de direito, entre outros.

A literatura ainda sinaliza que a noção de juventude veio sendo hegemonicamente construída com referência no mundo adulto, deixando de explicitar aspectos que marcam a construção de sua identidade, como constroem as representações sobre o contexto histórico-geográfico em que estão inseridos, como vivem e se relacionam com seu território de vida em um contexto marcado pelo avanço do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006). Aqui, trataremos, mais especificamente, considerando cenários vividos por jovens da agricultura familiar.

No Oeste catarinense, pesquisas como a de Silvestro (2001) e Stropasolas (2006) já sinalizavam mudanças estruturais e conjunturais da sociedade capitalista que acabaram por atingir a vida do jovem no campo. A vida na agricultura familiar passou a ser marcada por profundas transformações provocadas pelo avanço do capital no campo – nesta região, provocadas principalmente pelas mudanças técnicas e científicas do agronegócio de aves, suínos e leite, por exemplo – e seus mais diferentes desdobramentos, como o encarecimento da produção e a necessidade de integração no mercado multi-trans-nacional, o avanço das monoculturas e das práticas convencionais, entre outros.

Tais mudanças, somadas aos conflitos geracionais oriundos das tradições da cultura camponesa, a exemplo da centralidade na família cristã, mas também no descrédito dos jovens por parte dos mais adultos para assumir responsabilidades, assim como as dificuldades de acesso à educação, geração de renda e às atividades de cultura e lazer, vieram contribuindo para potencializar o êxodo rural da juventude. Cabe destacar, também, aquilo que podemos denominar de "fetiche do urbano", que diante desse cenário negativo, desperta e alimenta uma compreensão de que o espaço urbano é a saída para o desenvolvimento, para o emprego fácil e rentável, para a vida "na sombra", como dizem alguns jovens. Não por acaso, uma das maiores preocupações que permeia a pauta dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar é a sucessão da unidade familiar.

É preciso salientar que este fetiche do urbano se constrói e se fortalece ao longo de nossa história, sustentado por uma tradição urbanocêntrica-eurocentrada que se deslocou, se pulverizou e veio se fortalecendo desde o processo de colonização do território que hoje chamamos Brasil, mais atualmente por uma mídia publicitária, assim como pelo próprio Estado cujos governos priorizam o urbano em sua agenda de políticas públicas, a exemplo do fechamento de escolas e o amplo e permanente processo de nuclearização da oferta de escolarização

nas sedes dos municípios. Com base em Fernandes e Molina (2004), consideramos que desdobramentos perversos emergem de ideologias que sustentam esse triunfalismo do urbano sobre o rural ou, ainda, a superioridade da cidade sobre o campo – ideologias que precisam ser superadas se queremos lutar, construir e fortalecer o campo como espaço de vida (SIMÕES, 2016).

Pode-se dizer que há certo consenso na literatura sobre a região Oeste catarinense, que o desenvolvimento regional ocorreu a partir da formação do complexo agroindustrial de carnes, primeiramente no segmento suinícola, depois no segmento de aves, e atualmente em diferentes setores agroalimentares, que exerceu e ainda exerce a função de atividade motriz regional. Assim, a agroindústria suinícola (exemplo), por um lado, e a agricultura familiar, por outro, acabaram dinamizando a economia regional desde a década de 1940.

Mas a que lógica estamos nos referindo quando estamos falando de agricultura familiar e camponesa, território de vida dos jovens sujeitos de nosso projeto de extensão? De acordo com Coletti (2009), a agricultura familiar e camponesa tem uma lógica econômica que combina um conjunto de produções vegetais e animais com uma determinada quantidade de mão de obra e com um determinado patrimônio em que se assenta a organização dos sistemas de produção nas propriedades familiares. De acordo com o autor, é na formação de sistemas de produção eficientes e adaptados à realidade de cada unidade, combinando as necessidades de reprodução econômica, social e cultural da família, bem como do conjunto de seus membros, com os recursos materiais e culturais disponíveis, que se encontra a lógica do comportamento econômico da agricultura familiar e camponesa.

Essa lógica econômica se difere da baseada na avaliação a partir do lucro. Ela está fundamentada na avaliação de resultado, no atendimento das diferentes necessidades do grupo familiar. Conforme afirmado por Chayanov, ao não ter na categoria salário a principal motivação para a realização do trabalho, essa lógica difere em seu comportamento econômico ao fazer o seu planejamento, sendo, ainda, diferente quanto à forma de circulação do capital (apud BADALOTTI, 2003).

É com uma tática de pequenas tentativas, com acertos e erros, que experiências geram a formação de novas combinações de produtos, trabalho e patrimônio, organizando a produção familiar e avançando em termos de garantia da reprodução do sistema de vida das famílias. É assim, em relação à formação da melhor combinação de culturas e animais, que formam o seu sistema produtivo.

O mesmo vale para as mudanças técnicas das produções comerciais, com a formação e utilização do patrimônio, com a alocação da mão de obra e com as diferentes táticas e estratégias de se relacionar com o mercado.

Nessa estratégia reprodutiva encontra-se a forma com que a agricultura familiar busca preservar, em seu domínio, o conhecimento tácito de gerações e também agregar novos conhecimentos que passam a fazer parte de seu patrimônio cultural. Na combinação eficiente de culturas e criações com os meios de produção de que dispõe – terra e instalações – e na intensidade da utilização da mão de obra disponível, em um regime de gestão altamente flexível, parecem estar as explicações para um resultado sistêmico, que possibilita a sobrevivência e reprodução das unidades familiares da região Oeste catarinense.

A integração dos produtores de suínos às agroindústrias do agronegócio, por exemplo, assim como as transformações dela decorrentes, provocaram a desarticulação do sistema de produção e reprodução da agricultura familiar durante a década de 1980. Desencadeando-se desse processo, na década de 1990, uma profunda crise na agricultura familiar da região com a perda de seu dinamismo econômico, por um lado, e, por outro, fez com que a agricultura familiar buscasse alternativas para a sua reprodução, criando dois movimentos distintos: (i) construção de novos sistemas de produção, ancorados em outros produtos de valor comercial em substituição aos suínos; e (ii) migração para os centros urbanos ao longo de décadas.

A diminuição do dinamismo econômico da agricultura familiar e os reflexos negativos no desenvolvimento social e econômico dele advindos, durante as décadas de 1980 e 1990, levaram à perda de capilaridade e renda na agricultura familiar, deixando de ser dinamizadora da economia local dos municípios e microrregiões mais distantes. Esse processo levou á recessão desses territórios em determinados períodos. Então, ocorre o aumento da concentração da população e da dinâmica econômica nas cidades-polos, sendo que, em determinados períodos, processos de depressão de toda a economia regional foram percebidos. Observou-se, também, que a perda da capacidade dinamizadora da agricultura familiar não foi compensada pelo ganho na dinâmica da agroindústria do agronegócio e nem pelo processo de diversificação que estava em curso, refletindo-se em esvaziamento econômico e populacional da região relativamente às demais regiões do Estado.

O processo recente de retomada do dinamismo da agricultura familiar por meio dos sistemas de produção articulado ao leite, por exemplo, tem contribuído

com a dinamização da economia dos pequenos municípios e das regiões mais afastadas dos polos regionais. Essa retomada é fruto do processo histórico e também de um conjunto de políticas públicas que incentivaram e contribuíram para a criação de condições para que este desenvolvimento ocorresse. Mas a história tem nos permitido evidenciar que este dinamismo enfrenta uma série de problemas para continuar existindo no futuro próximo, destacando-se, entre eles, os rumos que seguirá a produção familiar e a sucessão das propriedades familiares, muitas delas sem sucessores, com a aposentadoria e a velhice dos atuais proprietários.

Neste contexto histórico-geográfico mais atual, podemos evidenciar na constituição do território de vida da agricultura familiar do Oeste catarinense, portanto, pequenas propriedades familiares integradas ao mercado de suínos, aves e leite, e, ao mesmo tempo, unidades familiares que buscaram alternativas mais diversificadas, procurando manter certa "re-existência" frente a este processo amplo e perverso de integração. A "re-existência" aqui é entendida com inspiração no conceito "r-existência", de Porto-Gonçalves (2006), como sendo o movimento em que determinados grupos constroem estratégias de resistência frente ao processo de integração forçada pelas agroindústrias do agronegócio e, ao mesmo tempo, se recriam, forjando práticas alternativas ao modelo de desenvolvimento proposto.

Estariam nessa condição, por exemplo: i) práticas alternativas e diversificadas de cooperativismo e economia solidária, com foco na produção de alimentos (com presença de produções agroecológicas e de agricultura orgânica); ii) o predomínio de circuitos curtos de comercialização, valorizando a gestão familiar e o trabalho coletivo – maior autonomia dos agricultores em torno do circuito de produção e recriação social; iii) e a participação de agricultores familiares na luta política sindical e em movimentos sociais populares pela garantia de direitos, visando a melhoria das condições de vida no campo. É nesse cenário que entendemos que o tema da permanência do jovem no campo – em específico, da sucessão familiar – é atual e relevante para o debate.

No projeto de extensão, ponto de partida de nossas reflexões, contamos inicialmente com a participação de jovens, com idade entre 15 e 29 anos, sendo 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. No que se refere a sua escolaridade, o trabalho diagnóstico realizado nos permitiu constatar que 35,2% está cursando o Ensino Médio e que 33,3% já concluiu esse nível de ensino da Educação Básica. Cerca de 16,7% está cursando o Ensino Superior, e 9,3% já concluiu

esse nível de ensino. Há cerca de 3,7% investindo em formação técnica ou que já concluiu um curso nessa modalidade.

São jovens da agricultura familiar, moradores em propriedades cujos tamanhos possuem a seguinte variação: até 5 ha (11,5%); de 5 a 10 ha (25%); de 10 a 20 ha (40,4%); entre 20 e 50 ha (17,3%); mais de 50 ha (5,8%). Constata-se o predomínio de pequenas propriedades, em que se destacam, por exemplo, a produção de leite (59,3%), lavoura de milho e soja (25,9%), agropecuária de aves e suínos (16,7%), hortifruti (16,7%) e a produção de produtos agroindustriais – queijos, salames, geleias, entre outros (9,3%). Cerca de 9,3% dos jovens mencionaram cultivar produtos agroecológicos. Cabe salientar que a produção para autoconsumo também foi alvo desta investigação, quando cerca de 52% dos jovens afirmou que, pelo menos, 10% da unidade familiar em que atua é voltada para produção de alimentos que são apropriados pela própria família.

Além das fontes de renda oriundas do trabalho na unidade familiar, os jovens sinalizaram que compõem a renda familiar as aposentadorias/pensões (23,9%), o salário de membros da família que trabalham fora da propriedade – trabalho não-agrícola (23,9%), prestação de serviços fora da propriedade (10,9%). Os jovens sinalizaram, no diagnóstico, bens materiais aos quais possuem acesso por meio de suas famílias, com destaque ao celular (98,1%), automóvel (92,6%), computador (88,9%), aparelho de som (64,8%), televisão de Led (61,1%), moto (57,4%) e trator (51,9%).

Constatamos que os jovens são ativos no seio do trabalho familiar, uma vez que em torno de 60% responderam auxiliar nas principais tarefas da casa, outros 16% afirmaram agenciar diretamente a produção. Apenas 20% respondeu que se dedica somente aos estudos, ainda assim apareceram os/as que mencionaram contribuir no que denominaram de "auxílio nas tarefas de casa". Assim também demonstram participar da vida em comunidade, entre os principais espaços frequentados emergiram: a igreja (88,7% confirmou frequentar); sindicatos (47,2%) e cooperativas (79,6%); atividades esportivas como times de futebol, vôlei ou outros (34%); clube de jovens (18,9%); grêmio estudantil ou centros acadêmicos (9,4%).

Entre o trabalho e a vida comunitária, os jovens destacaram suas atividades de lazer, com parte fundamental de sua vida no campo. Sair com os amigos e frequentar bailes ou as famosas "baladas" apareceram no topo de suas preferências (77,4%). Mas também foram mencionadas, entre outras, as seguintes atividades: praticar esportes (62,3%); assistir televisão ou frequentar cinemas (47,2%); ler

livros e/ou jornais (45,3%); namorar (41,5%). Muito embora os jovens tenham relatado inúmeras dificuldades de acesso aos meios de comunicação, todos demonstraram acessá-los de alguma forma, entre os principais se destacaram a internet (96,3%), o uso de celular (88,9%), a televisão (77,8%), o rádio (57,4%) e os jornais impressos (11,1%).

Os jovens apontaram que "a permanência do jovem na atividade rural tem grande importância para que as atividades na agricultura permaneçam e cresçam cada vez mais". Cerca de 53% responderam que está no seu projeto de futuro estudar e continuar morando no campo; outros 14,7% sinalizaram que podem até trabalhar na cidade, mas querem permanecer no campo; somente 9,3% assumiu, neste momento, que não pretendem ficar no campo.

Os jovens participantes do projeto que manifestaram a vontade de permanecer no campo identificam, entre os principais entraves desta permanência, as seguintes razões: i) falta de políticas públicas que atendam aos seus reais interesses (52,9%); ii) infraestrutura inexistente ou precarizada, tais como estradas, meios de comunicação, energia elétrica, etc. (43,1%); iii) dificuldades com a lida do trabalho no campo (31,4%); iv) baixa renda (27,5%); v) problemas familiares, com destaque para conflitos de gênero e geração (25,5%). Assim, passamos a compreender que, para além dos conflitos geracionais vividos por estes jovens com seus pais, discutir a sucessão familiar engloba a compreensão de campo como espaço de vida e a juventude como sujeito de direitos, sujeitos estratégicos de políticas públicas – é desde essa perspectiva que acreditamos que este debate faz sentido no âmbito da agricultura familiar.

OS DESAFIOS DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR, POR UM CAMPO EM QUE SEJA POSSÍVEL SER JOVEM...

Os jovens destacaram que a maior parte de seus pais não acreditam ou não confiam em seu potencial, causando o que denominaram de "desânimo jovem", o que acaba por contribuir para que haja maior procura pela cidade em busca de novas alternativas, com destaque para trabalho e renda. E, nesse sentido, Castro, Correa, Martins e Ferreira (2010, p. 62), afirmam:

> No contexto contemporâneo da configuração da categoria social juventude, podemos afirmar que os jovens são colocados em posições de submissão, seja no espaço da família – principalmente as que reproduzem as estruturas patriarcais mais tradicionais – seja em espaços cotidianos da sociedade. A ideia de um período da vida privilegiado em que a sociedade (isto é, a família, a escola, a igreja, as organizações políticas etc.) pode moldar pessoas, gera ações de controle e repressão com base na ideia de um indivíduo que ainda não é pleno de direitos. É este tipo de construção que legitima ações mais ou menos violentas, por parte dessas diferentes instituições sociais, sejam elas ações de violência física ou simbólica. Assim, temos uma percepção reproduzida em nossa sociedade que valoriza determinados elementos como definidores, identificadores dos jovens e da juventude e que reforçam uma posição social subalterna (CASTRO, CORREA, MARTINS e FERREIRA, 2010, p. 62).

Portanto, superar a razão adultocêntrica e patriarcal, que ainda é predominante nas relações familiares no seio da agricultura familiar, torna-se um importante desafio para se efetivar a sucessão familiar. O jovem da agricultura familiar precisa ser compreendido como categoria social, sujeito credível e estratégico para o desenvolvimento do campo de modo geral – em atividades agrícolas e não agrícolas. A partir dessa perspectiva, cabe compreender, também, o campo como espaço de vida em que é possível acessar educação pública e de qualidade, cultura e lazer, saúde, habitação, alternativas de geração de renda, entre outros (SIMÕES, 2016). Assim, o tema das políticas públicas também gerou muita polêmica entre os jovens, destacando-se a necessidade de superação de um olhar do Estado que vá para além do campo como espaço-mercadoria, do trabalho agrícola. Um olhar que tenha o campo como espaço de vida, constituído por essas múltiplas dimensões.

Os jovens destacaram a importância de ter, por exemplo, infraestrutura de comunicação básica (internet, celular, entre outros), centros de diversão para além dos espaços criados pelos próprios jovens (como campos de futebol, realização de festas comunitárias, entre outros) e incentivos à geração de renda, pensando em atividades agrícolas e não-agrícolas. Assim, a partir de uma soma de fatores, seguimos constatando que enquanto o campo é tomado por uma razão adultocêntrica, em que o mundo adulto é referência e o jovem é visto como alguém incapaz de contribuir, a cidade vai se constituindo como um espaço hegemônico em que se pode reivindicar juventude. Os jovens deste projeto sinalizam para

uma inter-relação campo-cidade. Eis que emergem desafios aos governos em suas múltiplas escalas de atuação (nacional, estadual e municipal).

Pode-se dizer que permanecer ou sair do campo tem sido um dos históricos e principais dilemas vividos pelas juventudes rurais no Brasil. É preciso salientar que o êxodo rural da juventude é uma temática de pesquisa entre intelectuais brasileiros desde antes dos anos de 1980 (CASTRO, 2010). Ao tratar deste assunto em investigação realizada com jovens faxinalenses do estado do Paraná, Simões (2015) destaca pesquisas que contribuem para fortalecer o debate a respeito do tema: a pesquisa realizada por Castro (2005), com jovens assentados da Reforma Agrária, Baixada Fluminense-RJ; a de Stropasolas (2006), com jovens da agricultura familiar do município de Ouro-SC; o trabalho realizado por Carrano, Dayrell e Silva (2007), a partir de jovens quilombolas em Valença-RJ; e, por fim, a pesquisa de Wanderley (2007), que tratou de jovens agricultores familiares, de pequenos municípios nordestinos. Sobre o Oeste de Santa Catarina, queremos ainda destacar a publicação de Renk e Dorigon (2014), intitulada "Juventude Rural, Cultura e Mudança Social", que pode ser vista como uma importante contribuição no que diz respeito a este debate sobre juventude e sucessão familiar[9].

A pesquisa realizada por Castro (2005), cujo foco se deu sobre a cotidianidade de jovens assentados da Reforma Agrária na Baixada Fluminense, por exemplo, nos mostra que marcam a dinâmica de ficar ou sair da comunidade, principalmente questões como os conflitos intergeracionais, a formação de novos núcleos familiares (o casamento), os estudos, a procura por trabalhos não vinculados à propriedade rural (trabalhos não agrícolas).

Já a pesquisa de Stropasolas (2006, p. 17), realizada com jovens da agricultura familiar do município de Ouro-SC, situado no Vale do Rio do Peixe, região Oeste de Santa Catarina (Microrregião de Joaçaba), nos permite compreender que permanecer ou sair, neste contexto, também é um dilema perpassado pelas questões que envolvem os padrões sucessórios da agricultura familiar. O pesquisador constata que transformações técnico-mecânicas, conjuntamente com a gradativa integração das famílias em sistemas mais complexos e dinâmicos provocados pela chegada das agroindústrias de aves e suínos, impulsionados pelo ritmo do mercado, provocaram mudanças substanciais na vida cotidiana

9 Trata-se de uma coletânea de textos que reúne pesquisadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul cujas pesquisas foram perpassadas por discussões como juventude rural e trabalho, juventude rural e mudança social, juventude rural e acesso ao lazer e cultura, juventude rural e sucessão familiar, entre outros.

dos trabalhadores. O trabalho mais alinhado às regras destas agroindústrias vai sendo considerado mais árduo e menos rentável pelos trabalhadores.

Outro trabalho que podemos destacar é o de Carrano, Dayrell e Silva (2007), em que a elaboração de um documentário com jovens quilombolas que vivem na comunidade São José da Serra, localizada no município de Valença-RJ, permitiu constatar a existência de questões que envolvem viver a vida na interface entre dinâmicas do campo e da cidade, as tradições do quilombo e as manifestações culturais externas, a tensão entre diferentes gerações e suas experiências, entre outros. Eles relatam:

> No filme estão presentes as relações que esses estabelecem com a tradição, o trabalho, o lazer, o território quilombola e a urbanidade próxima. Entre cotidianos e projetos, se entrelaçam as dúvidas entre "ficar na comunidade" ou "fugir para a cidade" em busca de oportunidades, a luta pela titulação da terra, as dificuldades para a continuidade dos estudos, a constituição das identidades de jovens e quilombolas, dentre outros enlaces (CARRANO; DAYRELL; SILVA, 2007, p. 262).

Ao apresentar parte dos resultados de uma pesquisa realizada em Pernambuco, junto a 615 jovens de 15 a 24 anos, que vivem nas zonas rurais dos municípios de Glória do Goita (Zona da Mata Norte), Orobó (Agreste Setentrional) e Ibimirim (Sertão do Moxotó), Wanderley (2007, p. 22) tomou como compreensão a juventude como sendo "um momento do ciclo da vida, caracterizado como período de transição entre a infância e a vida adulta". Segundo a autora, a demarcação desta etapa da vida, culturalmente determinada, "é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária" (2007, p. 22).

Destaca Wanderley (2010, p. 23) que os jovens pesquisados pertencem em sua maioria à realidade vivida por famílias de pequenos agricultores, com determinadas características como pequenas propriedades, com produção diversificada para autossustento da família e para comercialização, resultado do trabalho familiar (típico da agricultura familiar). Para a autora, a partir desse contexto, supõe-se, para estudo da juventude rural, uma dinâmica espacial e outra temporal, ou seja, a compreensão de uma dupla dinâmica social. Nas palavras da autora:

> [...] Por um lado, uma dinâmica espacial que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial). Mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade. Por outro lado, nestes espaços, a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local e o futuro, que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva (WANDERLEY, 2007, p. 23).

Os trabalhos de Castro (2005), Stropasolas (2006), Carrano, Dayrell e Silva (2007) e Wanderley (2010) nos permitem destacar elementos marcantes da vida de jovens no Brasil rural e que contribuem para entender dilemas que perpassam a discussão aqui proposta em torno da permanência da juventude no campo, sobretudo daqueles jovens que vivenciam uma relação muito próxima entre as dinâmicas da vida no campo e na cidade, tais como a invisibilidade dessa juventude em diferentes esferas da vida social, o significado do trabalho, da cultura e do lazer, da educação (como estratégia para mudar/melhorar de vida), os conflitos provocados por relações desiguais de gênero, em particular envolvendo o processo sucessório da propriedade agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo procurou apresentar, ainda que sinteticamente, reflexões que temos promovido a respeito das realidades vividas por jovens da agricultura familiar do Oeste catarinense, com destaque para os dilemas que perpassam as possibilidades de sua permanência no campo, em particular, a sucessão familiar. Muito embora tenhamos identificado que os jovens ainda convivem em uma trama social que subalterniza seus saberes e práticas, destacamos que sua permanência no seio da agricultura familiar também compreende a existência de um campo com vida – com alternativas de geração de renda, educação, cultura, lazer, saúde, habitação, saneamento básico, entre outros.

Nesse sentido, destacamos a importância de potencializarmos a relação Universidade-Comunidade Regional, com o intuito de ampliarmos a oferta de processos formativo-educativos, que, desde uma concepção dialógica e popular de educação, contribuam para problematizar tais dilemas, assim como para apontar possibilidades de mudança. Corroboramos, portanto, o que afirmam Trevisol, Cordeiro e Hass (2011, p. 31-32): dois movimentos precisam se fazer presentes permanentemente em uma universidade que esteja a serviço da sociedade e em defesa de seus ideários (como a democracia, igualdade, respeito à diversidade, cidadania, justiça social, entre outros): o primeiro, sendo, "democratização de dentro para fora", em que a UFFS supera distanciamentos/abismos na relação com os movimentos sociais e sindicais populares; já o segundo, denominado de "democratização de fora para dentro", propondo um diálogo de saberes, intercâmbio de conhecimentos e práticas, reconhecendo que os sujeitos diversos da comunidade regional são sujeitos de conhecimento credível.

É desde essa perspectiva que nosso projeto de extensão vem atuando com jovens da agricultura familiar sindicalizada. Nesse sentido, o percurso formativo desencadeado procurou trazer para a arena de discussão dos jovens temáticas como "segurança alimentar e nutricional" procurando dar maior visibilidade aos pilares de sustentação de programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assim como tais programas podem se constituir em uma importante contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar na região.

Na região Oeste catarinense, temos vivenciado o avanço das políticas públicas voltadas à agricultura familiar nos últimos 10 anos – PAA, PNAE –, compreendendo também a perspectiva de desenvolvimento territorial rural sustentável, o que tem ampliado cada vez mais a necessidade de melhor organização dos produtores, suas associações e cooperativas, como também a qualificação profissional com vistas à ampliação de suas capacidades de produção e escoamento de mercadorias. Nesse cenário, cabe acrescentar a emergência de demandas locais, como a implantação do restaurante universitário da UFFS e da gestão da compra de alimentos desta Instituição de Ensino Superior (IES) referente ao Hospital Regional (por causa do curso de Medicina), cenário que amplia a demanda por alimentos, uma vez que as chamadas públicas específicas com base em editais que já consideram as especificidades da agricultura familiar serão ampliadas.

A intenção foi promover um mergulho sistemático, dialógico e reflexivo em torno dos limites e das possibilidades dos programas como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar. Cabe salientar, também, que ampliamos o debate sobre a importância da participação da sociedade em espaços que visam ao "controle social", como é o caso do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). O intuito pedagógico foi de poder detalhar a trama transescalar de poder, que envolve o campo político das políticas públicas que visam ao fortalecimento da agricultura familiar. Nesse sentido, entende-se que estudar e dialogar em torno do aporte teórico-jurídico que envolve e/ou sustenta os processos acerca do PAA e do PNAE é de fundamental importância no percurso formativo dos jovens da agricultura familiar participantes do projeto.

Os estudos realizados pelos jovens também contemplaram conhecimentos que visassem potencializar um "aprendizado teórico-prático sobre processos de gestão administrativa", em uma perspectiva solidária e cooperada. Nesse sentido, priorizou-se o desenvolvimento de atividades que levassem os jovens a refletir sobre os desafios do trabalho coletivo, pressupostos e princípios do "trabalhar juntos". Assim, de modo geral, a cooperação foi tomada como sendo "troca em que as partes se beneficiam" (SENNET, 2013). Nesse sentido, assumimos uma concepção de cooperação "ganhar-ganhar" em contraposição "tudo ao vencedor". Nessa perspectiva, desde um contexto histórico atual marcado pela lógica do capital, em que a competição perpassa parte significativa das relações humanas, assumimos que enquanto na cooperação "ganhar-ganhar" as pessoas podem se unir e competir em torno da busca de um resultado/objetivo, no final de um processo "todas as partes saem ganhando"; já no "tudo ao vencedor", aquele que se sobressai em um processo seletivo, está pensando apenas em seus interesses mais individualizados em que "nos negócios", por exemplo, trata-se da lógica do monopólio, em que "a ideia é eliminar todos os concorrentes" (SENNET, 2013, p. 97-113).

E, por fim, cabe salientar a relação teoria e prática, uma vez que trabalhos de campo foram realizados com o intuito de conhecermos experiências positivas de produção e estratégias de comercialização, perpassadas pelos princípios do cooperativismo e economia solidária, assim como a preocupação em produzir e comercializar um alimento mais saudável à população. Defende-se, como eixo fundamental deste processo formativo, uma concepção de produção agrícola mais limpa, saudável, economicamente solidária e ecologicamente sustentável.

REFERÊNCIAS

BADALOTTI, R. M. *A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste catarinense:* o papel da Apaco (Associação dos pequenos agricultores do Oeste catarinense) e demais agentes sociais. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina 2003. (Tese Doutorado).

CAPELO, Maria Regina Clivai; MARTINS, Suely Aparecida; AMARAL, Wagner Roberto do Amaral. Jovens do Campo: a procura da visibilidade social. *In:* PAULILO, Maria Ângela Silveira; JEOLÁS, Leila Sollberger; CAPELO, Maria Regina Clivati. *Juventudes, desigualdades e diversidades.* Londrina: Eduel, 2007.

CARRANO, Paulo C.; DAYRELL, Luciano; SILVA, Ana Beatriz. Sementes da memória: um documentário sobre jovens e quilombolas. *In.* CARNEIRO, Maria José.; CASTRO, Elisa G. de (org.) *Juventude Rural em perspectiva.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre ficar e sair:* uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de; CORREA, José G. MARTINS, Maíra; FERREIRA, Salomé Lima. A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte. *In:* ALVARADO, Sara Victoria Alvarado. VOMMARO, Pablo A. *Jóvenes, Cultura y Política en América Latina:* algunos trayectos de sus relaciones, experiências y lecturas (1960-2000). Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

COLETTI, Tomé. *Agroindústria suinícola e a agricultura familiar:* uma "crônica" sobre a trajetória histórica do oeste catarinense. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 2009.

COLETTI, Tomé; ARALDI, Jucimara Meotti; ZONIN, Valdecir José; SIMÕES, Willian. Juventude da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina: dilemas e desafios para a sua permanência no campo. *Anais do 54º Congresso da SOBER,* Maceió-AL, 2015.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*,set/out/nov/dez. 2003.

GROPPO, Luís Antônio. *Juventude*: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *Geo-grafias:* movimientossociales, nuevas territorialidades y sustentabilidade. México: Siglo XXI, 2001.

RENK, A.; DORIGON, C. (org.). *Juventude rural, cultura e mudança social.* Chapecó-SC: Argos, 2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SENNETT, Richard. *Juntos*: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.* Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SIMÕES, Willian. *Territorialidades da juventude faxinalense:* entre a produção de invisibilidades, a precarização dos territórios de vida e os desafios da construção de um bem viver. Curitiba, 2015. (Tese de Doutorado)

SIMÕES, Willian. Juventude da agricultura familiar e os desafios da construção de outra sociedade possível: provocações para uma "roda de prosa". *In:* ROCHA, Humberto J. da; BERTO, James; AMES, Maria Alice C. *Jovens na agricultura familiar:* gestão e inovação para a sustentabilidade. Curitiba: CRV, 2016.

STROPASSOLAS, Valmir L. *O mundo rural no horizonte dos jovens.* Florianópolis: UFSC, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In:* CASTRO, Elisa Guaraná de; CARNEIRO, Maria José (org.). *Juventude rural em perspectiva.* Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. *Juventudes rurais:* mapa de estudos recentes. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

ZONIN, Valdecir José; DENTZ, Eduardo von; SIMÕES, Willian. Uso do território, espaço rural e juventude: estratégias para o fortalecimento da juventude rural na região Oeste-SC. *Anais do 53º Congresso da SOBER.* João Pessoa-PB: UFPB, 2015.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES DO CAMPO: MAIS DE 30 ANOS DE LUTA DAS MULHERES AGRICULTORAS DO OESTE CATARINENSE

Maíra Rossetto[1]
Tomé Coletti[2]
Marlei Dambros[3]
Lucélia Peron[4]
Justina Inês Cima[5]

INTRODUÇÃO

Nascido em maio de 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras do Estado de Santa Catarina (MMA), hoje Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), foi resultado de um período de efervescência da luta da classe trabalhadora pelos direitos dos(as) trabalhadores(as) e luta política pela transformação da sociedade capitalista. No âmbito das mulheres do campo, este foi também momento de se descobrir enquanto sujeito político: mulher trabalhadora. Assim, lutas concretas,

1 Enfermeira, doutora em enfermagem pela UFRGS. Professora de saúde coletiva no curso de medicina na UFFS. Contato: maira.rossetto@uffs.edu.br

2 Mestre em Ciências Econômicas pelo PPGEco/UFSC, Doutorando em Arquitetura pelo PROARQ/UFRJ, Economista na UFFS. Contato: tomecoletti@gmail.com

3 Mestre em Educação. Pedagoga na UFFS. Contato: marlei.dambros@uffs.edu.br

4 Mestre em Educação. Técnica em Assuntos Educacionais na UFFS. Contato: lucelia.peron@uffs.edu.br

5 Pedagoga. Membro do Movimento das Mulheres camponesas. Contato: justinacima@gmail.com

como a sindicalização das agricultoras, foram desenvolvidas ao lado de lutas mais gerais como a democratização do país.

O forte trabalho das comunidades eclesiais de base (CEBs) da Diocese de Chapecó, por meio dos grupos de reflexão, que formaram lideranças e consciência de luta entre os(as) trabalhadores(as), principalmente do campo, possibilitaram a criação de vários movimentos, entre eles o das mulheres agricultoras, dando visibilidade a um setor importante, mas invisível dentro da sociedade regional e nacional, bem como a suas pautas e reivindicações.

É das lutas por reconhecimento, por direitos básicos e por políticas públicas, realizadas pelas mulheres agricultoras da região Oeste catarinense, e de suas conquistas que nos ocupamos neste capítulo. Entendendo que esta luta, que tem como sua expressão maior o MMC, é parte de um amplo movimento das agricultoras que envolveu as mulheres do campo em diferentes movimentos: sindical, luta pela terra, contra barragens, entre outras.

O capítulo está organizado em quatro seções. Inicialmente, apresenta-se uma breve introdução sobre o conceito de gênero e o desenvolvimento do conceito de feminismo camponês, descrevendo em seguida o contexto em que foram conquistadas as principais políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa e como se deu o acesso as mesmas por parte das mulheres. Na sequência, as fases de conquista e implantação dessas políticas com seus resultados e limites nas questões de gênero. E, por fim, apresentam-se, brevemente, as experiências desenvolvidas no trabalho com mulheres no âmbito da extensão universitária da UFFS e os desafios da Universidade com este público.

O CONCEITO DE GÊNERO

A luta das mulheres pela garantia de seus direitos sexuais e reprodutivos, em nível mundial, vem acontecendo há várias décadas. O feminismo surge e organiza-se como movimento estruturado em paralelo ao fenômeno da Modernidade, acompanhando o percurso de sua evolução desde o século XVIII e tomando corpo no século XIX, principalmente na Europa e nos Estados Unidos (COSTA, 1998). Como organização política, o movimento feminista passou por três diferentes períodos ou "ondas". O primeiro, ainda na década de 1920, buscou a garantia de direitos políticos e individuais. A segunda onda, no final da década

de 50, na França e na Inglaterra, foi caracterizada pelo feminismo radical, que lutou contra todas as formas de opressão feminina. Na terceira onda, que teve início na década de 90, começou-se a discutir os paradigmas estabelecidos nas outras ondas, colocando em discussão a micropolítica, embora as mulheres negras estadunidenses, já na década de 70, tenham começado a denunciar a invisibilidade das mulheres negras dentro da pauta de reivindicação do movimento (MEDEIROS; GUARESCHI, 2009). No Brasil, o feminismo negro começou a ganhar força no fim dessa década, começo de 80, lutando para que as mulheres negras fossem sujeitos políticos (ZOCCHE, 2015).

As críticas trazidas por algumas feministas da terceira onda, alavancadas por Judith Butler, vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente. Excludente porque as opressões atingem as mulheres de modos diferentes e, portanto, seria necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levando em conta as especificidades das mulheres (MEDEIROS; GUARESCHI, 2009).

As mulheres agricultoras do Oeste catarinense firmaram, desde o início, suas lutas pela emancipação das mulheres (caráter de gênero) e dos trabalhadores (luta de classe). Inicialmente a luta foi por firmar-se enquanto sujeito político, saindo da invisibilidade em que se encontravam as mulheres do campo, ação que foi solidificada na luta pela sindicalização, participação das mulheres nas direções dos diferentes movimentos e pela participação na política partidária, através da apresentação de candidatas a deputada estadual e a vereadoras. Lutas de cunho classista e trabalhista (BONI, 2016).

De acordo com Boni (2016), na realização da 4ª assembleia do movimento, em 1990, inicia-se um debate mais intenso sobre as discriminações das mulheres na sociedade e na família. Temas relacionados à divisão do trabalho nas unidades de vida e produção passam a ser questionados: educação dos filhos, trabalho doméstico, atividades fora da propriedade desenvolvidas pelos homens (comércio, ir para a cidade, documentos, financiamentos, participação em diretorias, etc.).

Para o MMC (2008), as relações de gênero são centralmente relações de poder e, como tal, são relações conflituosas. O debate é colocado pelas mulheres por elas estarem em situação de desvantagem, embora o caminho já feito, a tão desejada equidade ainda está distante. O debate de gênero enquanto um debate de direitos extrapola o das relações familiares para o de uma sociedade que cria constantemente desigualdade. A luta pelo empoderamento das mulheres toma forma também de luta política para a transformação da sociedade.

FEMINISMO CAMPONÊS

O feminismo camponês é uma sistematização da luta dos movimentos de mulheres do campo que se fundamenta no esforço de construção de novas relações de poder igualitário entre homens e mulheres e destes com a natureza e a humanidade. Nessa perspectiva, o enfrentamento ao sistema capitalista e suas diferentes formas de expressão no campo: o agronegócio, o patriarcalismo e o machismo são centrais para a luta. A transformação da sociedade com a eliminação das formas de dominação humana compreendendo as mulheres como iguais na diversidade e parte na casa comum – que é o nosso planeta – é a utopia buscada.

A luta feminista na lógica do campo tem dado destaque para a autonomia econômica e social das mulheres, que é concretizada na produção de alimentos. Assim, temas como a terra, os modos de produção, o conhecimento tácito e adquirido e a relação das camponesas com a natureza tomam dimensões importante a serem tratadas como espaços em que o empoderamento das mulheres deve ser ampliado.

Ao tratar o feminismo camponês como a luta das mulheres do campo pela retomada dos direitos, uma visão de totalidade de cinco dimensões são importantes: a) dimensão pessoal da mulher como sujeito de direitos que devem ser reestabelecidos em seu todo: físico e espiritual; b) dimensão socioeconômica, com as lutas de classes inerentes a este espaço; c) dimensão ambiental, em que as relações das mulheres com a terra e a natureza se expressam; d) dimensão cultural em que as diferentes formas de constituição do ser mulher camponesa se formou; e e) dimensão da temporalidade, em que a luta não é de agora, mas é para o restabelecimento de direitos tirados no passado e também para o estabelecimento de direitos para as gerações futuras.

O NASCIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES AGRICULTORAS

Remontam ao final da década de 1970 e início da década de 1980, a luta e organização das mulheres agricultoras, reunidas principalmente em torno de seis bandeiras: democratização do país; reforma agrária; aposentadoria aos 55 anos para as mulheres agricultoras; salário-maternidade; implantação do sistema único de saúde; direito à sindicalização.

Essas bandeiras estavam reunidas no movimento em um contexto de busca de condições de igualdade de direitos entre mulheres e homens e entre os agricultores (campo) e as demais categorias de trabalhadores (cidade). Nesse período, a opção das agricultoras e dos agricultores por uma identidade de classe trabalhadora estava bem definida. De forma inédita, os diferentes setores de agricultores, extrativistas, pequenos agricultores, pequenos proprietários, camponeses, independentemente das denominações adotadas, estavam reunidos com os trabalhadores urbanos, criando uma central de trabalhadores. De acordo com Rodrigues e Ladosky (2015), 44,7% dos delegados e 38,9% dos sindicatos que participaram na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, vieram do campo. A sindicalização das mulheres agricultoras foi uma luta que marcou a construção do movimento de mulheres agricultoras na região. De acordo com Boni (2004), a sindicalização foi uma das principais bandeiras das oposições sindicais do início da década de 1980. A autora assim descreve a pós-conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais pela oposição sindical:

> Uma vez conquistada a direção do STR de Chapecó, em 1982, foi promovida uma campanha para a sindicalização da mulher. Logo depois desencadearam-se campanhas também pela documentação, ou seja, as mulheres foram incentivadas a requerer Carteira de Identidade, Título de Eleitora, CPF, e a insistir para que seu nome constasse no bloco de produtor rural, documento que registra as transações comerciais da propriedade. Isso fazia com que a mulher se tornasse reconhecida como trabalhadora rural, o que garantia seus direitos à aposentadoria, a salário maternidade e a auxílio-doença, direitos já garantidos às trabalhadoras urbanas (BONI, 2004).

A bandeira de luta pela democratização do país era fundamentalmente uma luta política, entendendo-se que somente a democracia possibilitaria a construção e o acesso a direitos pela ampla maioria da população. Bandeiras como saúde e escola no campo faziam parte da luta e eram mobilizadoras, principalmente entre as agricultoras.

A luta pela reforma agrária insere-se no contexto com duas vertentes: i) política: reforma agrária como forma de enfrentamento do latifúndio e luta contra o capitalismo; ii) acesso à terra pelos agricultores sem-terra e pelos filhos dos agricultores.

A luta política contra o latifúndio e o capitalismo estava inserida em um processo de politização do trabalho desenvolvidas pelas comunidades eclesiais de base (CEBs) ligadas a igreja católica e algumas confissões protestantes, no âmbito da teologia da libertação, um movimento continental realizado pela igreja com sua opção preferencial pelos pobres, vindo do Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal Latino Americana de Puebla. Conforme Frei Betto (1981), as CEBs "são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos". De acordo com o autor, "Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras". E, dessa motivação realizada pela igreja organizada através das comunidades de base no rural do Oeste catarinense, é que vão se criar os diferentes movimentos na luta por direitos e contra a "opressão capitalista".

A luta pelo acesso à terra também está colocada em um cenário de esgotamento da fronteira agrícola da região e encarecimento da terra. Assim, a formação de novas unidades familiares estava limitada, sobrando famílias sem-terra e muitos jovens sem possibilidade de acesso a ela. A combinação do trabalho de conscientização realizada pela igreja com uma situação socioeconômica favorável possibilitou o início de um processo intenso de luta pela reforma agrária. Nesse contexto, a luta pela terra se insere como bandeiras de lutas dos diferentes movimentos de mulheres agricultoras. Outro debate intenso sempre recorrente é o da titularidade da terra, que, no âmbito do acesso a muitas das políticas públicas pelas mulheres agricultoras, é o maior impedimento. A estrutura das famílias de agricultores é hierárquica (patriarcal), sendo a legislação também reprodutora desse modelo, tornando-se a não titularidade da terra um dos grandes empecilhos à emancipação feminina.

A luta pelo direito à previdência social, principalmente, aposentadoria aos 55 anos para as agricultoras e o salário-maternidade, mobilizou milhares de mulheres durante a década de 1980 e início da de 1990. A conquista desses direitos na Constituição de 1988 intensificou a luta pela sua regulamentação, ocorrida apenas em 1991 para a aposentadoria e pensão e, em 1996, para o salário-maternidade. Após a regulamentação, seguiu-se toda a luta pelo acesso a tais direitos, com as dificuldades advindas da falta de documentação e comprovação da condição de agricultora.

A luta por um sistema de saúde constituiu-se em meio a um contexto de abandono da saúde e a necessidade do pagamento por "fora" quando da possibilidade do acesso aos serviços públicos. O abandono dos agricultores em relação aos serviços de saúde era completo, e a procura por esses serviços ocorria somente nos momentos extremos. Nessa situação, a luta pelo acesso à saúde se tornou bandeira mobilizadora, principalmente das mulheres. Papel importante na sensibilização para este tema foi o trabalho desenvolvido pela Pastoral da Saúde, na conscientização e na implantação de trabalho nas comunidades através dos agentes de saúde.

A inserção das mulheres agricultoras na política partidária desde os anos de 1980 também foi muito forte. Tratava-se de um debate permanente no interior do movimento em Santa Catarina. A estratégia de apresentar candidatas a deputadas possibilitou, em 1986, a eleição de Luci Schoinaski, a primeira agricultora deputada estadual em Santa Catarina. A mesma estratégia ocorreu no âmbito dos municípios, com a eleição de várias mulheres vereadoras a partir daquele período (BONI, 2012).

AS DIFERENTES FASES DE IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES AGRICULTORAS

Nestes últimos 30 anos, temos pelo menos três grandes fases de luta e implantação de políticas públicas que envolvem as mulheres agricultoras. Uma primeira fase compreende o período do início da década de 1990 com a garantia do direito de acesso à previdência e a implantação do Sistema Único de Saúde. Conquistas da luta desenvolvida na década de 1980 e consolidados na constituição de 1988. Este período pode ser designado como um período de políticas públicas sociais para a agricultura familiar, com um ganho significativo de direitos por parte das mulheres agricultoras que passaram a ter acesso à saúde ampliada e a garantia de renda própria com a aposentadoria aos 55 anos de idade. Além disso, tem a melhora das condições durante a maternidade com a garantia do salário maternidade a partir do ano de 1996. No âmbito das relações de gênero estas conquistas representam momentos fortes de empoderamento das mulheres agricultoras, pelas perspectivas que criam com a diminuição de dependência econômica dos maridos e pela consciência adquirida no debate e luta por estes direitos.

Um segundo momento designamos de período de políticas públicas de oferta, compreendida pelo final da década de 1990 e início dos anos 2000. Neste período o principal instrumento de política pública é o crédito agrícola através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Daí a designação de política pública de oferta. Pela mesma estar centrada no fomento da produção através do financiamento de custeio e de investimento. Pelas características das políticas de crédito, as mesmas não representaram avanço na emancipação e empoderamento das agricultoras. A tendência a reprodução e ampliação das estruturas já existentes pelas políticas de crédito reproduziram desta maneira as formas de poder existentes no interior das unidades de produção. No geral este é um período de poucos avanços nas conquistas de políticas públicas pelas mulheres em relação ao acesso a estas políticas, sendo as mesmas pontuais, através de linhas específicas, mas que não tiveram um impacto geral como a aposentadoria e o salário maternidade na fase anterior.

Embora o limite no acesso direto as agricultoras as políticas de crédito, as mesmas tiveram um resultado indireto bastante positivo no empoderamento das mulheres na região Oeste catarinense. Este efeito tem origem na transição de sistema de policultura subordinado a suinocultura (TESTA *et al*., 1996), para outros sistemas de produção, principalmente o de policultura associado a produção de leite (COLETTI, 2009) nas unidades produtivas da agricultura familiar da região. A transição do suíno para o leite como principal produto de milhares de unidades de produção é acompanhado de uma maior participação nas decisões por parte das mulheres. Isto se deve a produção de leite sempre ter sido "trabalho de mulher" nas unidades agrícolas da região, como produto de autoconsumo. Este era um espaço centralmente feminino na divisão sexual de trabalho nas unidades familiares. A mudança de status desta produção de autoconsumo, para atividade auxiliar na renda e depois articuladora do conjunto do sistema de produção de muitas unidades, fez com que essa divisão fosse com o tempo também sendo modificada. Com o desenvolvimento da produção e a tecnificação da mesma a masculinização começou a acontecer rapidamente, principalmente nos aspectos de controle da gestão e financeira. Vários trabalhos apontam este processo, De Grandi, (1999), Paulilo (2003), Menasche e Escher (1996) e Magalhães (2009). Embora esta masculinização o que queremos apontar aqui que por ter historicamente sido o espaço feminino a presença da

mulher permaneceu neste processo, estendendo-se um conflito permanente por este espaço entre homens e mulheres.

Magalhães (2009) descreve que em 50 famílias entrevistadas separadamente, homens e mulheres, tem visões totalmente distintas da produção de leite nas unidades.

> Comparando as respostas de cada membro da família, as entrevistadoras relatam que tinham a impressão de terem entrevistado duas famílias distintas, devido à intensidade das diferenças de opinião entre homens e mulheres. Especialmente ao serem perguntados sobre quem é o responsável pela atividade, homens e mulheres apresentaram grandes divergências em suas respostas.

Continua o mesmo autor:

> Se no passado a atividade era, sem dúvida, uma atividade feminina, o controle sobre a gestão da produção de leite é hoje, pelo menos na expressão social, objeto de disputa entre os casais. Para dois terços dos homens são eles próprios os responsáveis pela atividade, enquanto para um terço, o casal é conjuntamente responsável. Já nas respostas das mulheres, uma quinta parte admite que os homens sejam responsáveis pelo leite e outro tanto as mulheres, enquanto os dois terços restantes consideram que a responsabilidade pela atividade é do casal.

O ganho de importância comercial do leite e sua ampliação de produção veio acompanhada de uma maior participação feminina na produção, resultado do domínio histórico desta produção pelas mesmas. Embora os homens passem a trabalhar também na produção de leite e a disputar o controle, passando a dividir este espaço com as mulheres, está passagem representa um processo de disputa, que em muitas unidades representou mudança de relações de poder entre homens e mulheres. Parece ser este um processo ainda não concluído no âmbito regional.

O mesmo processo parece ocorrer com uma série de outros sistemas que surgiram ligados as agroindústrias familiares, a produção de hortifruti, produção para feiras. Por terem estas produções origem nos produtos de autoconsuno das famílias, e estes terem sempre sido realizados no espaço da casa, o espaço da "mulher" tem o mesmo comportamento do que os sistemas associados a produção de leite. Desta forma o financiamento do PRONAF no desenvolvimento e consolidação destes sistemas acabaram contribuindo indiretamente, com o

aumento das rendas monetárias das famílias e o acesso a bens e serviços esternos, ampliando a participação das mulheres na produção, mas de forma subordinada aos homens, embora em um processo intenso de disputa de espaço. É importante frisar que este efeito indireto teria sido bem maior se os instrumentos das políticas de crédito tivessem sido alterados e, assim, facilitado o acesso diretamente pelas mulheres, o que poderia ter levado a alterações e a uma maior equiparidade entre homens e mulheres.

O terceiro momento é o relacionado às políticas públicas de demanda. Aqui os principais destaques são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Programas estes, surgidos em meio ao debate de combate à fome e da soberania alimentar.

Estas políticas são aqui denominadas de demanda por serem políticas que demandam das unidades familiares novos produtos. Pelas demandas destas políticas serem diversificadas, esta capacidade de produção está colocada nas unidades na produção de autoconsumo. O atendimento desta demanda supõe ampliar e organizar a produção destes alimentos. Provocando reorganizações das unidades e uma maior oportunidade para as mulheres e jovens. Pesquisa realizada no âmbito do Projeto Fortalecimento da Juventude Rural do Oeste catarinense identificou a falta de oferta de produtos na quantidade necessária para a demanda existente no âmbito do PNAE (ZONIN *et al.*, 2016), isto demonstra uma estrutura de produção das unidades familiares da região hierarquizada em alguns produtos. Desta forma, estas políticas representam uma oportunidade de diversificação e por suas características, uma maior presença de mulheres e jovens (COLETTI *et al.*, 2016).

A diversificação das incipientes políticas de demanda provocou a ampliação e fortaleceu a luta por uma nova política de acompanhamento técnico e extensão rural (ATER). Nesse mesmo sentido, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) ganhou em importância na consolidação destas políticas. O campo das políticas de demanda é ainda pontual, mas representa um campo importante para a criação de oportunidades para a agricultura familiar e de inversão do processo de desenvolvimento rural da região. São políticas que provocam mudança de tipo de agricultura com maior preocupação na qualidade nutricional dos alimentos, na sua diversidade e na sustentabilidade dos sistemas da agricultura familiar.

SAÚDE

Paralelamente à evolução da construção do conceito de gênero, foram surgindo políticas públicas de saúde para as mulheres. Em 1984, o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), com a participação de sanitaristas, psicólogas, sociólogas, pesquisadores de universidades, com destaque da representação de movimentos sociais feministas (BRASIL, 1984). Esse movimento coletivo resultou em um programa de saúde brasileira com abordagem de atenção integral dirigido às mulheres.

A principal contribuição do PAISM foi constituir um conjunto de princípios e diretrizes destinados a orientar toda a assistência ofertada às mulheres, nas suas necessidades e demandas específicas, não somente do processo reprodutivo, mas voltadas à promoção da saúde das mulheres, refletindo-se nas iniciativas e ações que marcaram o período pós-Cairo (BRASIL, 1984). Esse foi um dos primeiros programas que ampliou o olhar para a saúde das mulheres, embora não tenham evoluído as discussões sobre os direitos das mulheres em controlar seu corpo, estando as questões centradas no duo materno-infantil (ZOCCHE, 2015).

É importante considerar que a experiência de institucionalização das demandas em relação às mulheres se deu, inicialmente, com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985. Essa nova concepção de saúde integral apoia a compreensão de que as mulheres não são apenas sujeitos reprodutivos, mas, sim, mulheres protagonistas no cuidado de sua saúde, em todas as dimensões da vida (OSIS, 1998).

Aconteceram a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), mais conhecida como Conferência do Cairo, realizada em setembro de 1994, e a Conferência Mundial sobre Mulheres aconteceu em Beijing, em 1995, estabelecendo um conjunto de medidas a serem tomadas pela comunidade internacional com vistas a promover a capacitação das mulheres e a superação das discriminações de gênero, apontando para a eliminação de leis e medidas punitivas contra as mulheres que tenham se submetido a abortos ilegais, garantindo o acesso e a qualidade dos serviços de saúde para tratar das complicações derivadas dessas situações (UNFPA, 1995). As conferências contribuíram para inferir que a humanização e a qualidade da atenção implicam a promoção, o reconhecimento e respeito aos seus direitos humanos, dentro de um marco ético

que garanta a atenção integral à saúde, estabelecendo direitos reprodutivos e sexuais como direitos inalienáveis das mulheres.

No ano de 2000, foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) as metas do milênio, traçando os objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM): melhorar a saúde das gestantes e promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. De acordo com o relatório apresentado em 2015, são necessários novos investimentos para os próximos 15 anos, no intuito de deter o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero, assim como eliminar a disparidade e as desigualdade entre os sexos (BRASIL, 2013).

Percebeu-se, nas últimas décadas, um movimento crescente de ações que acabam por culminar na criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), instituída em 2004, que propôs a implementação de ações de saúde integral, incluindo ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, com ações voltadas ao câncer de colo de útero e de mama, para reduzir a morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis. A PNAISM traz, ainda, na sua concepção e formulação, o princípio da integralidade da atenção como um dos requisitos para atender às necessidades de saúde das mulheres de forma abrangente, humanizada e hierarquizada (BRASIL, 2004). A proposta de atenção integral constitui uma crítica ao modelo de assistência predominante no sistema de saúde, que reproduz os mecanismos de dominação das mulheres e contribui para sua subordinação e falta de autonomia. Ainda articula os diferentes níveis de complexidade da assistência entre os vários setores, conhecido desafio para a concretização da proposta de integralidade no SUS (BRASIL, 2004).

Além do enfoque apresentado, o combate à violência contra as mulheres tem ganhado destaque nas propostas do Ministério da Saúde. As políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres começam a ser dimensionadas com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, que passa a incluir ações integradas retratadas em diferentes documentos publicados neste período: Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, Lei Maria da Penha, Política e Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, dentre outros, abrangendo as dimensões de prevenção, assistência, combate e garantia de direitos às mulheres (BRASIL, 2011).

Somente a partir de uma visão ampliada de saúde, é que hoje as políticas públicas visam à promoção dos direitos sexuais e reprodutivos com liberdade

de escolha das mulheres, que ocupam cada vez mais o mercado de trabalho, as universidades e o comando das famílias, exercendo o cuidado dos filhos e da casa, na maioria das vezes. As pautas atuais no campo da saúde são a garantia da equidade entre mulheres e homens, o controle de seu corpo e do momento que desejam ter filhos, a garantia de espaços para a permanência dos filhos e a diminuição dos casos de violência e femicídios perpetrados contra as mulheres.

As mulheres possuem diferentes necessidades de saúde. E, se considerarmos o conceito ampliado de saúde, veremos como é complexo cuidar das mulheres que vivem na área urbana ou no campo, que trabalham fora ou no lar, que são hétero ou homossexuais, que vivem em situação de rua ou privadas de liberdade, em todas as suas fases e ciclos de vida (infância, adolescência, vida adulta, velhice).

A evolução das políticas de saúde é constante, sendo que na PNAISM (BRASIL, 2004) existe uma recomendação da necessidade de ampliação do acesso da população rural aos serviços de saúde, que ainda é um grande desafio do SUS. A dificuldade de acesso às ações de saúde imposta às mulheres rurais está relacionada, entre outros fatores, às desigualdades das relações de gênero e de trabalho, às grandes distâncias entre residência ou trabalho e os serviços de saúde, à maior precariedade dos serviços locais e à precária capacitação dos gestores e profissionais de saúde para lidar com a especificidade dos agravos decorrentes do trabalho no campo. O Ministério da Saúde vem adotando estratégias para a formulação de uma política de atenção à população trabalhadora e residente no campo (BRASIL, 2004).

O atual momento político e econômico no Brasil tem suscitado discussões em torno de questões que já haviam evoluído, como o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e o Ministério da Justiça e Cidadania, que faziam enfrentamentos em busca de políticas públicas direcionadas as minorias. Também estão em pauta a reforma previdenciária que retiraria direitos trabalhistas e aumentaria a idade para a aposentadoria, discutindo, inclusive, a revisão do direito à aposentaria de trabalhadores rurais. O governo interino brasileiro também coloca em pauta congelamento dos investimentos na saúde e educação, pelo período de 20 anos e a revisão do direito universal à saúde, o que tem sido encarrado como uma precarização do SUS e dos direitos de seus usuários[6].

6 Para melhor situar o leitor, cabe informar que o texto foi escrito no ano de 2016.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFFS E AS MULHERES AGRICULTORAS

Integrar a Universidade com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida das pessoas são objetivos dos programas e projetos de extensão desenvolvidos na UFFS. Diante disso, as ações de extensão buscam contribuir com o processo de formação das pessoas e de geração de conhecimentos.

Na I Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão da UFFS (I COEPE), realizada em 2010, definiu-se que a extensão universitária é fundamental para a democratização do acesso aos conhecimentos produzidos na Universidade, bem como para o redimensionamento da função social da Instituição. Entende-se que as atividades de extensão permitem conhecer de perto os problemas sociais, identificando questões que requerem investigações científicas. Assim, a extensão ganha relevância social, não só pelo enraizamento das questões levantadas na vida social, mas também pela possibilidade de construir, junto com a população, as respostas para essas questões. Esse movimento de crescente inserção na realidade social permite que a Universidade cumpra um de seus papéis mais importantes, que é o de contribuir para a formulação de políticas públicas participativas e emancipatórias, que resultem em uma maior justiça social. É a partir dessa perspectiva que se coloca a Política de Extensão da UFFS, priorizando a extensão como prática acadêmica que interliga a Universidade, nas suas atividades de Ensino e de pesquisa, com as demandas da região da Fronteira Sul (I COEPE, 2010, p. 53).

A concepção política da extensão na UFFS é concebida considerando as diretrizes e os princípios institucionais e acadêmicos da Política Nacional de Extensão, constituindo-se num elo entre as demandas regionais e as atividades de ensino e de pesquisa. Tem a perspectiva de colaborar, por meio de ações voltadas à cidadania e à inclusão social, com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Visa, também, garantir a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, promove uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, fomenta o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção

da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional. Objetiva, ainda, o desenvolvimento de programas e projetos comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a formação do profissional cidadão. (UFFS/Política de Extensão, 2011, p. 3).

Tendo em vista sua concepção política e o compromisso da Universidade com a transformação social e emancipadora e o objetivo de contribuir com a formulação de políticas públicas participativas, o desenvolvimento de projetos e programas de extensão na UFFS abarcam diversas temáticas. Com relação ao debate específico envolvendo a questão das mulheres, foram desenvolvidos, até o ano de 2016, 13 projetos, dos quais alguns já se tornaram programas contínuos que estão em desenvolvimento desde 2011. Como temáticas abordadas, estão a agroecologia, o manuseio e a conservação de alimentos, a gestão das propriedades, o cuidado pessoal, as questões de gênero e, com maior ênfase, a temática saúde da mulher.

Vale destacar que, em todos os projetos e programas desenvolvidos, participam um número significativo de mulheres agricultoras. Muitas delas participaram da luta pela conquista e implantação da UFFS e hoje se sentem pertencentes à Universidade, pois podem participar das formações que a Instituição proporciona, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida da sua família e da sociedade. Sendo lideranças dos movimentos sociais, essas mulheres multiplicam os conhecimentos adquiridos na Universidade para as outras mulheres companheiras do movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de conquistas das políticas públicas destinadas às mulheres, é fruto das lutas empreendidas por elas mesmas, nas quais reivindicavam o acesso das mulheres à terra; o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural; a garantia dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras rurais e o atendimento à saúde da mulher. É possível perceber que esse movimento consegue organizar um grande número de mulheres que passam a discutir os seus interesses coletivamente, fortalecendo sua autonomia e emancipação.

Com a maior participação nos espaços de debates e nas comunidades, ocorre uma nova etapa na vida das mulheres agricultoras. Ao se assumirem como mulheres trabalhadoras rurais, elas criaram espaços de diálogos, trocas, uniram interesses, sintonizando discursos e tecendo relações entre elas próprias e com outros atores sociais. Com isso, elas vão tomando consciência das suas capacidades de agir, pensar, decidir, de lutar pelos seus direitos e passam a se reconhecer de uma outra forma, com mais respeito, autoconfiança e autoestima, pois podem se expressar e são ouvidas. Elas passam a controlar seus próprios assuntos e a própria vida, pensar por si próprias, comunicar sua opinião, confiar e acreditar nas suas habilidades e competência para produzir, criar, gerir e questionar o que não lhes agrada, ou seja, elas passam a se reconhecer como um sujeito capaz.

Ao entenderem que as mulheres foram pensadas e produzidas como inferiores em nossas sociedades, que não lhes foi dado vez, lugar, reconhecimento, as mulheres agricultoras passam a lutar por espaços, lugares, reconhecimento e igualdade. Para isso, lutam pela terra, pela moradia, alimentação, saúde, educação, para estarem presentes em espaços de poder como nas instituições públicas, no trabalho, na política, na escola e na universidade. Lutam por espaços de presença legítima e de pertencimento, por direitos, cidadania, consciência e por serem membros que pertencem aos espaços da comunidade social, política, econômica e cultural. Portanto, promover mudanças na estrutura social e fortalecer os movimentos das mulheres agricultoras é fundamental para construir caminhos de correção e equacionar as desigualdades. E, para materializar essas políticas públicas, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, é necessária a contribuição das universidades.

REFERÊNCIAS

BONI, Valdete. *De agricultoras a camponesas:* o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas, Tese de Doutorado. UFSC. Florianópolis, 2012.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 289-302, abr. 2004.

BRASIL. *Assistência Integral à Saúde da Mulher:* bases de ação programática. Brasília: Ministério da Saúde, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política nacional de atenção integral à saúde da mulher:* princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 19 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:* princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_ principios_diretrizes.pdf. Acesso em: 24 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.* Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013b. Disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf. Acesso em: 26 maio 2015.

BRASIL. *Guia de apoio para o alcance das metas:* agenda de compromissos dos objetivos de desenvolvimento do milênio. Brasília: Secretaria de Relações Institucionais/Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013-2016. Disponível em: http://encontrocomprefeitos.portalfederativo.gov.br/arquivos/_Agenda_completa.pdf. Acesso em: 13 mar. 2015.

COLETTI, T. *Agroindústria suinícola e agricultura familiar:* uma crônica sobre a trajetória histórica no oeste catarinense. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

COLETTI, Tomé; ARALDI, Jucimara Meotti; ZONIN, Valdecir José; SIMÕES, Willian. Juventude da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina: dilemas e desafios para a sua permanência no campo. *Anais do 54º Congresso da SOBER*, Maceió-AL, 2016.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Trajetória e perspectivismo do feminismo para o próximo milênio. *In:* PASSOS, Elisete; ALVES, Ivia; MACEDO, Marcia. *Metamorfoses*: Gênero e na perspectiva interdisciplinar. Salvador: UFBa/NEIM, 1998, p. 25-35.

CIPD – Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. *Relatório final.* Cairo, Egito: CNPD; FNUAP, 1994. Publicação em português: Brasil. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf. Acesso em: 07 jan. 2015.

DE GRANDI, Alessandra. *Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a miniusinas de leite no estado de Santa Catarina.* Dissertação de mestrado em sociologia política. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 1999.

FREI BETTO. *O que é Comunidade Eclesial de Base.* São Paulo: Brasiliense. 1981.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. *Habilidades sociais no mercado de leite.* Relatório de pesquisa. USP/Rimisp: São Paulo, 2005.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. A "masculinização" da produção de leite. *Revista de Economia e Sociologia Rural,* 2009, 47(1): 275-300.

MEDEIROS, Patrícia Flores.; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão. In: COSTA, Ana; AQUINO, Estela. "Saúde da mulher na reforma sanitária brasileira". Estudos Feministas, Florianópolis, n. 17, v. 1, p. 296, jan./abr. 2009.

MENASCHE, Renata. Capinar: verbo conjugado no feminine? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, n. 11, v. 5, jul./set. 2004.

OSIS, M. J. M. D. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 25-32, 1998. Disponível em: http://www.scielosp.org/pdf/csp/v14s1/1337. Acesso em: 03 jun. 2015.

PAULILO, Maria Ignez Silveira, DE GRANDI, Alessandra Bueno e SILVA, Marineide Maria. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. *In:* RODRIGUES, Iram Jácome, & Ladosky, Mario Henrique Guedes. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (95), 87-142. Disponível em: https://dx.doi.org/10.1590/0102-6445087-142/95.

TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L. C.; BALDICERRA, I. T. CORTINA, N. *O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense:* (Proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996.

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. *Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher.* Pequim, 1995. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 30 maio 2015.

ZOCCHE, Denise Azambuja. *Produzindo identidades e necessidades em experiências de puerpério.* Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Porto Alegre, 2014, p. 124.

ZONIN, Valdecir José; DENTZ, Eduardo von; COLETTI, Tomé; KROTH, Darlan Christiano**.** Análise da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar: o caso do PNAE em três microrregiões do oeste catarinense. *Anais do 53º Congresso da SOBER.* João Pessoa-PB: UFPB, 2016.

EVOLUÇÃO E BALANÇO DA ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM COOPERAÇÃO (NECOOP) DA UFFS EM LARANJEIRAS DO SUL-PR

Pedro Ivan Christoffoli[1]
Cristina Sturmer dos Santos[2]

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada em 2009, a partir de demanda e mobilizações de comunidades, sindicatos e movimentos sociais de trabalhadores da região de fronteira do Sul do Brasil. Constitui-se como uma universidade com características populares em seu nascedouro. Isso implicou a definição de um projeto institucional e pedagógico voltado às dinâmicas populares e de um desenvolvimento sustentável e solidário da região.

É dentro desse escopo que, mais tarde, em 2012, se constitui o Núcleo de Estudos Avançados em Cooperação (NECOOP), vinculado à Reitoria da Universidade, com objetivo de estimular iniciativas de cooperativismo e associativismo populares em todo o entorno de atuação da UFFS. O desenvolvimento do NECOOP apresenta uma dinâmica diferenciada em cada um dos *campi* da Universidade. O presente estudo foca na experiência desenvolvida em Laranjeiras do Sul-PR e procura abordar as contradições derivadas de um processo que

1 Professor efetivo da UFFS – *Campus* Laranjeiras do Sul.
2 Professora substituta da UFFS – *Campus* Laranjeiras do Sul.

se propõe ancorado numa práxis militante comprometida com a ação concreta junto aos setores empobrecidos e explorados do território da Cantuquiriguaçu. Ao passo que busca produzir reflexões e estudos de natureza acadêmica, contribui para o avanço científico comprometido com o desenvolvimento solidário e sustentável dessa grande região da fronteira do Mercosul.

O capítulo estrutura-se em mais duas seções, além desta introdução: uma dedicada ao debate sobre a UFFS e o NECOOP, pontuando as dinâmicas de constituição e posterior funcionamento dessas instituições nas diferentes escalas; e uma última seção que trata dos limites e contradições do processo extensionista através da experiência vivenciada pelo NECOOP do *Campus* Laranjeiras do Sul.

UFFS E NECOOP: DINÂMICAS DE CONSTITUIÇÃO

Para compreender as ações do NECOOP, é importante situar a proposta e o contexto de constituição da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Ela surge num período de avanços institucionais[3] trazidos pelos governos democrático populares, fruto de décadas de acúmulos e lutas sociais e sindicais no Brasil.

O Núcleo de Estudos em Cooperação[4] (NECOOP) é oficializado em dezembro de 2012, com atuação em níveis distintos, em três *campi* da UFFS: Chapecó, Laranjeiras do Sul e Cerro Largo. Cada local exerce sua autonomia organizativa e segue lógica própria de estruturação. O núcleo tem por finalidade promover atividades de ensino, pesquisa e extensão em cooperação, economia solidária e cooperativismo como elementos indissociáveis de uma universidade comprometida com a transformação social.

Em sua missão, o núcleo se propõe a ser um centro de referência em formação, promoção e pesquisa em economia solidária, com foco a estimular a transformação social e o desenvolvimento includente e sustentável.

Uma questão fundamental para início de discussão sobre a UFFS e o NECOOP se refere ao entorno no qual atuam, de forma que se questiona: “Qual a

---

3 Esse ciclo se inicia a partir de 2003 e começa a refluir a partir de 2013 com as revoltas populares contra a violência policial na repressão ao movimento estudantil em SP. Capturadas pela direita fascista, essas mobilizações passam a liquidar com a real politik de conciliação de classe dos governos petistas, desembocando no golpe institucional de 2016.

4 Somente após a criação do NECOOP, a UFFS normatiza a criação de Núcleos de Estudos Avançados, por isso a posterior alteração do nome do Núcleo incluindo o termo “avançados”.

base material em torno da qual se estruturam as práticas educativas e de extensão da UFFS?" Considerando as diferentes escalas de análise, se propõe alguns pontos de ponderação para construção de uma contextualização.

Um primeiro aspecto a se considerar é que o Brasil se constitui como sociedade capitalista periférica, situada na América Latina, continente historicamente explorado por europeus e estadunidenses, com a economia voltada à exportação de riquezas minerais e vegetais/biológicas (CANO, 1998; POCHMANN, 2016). Tal configuração e o entranhamento de uma elite subserviente ao capital das metrópoles (Portugal, Inglaterra, Estados Unidos, dentre outros) levaram à construção de um projeto subalterno de país. A burguesia nacional satisfaz-se em se associar como parceiro menor do capital estrangeiro (FURTADO, 1998; PRADO JR, 1988).

Objetivamente isso traz implicações de longo alcance, em termos de políticas públicas em geral, bem como traz amarramentos para a política de Ciência, Tecnologia (C&T) e Educação, visto que um país subalterno não necessita desenvolver tecnologias competitivas e de ponta, a não ser naqueles setores, como o agronegócio (visto a divisão internacional do trabalho sob o capitalismo), e somente numa parcela diminuta e localizada da cadeia. Nesse quadro, as universidades se ressentem de um papel mais proeminente, consolidando-se aquelas poucas necessárias à formação da elite e dos técnicos que servirão às grandes empresas transnacionais na adaptação de tecnologias importadas às condições do país. Os demais brasileiros não necessitariam, de acordo com essa visão, de universidades públicas. E é por isso que sistematicamente elas são bloqueadas[5] ou desmanteladas em sua função de produção de conhecimento e tecnologia de ponta, necessários para o desenvolvimento de uma potência mundial.

Fruto dessas interações gerais, a região da Grande Fronteira do Mercosul é, por sua vez, dentro do Brasil, uma região marginal ao eixo de acumulação de capital (que é historicamente litoralizado e geograficamente ancorado no sudeste

5 A primeira universidade brasileira é criada em 1912 (no Paraná, mas sofre descontinuidade). Posteriormente, em 1920 é criada a atual UFRJ. Nos anos 1960, são criadas 22 universidades federais, buscando ter ao menos uma universidade federal por estado. Desse total, 13 foram criadas até 1963 (antes do golpe militar). Somente com os governos Lula e Dilma ocorre uma expansão significativa do ensino superior recente no Brasil, tanto público como privado (18 universidades criadas, voltadas à interiorização do desenvolvimento). Ainda assim, o número e a qualidade de universidades brasileiras é diminuto (1539 universidades e escolas superiores) frente, por exemplo, as mais de 450 universidades alemãs ou à graduação e pós-graduação chinesa (crescimento de 22% aa na graduação, contra 11% aa do Brasil na última década). Pouco a comparar também com as mais de 4 mil universidades e escolas superiores indianas (PACHECO, 2016; RANKING, 2016).

do país). Ainda que seja uma região fronteiriça, apresenta baixa integração com os demais países vizinhos (a não ser na questão do contrabando e outras ações ilícitas). Além disso, a sua integração à economia nacional e internacional se deu historicamente através da exploração agrícola e de recursos naturais. Inicialmente a organização dessa região foca-se num extrativismo (gado, madeira, erva mate...) que se constitui pautado na figura dos latifúndios, com um processo conflituoso para controlar tanto os espaços vazios existentes, como os já habitados por populações tradicionais e, mais tarde, por posseiros e pequenos agricultores.

Atualmente a economia do agronegócio se estabelece como eixo estruturante, mas também desestruturador, numa dialética de criação-destruição. Como polo dinâmico exportador de *commodities*, revoluciona as condições de produção do meio rural; entretanto, a desestrutura subordina o uso do solo e das águas ao capital e induz a expulsão populacional do seu meio rural. Economicamente, vivencia-se uma etapa marcada pela proeminência das exportações, o que significa, por outro lado, extrema dependência externa, notadamente da China.

A dinâmica do agronegócio também levou, na região, à constituição de um parque industrial associado e setorializado. Esse surto localizado de industrialização relacionada à agricultura (agroindústrias, máquinas e implementos...) se estruturou principalmente no período 1950-1970 quando a indústria a montante da agricultura ainda fazia parte do arranjo político estabelecido pela ditadura militar, visando constituir um polo produtivo nacional de bens de consumo duráveis para a produção agrícola (BRANDÃO, 2004; CANO, 1998; DELGADO, 2012).

A economia do setor público nos governos estaduais e municipais da região vem "a reboque" e é extremamente funcional e subserviente ao latifúndio. Mesmo financeiramente "quebrados", os estados seguem promovendo desoneração fiscal na exportação de produtos agrícolas, ao passo que taxam pesadamente a cesta básica para consumo dos trabalhadores e os serviços básicos como telefonia e energia elétrica. Tal arranjo é assegurado pela forte presença política do latifúndio via seu braço parlamentar, a bancada ruralista e, subsidiariamente, pelas cooperativas capitalistas.

Desse modelo inúmeras contradições vão se evidenciando principalmente na degradação ambiental, que ocasiona altas taxas de desmatamento, contaminação por agrotóxicos, erosão de solos e da base genética, entre outros problemas relacionados à saúde humana e a epidemias sanitárias (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014; MARTÍNEZ ALIER, 2000; TOSETTO, 2016). No aspecto social,

cresce a exclusão de parcela crescente de jovens, com a falta de perspectivas econômicas e sociais no meio rural, ocasionando êxodo e perda populacional absoluta nos pequenos municípios. Esses movimentos têm relação com o avanço do capital sobre a agricultura e com o aprofundamento do movimento da revolução verde, tendo como eixo a expansão do uso da mecanização, da engenharia genética e o aprofundamento da exploração da natureza e do trabalho (HESPANHOL, 2008; MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

Esses processos contribuem para a alimentação de um êxodo rural e regional que conduz as populações pobres para regiões metropolitanas, engrossando a massa urbana empobrecida, o que acentua o quadro de expulsão de força de trabalho excedente, que terá de se submeter a baixos salários e empregos de baixa qualificação nas cidades. Tal cenário tende a se acentuar na atual conjuntura de precarização do mercado de trabalho que se intensifica em momentos de crise.

Como contraponto, é oportuno caracterizar o processo de formação histórica e material na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, de um conjunto importante de movimentos sociais do campo que tiveram aí sua origem, e ainda seguem ativos, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura, além de cooperativas de extração popular como é o caso das cooperativas de crédito do Sistema CRESOL, as cooperativas coletivas do MST[6] e um grande número de pequenas associações e cooperativas camponesas, notadamente da agricultura familiar. Comporta também organizações em redes, seja de agroindústrias (como a Sabor Colonial e a Terra Viva) ou tantas outras iniciativas populares inovadoras no meio rural (MIOR, 2005).

Esse dinamismo se deve em grande medida às experiências de resistência ao avanço do capitalismo no campo na região nos anos 1960-1980, frente ao enorme deslocamento populacional e ao bloqueio das fronteiras agrícolas internas regionais, com a expulsão do campo de milhares de famílias camponesas. Alavancadas pelas contradições do capitalismo no campo e assessoradas pelas pastorais rurais e pelos sindicatos de oposição ao regime, ocorre a emergência

---

6 Para melhor compreensão do fenômeno das cooperativas coletivas ligadas ao MST, ver CHRISTOFFOLI, 2000.

de movimentos sociais em luta contra o sistema e, mais tarde, de organizações produtivas de estabilização e resistência social.

Essas organizações se caracterizam por buscar consolidar avanços econômicos e sociais, sendo gestadas e articuladas nos interstícios das lutas desencadeadas pelos movimentos políticos de massa. Inicialmente marginais, algumas dessas iniciativas se desenvolvem e agigantam, apesar de a grande maioria permanecer marginal ao sistema e às dinâmicas econômicas capitalistas na região.

A história desta região também é marcada pelo extermínio de povos indígenas, pelas lutas sociais de resistência indígena, negra[7] e camponesa, como na Guerra do Contestado (1912/16) e na Revolta dos Colonos do Sudoeste do Paraná (1957), dentre outras tantas (CEZIMBRA, 2015; COCA, 2011). A partir dos anos 1980, o ascenso de movimentos de base popular com ancoragem na igreja progressista (hoje um tanto desmobilizada, após o papado direitista de João Paulo II) contribui para uma nova etapa, na região, de lutas sociais radicalizadas.

Ainda que se constitua no berço de lutas sociais radicais desde o final da ditadura militar, a região padece sob domínio ideológico do capital tanto em termos de projetos individuais como coletivos. Tais projetos podem ser ilustrados, por um lado, na capilarização robusta do agronegócio no território via fortalecimento e expansão do cooperativismo capitalista. E, por outro, na existência de um caldo cultural racista, antipovo, de um segmento amplo entre os trabalhadores e a classe média sulista. Existe, assim, um processo contraditório de movimentos e contramovimentos dentro do tecido regional, que vão tensionar os segmentos marginalizados que se movimentaram tentando consolidar e ampliar sua territorialização. Obviamente isso também impacta sobre as opções político-institucionais da UFFS.

Essas movimentações podem ser visualizadas nas lutas dos segmentos sociais postos à margem do desenvolvimento econômico, que, regionalmente, se materializam, por exemplo, nas ações de luta por reforma agrária, nas ocupações realizadas pelo MST, que na Cantuquiriguaçu desde 1986 resultaram na criação do principal território reformado do sul do Brasil, com mais de cinco mil famílias assentadas[8].

7 No Estado do Paraná, apesar da pequena presença negra na população (2,6%), foram registradas 86 comunidades tradicionais negras; no Rio Grande do Sul, outras 130 comunidades (LAPS, 2016).

8 O principal latifúndio tomado pelo MST foi parte da área ilegalmente ocupada pela empresa Giacometti-Marodin (atual Araupel), que abarcava, em 1996, parte considerável de três municípios, ocupando 49,6% das terras de

Essa base material regional se articula na busca do projeto de uma universidade popular para a região, inicialmente via movimentos sociais do campo e, posteriormente, aproveitando a conjuntura favorável fomentada pelo governo federal no governo Lula (via programas de expansão universitária) e que vão possibilitar a conquista da UFFS para o território. Ou seja, a UFFS, em sua implantação regional, surge não da iniciativa dos representantes regionais do capital, que era descrente da possibilidade de uma universidade pública na região e que se opõe tenazmente, ainda hoje, a uma universidade de extração popular.

Com essas características em sua gênese e uma proposta de construir um desenvolvimento regional pautado em outras bases, com a sua implementação em 2010, inicia-se efetivamente o processo de disputa de poder em espaços internos da UFFS. Essa disputa se efetiva no espaço dos cursos de graduação, nas ações de pesquisa, na extensão e se apresenta em limites institucionais operativos.

Nesse campo de disputa, o NECOOP se constitui como um espaço que tem por objetivo fortalecer as iniciativas associadas à cooperação em todas as esferas, mas sempre priorizando a perspectiva popular. Estabelece como objetivos em médio prazo: (a) Contribuir para fortalecer a cultura da cooperação na Região da Cantuquiriguaçu e no estado do Paraná; (b) Apoiar processos de transformação social com base em organização de iniciativas econômicas associativas; (c) Contribuir para o fortalecimento do cooperativismo de base popular; (d) Aportar estudos e análises em vista do desenvolvimento da economia solidária; e (e) Ser um viveiro de formação de quadros comprometidos com os valores cooperativistas e da economia solidária (Ecosol).

Esses objetivos emergem de um processo que tem início com uma parceria e certa inspiração na experiência cooperativa de Mondragón. Apoiada num acordo já existente das cooperativas de Mondragón com o MST na região de Laranjeiras, a UFFS estabelece parcerias com o Instituto Lanki da Universidade de Mondragón e com a Fundação Mundukide, ambas instituições cooperativas bascas. Para tanto, foram realizadas jornadas conjuntas de formação para a equipe do Campus de Laranjeiras do Sul. Posteriormente, feitas visitas[9] de intercâmbio

---

Rio Bonito do Iguaçu, 26,7% de Quedas do Iguaçu e 10,9% de Nova Laranjeiras (JANATA, 2012). Os assentamentos da região representam “21% dos agricultores familiares do Território com 30% da área, tendo em média 22 ha de área por estabelecimento” (MORAES, 2013, p. 159).

9 Para mais detalhes das visitas: http://www.tulankide.com/es/representantes-de-universidades-y-organizaciones--de-brasil-visitan-mondragon.

e estudos no país basco (Espanha), com membros de todos os *campi* articulados no NECOOP. Ainda, durante todo o processo de implantação do Núcleo tem-se a presença de cooperantes bascos na região de atuação do Campus Laranjeiras do Sul, ligados à Fundação Mundukide, em projetos de apoio ao MST.

Considerando os elementos até aqui evidenciados, da concepção da UFFS e a posterior constituição do NECOOP, imprime-se uma marca diferenciada de outras instituições tradicionais na educação pública superior no Brasil. A opção institucional que a coloca em proximidade às demandas e ações da classe trabalhadora dará um tom diferenciado também para as ações de extensão, um dos eixos da Universidade, e que será debatido no próximo tópico.

CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO NA UFFS E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO E A PESQUISA

Para discutir as dimensões da extensão em sua relação com as demais práticas universitárias, deve-se primeiro situar brevemente a evolução dessa ação nas universidades brasileiras. Historicamente, a ação extensionista pautou-se em uma perspectiva difusionista restrita que não contemplava um diálogo com os atores sociais inseridos na realidade do entorno (THIOLLENT, 2011).

Aliado a isso, destaca-se o histórico de incompletude da institucionalização da extensão na estrutura universitária brasileira, que se inicia em 1931 mediante o Decreto nº 19.851. A extensão universitária, mesmo sem pretensões de consenso, pode ser dividida em três etapas:

> I. a anterior a 1964, cuja centralidade foi dada pela campanha pela Escola Pública e pela aproximação com o movimento das Reformas de Base, a partir de obra e de prática de Paulo Freire;
>
> II. a etapa que vai de 1964 a 1985, polarizada pela emergência e demandas dos movimentos sociais urbanos;
>
> III. a terceira etapa corresponde ao período pós-ditadura e se caracteriza pela emergência de três grandes novos elencos de demandas: 1) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais urbanos e rurais; 2) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania; 3) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços (PAULA, 2013, p. 21).

Nesse processo extremamente recente de construção de uma extensão universitária no país, existe a predominância de uma proposição que se materializa na extensão propondo uma relação teórica-prática em que se parte da teoria elaborada na universidade e se realiza sua extensão aos atores sociais acompanhados. Portanto, muitos processos compreendem ainda a primazia do saber universitário sobre o popular nessa relação muitas vezes contraditória.

Na extensão tradicional, o conhecimento é construído por técnicos e pesquisadores e transferido para o público-alvo, que é encarado como um agente passivo que receberá e aplicará o que foi produzido. Um dos exemplos desse processo é a transferência de tecnologias realizada nos anos de 1950 e 1960 durante a revolução verde[10], que conduz a um aumento de produtividade, gerando aumentos significativos de produtividade. Porém, causa impactos extremamente negativos por desconsiderar suas implicações socioeconômicas e as dimensões da prática dos agricultores, uma vez que é aplicada na forma de "receita" ou "pacote".

Ainda no contexto das universidades, há a emergência de uma crítica a essa visão, de forma a alinhar a prática de extensão universitária a um processo dialógico entre o saber científico e o saber popular. Fundamental para isso foi também a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Vários avanços conceituais e programáticos advieram de sua ação (PAULA, 2013).

Em contrapartida a esta concepção extensionista conservadora, o NECOOP busca construir uma metodologia tendo a *práxis* como eixo de atuação, buscando uma ação orientada pela relação prática-teoria-prática. Nesse sentido, a partir das determinações da realidade, se constroem reflexões que problematizam o real, que extraem orientações que deverão retornar em diálogo crítico, com a realidade. Considera-se este eixo de atuação da extensão como uma metodologia que permite a capilaridade das ações de extensão e uma efetividade maior das ações, bem como um compromisso com a reflexão crítica.

Historicamente, as ações de extensão universitária são marginalizadas e subsumidas ao foco colocado sobre a pesquisa e o ensino. Dentro da proposta de inserção regional e construção do conhecimento vinculado à realidade, pela UFFS, a extensão emergiria com outra finalidade, sendo a ligação com a comunidade

10 Mais informações ver Machado e Machado Filho (2014) e Delgado (2012).

regional, capaz de descortinar linhas de trabalho e questões de pesquisa, além de subsidiar conteúdos temáticos e práticas de ensino inseridas no contexto regional.

A extensão permitiria, ainda, uma formação mais adequada dos alunos envolvidos, ao possibilitar seu contato com fenômenos da realidade, que são complexos e fruto de múltiplas determinações (que não cabem em exemplos muitas vezes simplificadores, apresentados em sala de aula). Além disso, possibilitaria a emergência de questões de pesquisa e casos de ensino[11]. Essa pesquisa pode contribuir mais diretamente como elemento de transformação social da realidade de entorno da UFFS.

Resumidamente podemos apontar para uma tripla relação ligada à extensão universitária: (1) eixo alimentador da pesquisa, voltada à superação dos problemas regionais e, a partir daí, de questões mais amplas para o conjunto da sociedade; (2) fonte de problematização e de vivências desafiadoras/formadoras e de conteúdos para o ensino; e (3) efetivação da implantação da universidade no tecido regional, de sua função precípua como ator social e institucional de desenvolvimento.

A extensão, portanto, pode contribuir muito para enfrentar os desafios da realidade regional, colocando a UFFS como um ator privilegiado, em campo. E, ao gerar interações com potencial de transformação do seu "que fazer", influenciar seus rumos institucionais. Exemplo disso foi o esforço institucional em torno da organização da I Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão (I COEPE) da Universidade (UFFS, 2010). No entanto, existe ainda uma distância significativa para que esta proposição dos documentos institucionais se consolide em ações práticas. Entendemos que a extensão pode ser o canal fundamental para isso.

A PRÁTICA DA EXTENSÃO E O NÚCLEO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM COOPERAÇÃO

O NECOOP foi concebido de forma a poder assumir uma estrutura organizacional diferenciada em cada local onde seria implementado (Figura 01), de maneira que o foco será diferenciado de acordo com os recursos humanos, as

11 Reforma nesse sentido realizada na reformulação do currículo do Curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia, no qual se inseriu um componente curricular voltado a práticas de campo, ações de extensão e interação das disciplinas com a realidade regional.

realidades regionais e os cursos de graduação aos quais está vinculado. No *Campus* Chapecó, o eixo de atuação do Núcleo centrou-se, inicialmente, na execução de projeto com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que visava à qualificação de dirigentes de diversos empreendimentos associativos do país. Em Cerro Largo, as ações prezaram pela estruturação de um laboratório multidisciplinar dos cursos de graduação em Administração e do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, no qual se insere a Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES).

Figura 01 - Estrutura institucional do NECOOP dentro da UFFS e sua ramificação em ações práticas nos *campi* Laranjeiras do Sul, Chapecó e Cerro Largo – 2016

Reitoria UFFS

NECOOP (2012)

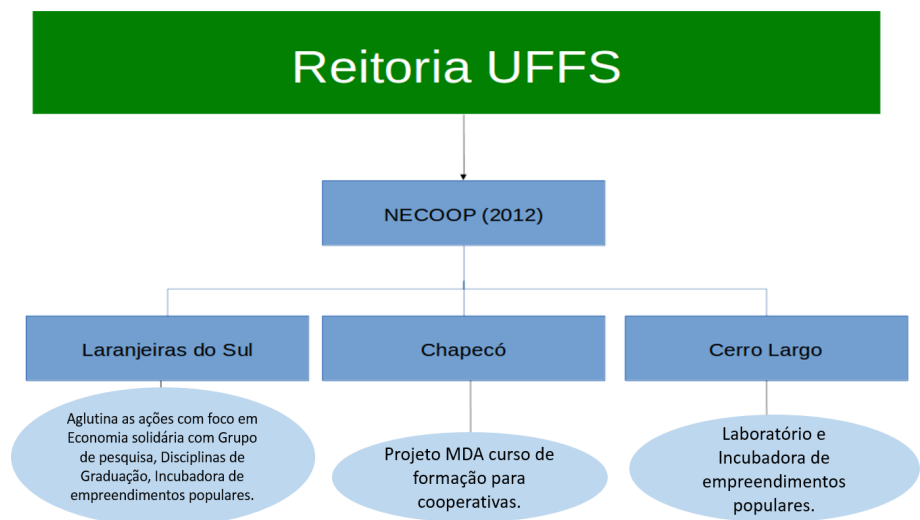
Laranjeiras do Sul

Chapecó

Cerro Largo

Aglutina as ações com foco em Economia solidária com Grupo de pesquisa, Disciplinas de Graduação, Incubadora de empreendimentos populares.

Projeto MDA curso de formação para cooperativas.

Laboratório e Incubadora de empreendimentos populares.

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

No *Campus* Laranjeiras do Sul, as atividades do NECOOP envolvem ações que compreendem os eixos ensino, pesquisa e extensão, cujo objetivo é ser um aglutinador das atividades com foco em economia solidária e cooperativismo no *Campus*. Em outubro de 2016, havia 16 acadêmicos de graduação e pós-graduação vinculados ao Núcleo via algum projeto financiado pela UFFS ou por entidades externas de fomento (CNPq, Fundação Araucária, Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul) sendo acompanhados por três professores e um técnico administrativo que se integram em níveis distintos às atividades.

No ensino, as ações focam na qualificação dos conteúdos e práticas educativas cooperativas/ associativas na UFFS e escolas da região; na formação de profissionais comprometidos com a Ecosol, e qualificados para atuação profissional nesse campo; e na atuação junto a empreendimentos concretos, a partir do ensino de graduação, através de disciplinas, Trabalhos de Conclusão de Cursos, Estágios, entre outros.

Na extensão, o NECOOP desenvolve projetos junto a cooperativas de economia solidária e instituições públicas (prefeituras, escolas, etc.), além de um processo de incubação virtual e presencial de projetos cooperativos através do projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (com apoio do CNPq) e ações de empreendedorismo social focado na criação de iniciativas associativas (2016).

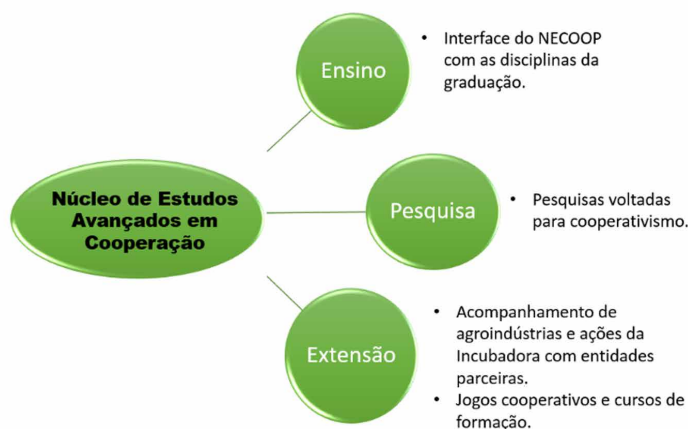
No eixo da pesquisa, desenvolvem-se trabalhos acadêmicos e/ou aplicados às demandas dos coletivos da Ecosol, bem como uma linha específica de investigação crítica ao cooperativismo capitalista. De forma sintética, a problemática de pesquisa do NECOOP pode ser agrupada nas linhas:

1. Cooperativismo popular;
2. Fundamentos e perspectiva da cooperação no MST, FETRAF e MPA;
3. História crítica do cooperativismo no sul do Brasil;
4. Crise e ressurgimento das cooperativas do agronegócio nos anos 1990-2000;
5. Cooperativas de crédito: história e desenvolvimento das finanças solidárias pelo campesinato;
6. Natureza e ação das redes sociais e de cooperação como a Rede Ecovida e redes agroindustriais para agricultura familiar;
7. Jogos cooperativos como ferramenta de promoção de educação cooperativa.

Ressalta-se também que existe um grupo de pesquisa ligado ao NECOOP registrado no CNPq com o título “Cooperação e Desenvolvimento”, que realiza um esforço, ainda que inicial, de dar um corpo coletivo às pesquisas realizadas pelo conjunto de professores e acadêmicos que trabalham com essa temática no *Campus* e em instituições parceiras. As linhas de pesquisa trabalhadas por este

grupo são: "Cooperação e desenvolvimento"; "Educação para a cooperação"; e "Estado, dinâmicas territoriais e movimentos sociais".

Considerando as atividades realizadas nos três eixos e tendo como concepção de extensão a relação entre prática-teoria-prática aqui expostas, no *Campus* Laranjeiras do Sul, o NECOOP busca a aplicação dessa concepção no seu dia a dia. O Núcleo, por sua estrutura institucional, possui uma atuação permanente, porém está sempre limitado pelos recursos financeiros, físicos e humanos à sua disposição, seja para investimentos seja para a contratação de bolsistas. Com foco em manter um fluxo contínuo com as ações práticas dos empreendimentos associativos e outros agentes que trabalham a cooperação no território, se utilizam as atividades de extensão como esse eixo articulador.

Figura 02 - Estrutura de ações nos eixos do ensino, da pesquisa e extensão do Núcleo de Estudos em Cooperação do Campus Laranjeiras do Sul (PR) – 2016

Fonte: Dados da pesquisa (elaboração dos autores), 2016.

Para o ensino, há iniciativa de levar o trabalho com os empreendimentos da ECOSOL para as salas de aula, nos componentes curriculares ligados à temática da cooperação ou da gestão. Considerando as estruturas curriculares e o foco explícito dentro da ementa do componente, atualmente nos cursos se tem os CCRs de Economia da Cooperação (curso de Ciências Econômicas, carga horária de 04 créditos), Teoria Cooperativista (cursos de Ciências Econômicas, Engenharia de Aquicultura e Agronomia, carga horária 04 créditos), Projetos em Cooperativismo

(Ciências Econômicas, carga horária de 02 créditos), Direito cooperativo I e II (Ciências Econômicas, carga horária de 04 créditos cada CCR), Contabilidade Rural e Cooperativa (Ciências Econômicas, carga horária de 02 créditos). Trabalha-se também com a disciplina Organização de Cadeias Agroindustriais (2 créditos para os cursos de Agronomia e Ciências Econômicas) e com disciplinas ligadas à gestão, como Planejamento Estratégico, Administração de Marketing e Comercialização de Produtos Agrícolas, do Curso de Ciências Econômicas, para realização de trabalhos aplicados aos EES. Além disso, está se construindo com professores do curso de Engenharia de Alimentos a inserção dessa temática da cooperação em disciplinas aplicadas à análise de agroindústrias reais.

Há, de fato, um enorme potencial em várias outras disciplinas para realizar esse mesmo nexo, uma vez que existem possibilidades de contribuir para a formação profissional dos acadêmicos e para a qualificação das atividades dos empreendimentos. Porém, neste âmbito, existe uma limitação da participação dos professores, em termos de desconhecimento da metodologia e de interesse muitas vezes escasso em lidar com uma proposta que é mais complexa do que apenas atuar dentro das salas de aula.

Nessa perspectiva, tem-se constituído grupos de alunos ligados às disciplinas, os quais desenvolvem atividades junto aos empreendimentos de Economia Solidária, acompanhados pelo NECOOP (ou ainda não, já que outros EES podem ser propostos pelos alunos). Tanto o professor como os bolsistas atuam como tutores dos grupos de alunos, visando um maior avanço dos seus trabalhos. A atividade tem sequência ao longo do semestre para as turmas específicas e, ao longo dos vários semestres, envolve alunos de turmas distintas.

Esse processo de atuação dos estudantes ocorre com base em problemas concretos e delimitados dos empreendimentos. Tal atuação se finda ao término de cada semestre para os acadêmicos da disciplina, mas não para o NECOOP ou para os empreendimentos. De acordo com a capacidade operativa do Núcleo, alguns empreendimentos continuam a ser acompanhados, de forma que nos próximos semestres se continuará esse ciclo que, por ter uma equipe mais ou menos permanente, amparada por uma memória coletiva (registros e trabalhos referentes a cada empreendimento), busca tornar as ações pontuais das disciplinas em resultados concretos e sequenciais, para os empreendimentos e estudantes.

De maneira geral, o exemplo sobre a articulação ensino-pesquisa-extensão proposto através das disciplinas tenta ilustrar o esforço realizado pelo Núcleo

em promover um processo de trabalho que prime por um laço forte e interação com a comunidade regional, principalmente movimentos sociais e empreendimentos produtivos populares.

Mesmo com essa riqueza de experiências e ações, é central destacar significativas lacunas e problemas vivenciados no desenvolvimento das atividades referentes ao NECOOP Laranjeiras do Sul. Em um primeiro momento, destacam-se os limites de organização interna do grupo que envolve três elementos centrais: (i) em decorrência da flutuação de recursos existe uma quase permanente ameaça à continuidade das atividades desenvolvidas, bem como dificuldades de manter uma memória coletiva do trabalho já desenvolvido; (ii) aliado a este fator, ressalta-se o desafio de construir uma organização interna ao NECOOP que se assuma cooperativa e autogestionária, que promova um processo de superação de práticas nocivas, como autoritarismo e motivação sob cobrança; e (iii) gestão do tempo e organização das atividades do grupo diante das cargas horárias dos cursos de graduação e disponibilidade da coordenação das atividades.

Além desses, existem os desafios de capilaridade regional do Núcleo que, considerando o universo da região onde o *Campus* está inserido, é extremamente marginal, não tendo uma influência significativa em termos de grupos ativos do público alvo (EES). Junto a estes, um fator significativo é a escassez de recursos à disposição do NECOOP, que permita o desenvolvimento de atividades realmente articuladas à realidade e que não foque apenas em projetos pontuais. De outro, um necessário amadurecimento das metodologias em utilização pelo Núcleo, que possibilitariam, de fato, a contribuição para resolução das questões e dos problemas enfrentados pelos grupos de economia solidária.

Diante dos elementos discutidos, se propõem algumas considerações, à guisa de conclusão, acerca dos limites e contradições das experiências de extensão com foco em cooperação.

LIMITES E CONTRADIÇÕES

A seguir buscamos elencar alguns elementos que trazem preocupações acerca do funcionamento do núcleo e das suas potencialidades:

1. O NECOOP pretende ser uma proposta inovadora de articulação com o setor cooperativo popular e da economia solidária, mas a universidade brasileira, estruturalmente, não prioriza atividades de extensão e, menos ainda, a economia solidária. Nesse sentido, cabe indagar se a tão frequentemente citada indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão pode mesmo ser considerada como um objetivo permanente dessa instituição tão elitizada em nosso país como são as universidades?
2. Não se assegura tempo hábil para envolvimento dos alunos nas atividades práticas e de extensão. Isso é efeito do sistema mencionado anteriormente, que foca apenas nas aulas como espaço formativo, que cobra os professores apenas pelas horas-aula e sua produção científica traduzida em publicações de prestígio (qualificadas pela Capes ou por seu fator de impacto[12]).
3. A contradição existente entre a dinâmica individualista das carreiras, competitiva até, fomentada pelo sistema universitário, *versus* uma proposta de compromisso coletivo consequente com ações e cobranças.

Nenhum grande programa de extensão tem funcionado nas universidades brasileiras em geral e mesmo na UFFS. As atividades são, na maioria das vezes, pontuais, empobrecidas e limitadas. Em alguns casos se consegue priorizar recursos para projetos e programas com impacto um pouco mais amplo, mas são mais exceções que a regra. Ainda assim são secundários em relação aos demais eixos.

Não se tem uma compreensão epistemológica da relação prática-teoria-prática nos processos formativos. Privilegia-se uma cultura livresca e enciclopédica, baseada em exposições orais e não na construção de conhecimento a partir da inserção crítica em processos sociais reais. Há sempre que se reafirmar que existem diversas experiências mundo afora que se articulam em torno da inserção de práticas extensionistas à educação[13].

Há falta de recursos, tanto financeiros, quanto materiais e humanos. No campo material, a proibição do uso de meios de transporte da universidade para o trabalho de extensão é a principal restrição. De outro, a não alocação de

12 Muitas dessas publicações são editadas em língua estrangeira, notadamente inglesa, sabidamente fora do alcance do público-alvo de programas de extensão.

13 A respeito de metodologias alternativas e participativas de ensino combinado à extensão e a vivências complexas, ver: FRANCIS et al. (2013); Lieblein (2010); MTA (2016); Tiimiakatemia (2016); Pinho (2016).

tempo de técnicos para os projetos de extensão dificulta uma continuidade de forma permanente. Esses problemas refletem a perspectiva geral da universidade que enxerga a atividade de extensão como um aspecto secundário dentre suas funções precípuas.

O NECOOP como elemento institucional com atuação no conjunto da UFFS não foi implementado de maneira razoável, via promoção de momentos de encontro, de formação e de ações articuladas, o que impossibilitou a elaboração de estratégias comuns entre os três *campi* que se propuseram a organizar o Núcleo. Enquanto Laranjeiras do Sul priorizou a projeção do Núcleo como um todo, Cerro Largo focou na criação de uma incubadora, via um laboratório, e Chapecó teve dificuldades em estruturar o Núcleo em si. Essa disparidade de estratégias enfraqueceu a sinergia possibilitada por um núcleo transversal a vários *campi* da UFFS, tanto para dentro como para fora da Instituição.

A economia nacional e regional não tem na ECOSOL seu polo dinâmico, antes pelo contrário. Apenas o cooperativismo de tipo capitalista encontra respaldo social e institucional. A economia solidária é identificada como uma iniciativa do campo popular, portanto marginal e absolutamente secundarizada no debate político e econômico, mesmo no campo da esquerda. A dinâmica econômica capitalista não favorece uma sobrevivência mais do que marginal das iniciativas da economia solidária ou do cooperativismo popular. Isso por uma série de fatores ligados à sua capacidade de gerar produtos competitivos no mercado (preços de produção conformes com o estágio do mercado, tecnologias competitivas, qualidade dos produtos e serviços, sistema de financiamento da Ecosol, etc.). Esse conjunto de fatores contribui para a debilidade tanto da extensão em geral como da economia solidária, em particular, nas universidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou refletir sobre o processo de constituição do Núcleo de Estudos Avançados em Cooperação na UFFS, de forma a verificar, nesses anos de funcionamento, quais ações vêm sendo desenvolvidas e com que tipo de perspectiva a extensão com foco em cooperação se desenhou na Universidade. São latentes os limites de disponibilidade de recursos e inadequação da estrutura institucional e universitária para uma extensão que vai além de uma

relação difusionista. O trabalho de extensão, que se propõe a uma nova relação com a comunidade, é desestimulado diariamente por um conjunto de barreiras formais e informais, por critérios de seleção de professores, por políticas de avaliação e valorização de carreira, por restrições quanto ao uso de estruturas da Universidade, etc.

Entretanto, mesmo com os limites apontados, resultados importantes estão sendo obtidos com a extensão na UFFS, principalmente no que diz respeito à articulação com ensino e pesquisa e pela potencial colocação da Universidade a serviço efetivo da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o "jogo das escalas". *In:* Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. *Desigualdades Regionais* (Série estudos e pesquisas, 67). Salvador: SEI, p. 9-37, 2004.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995).* Campinas-SP: UNICAMP, 1998.

CEZIMBRA, E. do N. *Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho.* Dissertação de Mestrado. Pato Branco: UTFPR, 2013.

COCA, E. L. de F. *Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária:* análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná. 2011. 295 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2011.

CHRISTOFFOLI, P I. *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo:* limites e possibilidades. Dissertação de Mestrado. UFPR, 2000.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

FRANCIS, C. et al. Aprendizaje de la agroecología basado en los fenómenos: un prerrequisito para la transdisciplinariedad y la acción responsable. *Agroecología* 8: 45-54, 2013. Disponível em: http://revistas.um.es/agroecologia/article/viewFile/212181/168401. Acesso em: 23 out. 2016.

FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil.* 27. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1998.

GUZMÁN, E. S. El despliegue de la Sociología Agraria hacia la Agroecología. *Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible.* Barcelona: Cajamar, 2013. p. 85-109.

HESPANHOL, R. A.de M. Agroecologia: limites e perspectivas. *In:* ALVES, A. F. (org.). *Desenvolvimento territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 256 p.

LAPS, L. *A história oculta dos quilombos do sul do Brasil.* Disponível em: http://anovademocracia.com.br/no-10/1131-a-historia-oculta-dos-quilombos-do-sul-do-brasil. Acesso em: 24 out. 2016.

LIEBLEIN, G. *Action Learning Model for Sustainable Development.* Disponível em: http://www.nokut.no/Documents/NOKUT/Artikkelbibliotek/Utdanningskvalitetprisen/2016/16-00587-14%20Nominasjoner%20til%20UKP%20fra%20NMBU%20-%20Action%20Learning%20Model%20for%20Sustainable%20Developmen%20224073_1_1.pdf. Acesso em: 25 out. 2016.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. *Dialética da Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARTÍNEZ ALIER, J. La economia como sistema abierto. *In:* MARTÍNEZ ALIER, Juan. *Economía ecológica y política ambiental.* Fundo de Cultura Económica C. Textos de economia, Ciudad de México: 2000.

MIOR, Luis Carlos. *Agricultores Familiares, Agroindustrias e redes de desenvolvimento rural.* Chapecó: Argos, 2005.

MONDRAGÓN TEAM ACADEMY (MTA). Disponível em: http://mondragonteamacademy.com. Acesso em: 23 out. 2016.

PACHECO, C. A. *Comparação entre China e Brasil.* Disponível em: http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/blog/2011/11/01/comparacao-entre-china-brasil/. Acesso em: 08 nov. 2016.

PINHO, A. *Para educador português, não se aprende nada em uma aula.* Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1810551-para-educador-portugues-modelo-escolar-do-sec-19-produz-ignorancia.shtml. Acesso em: 23 out. 2016.

POCHMANN, M. *Brasil sem industrialização:* a herança renunciada. Ponta Grossa: ED UEPG, 2016.

PRADO JR., Caio. *A história econômica do Brasil.* 36. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RANKING WEB DE UNIVERSIDADES. Disponível em: http://www.webometrics.info/es/asia/india?page=40. Acesso em: 23 out. 2016.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação.* 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 136p.

TIIMIAKATEMIA. *We create team entrepreneurs.* Disponível em: http://www.tiimiakatemia.fi/en/. Acesso em: 14 out. 2016.

TOSETTO, Eleonora. *Identificação das causas de subnotificações das intoxicações da população exposta a agrotóxicos:* estudo de caso de Laranjeiras do Sul, PR. Dissertação de Mestrado. Laranjeiras do Sul: UFFS, 2016.

UFFS. I CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (COEPE). Construindo agendas e definindo rumos. Chapecó: UFFS, 2010.

WRONISKI, R. *Paraná tem 86 comunidades quilombolas identificadas.* Disponível em: http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/parana-tem-86-comunidades-quilombolas-identificadas. Acesso em: 23 out. 2016.

INCUBADORA TECNOSSOCIAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (ITCEES): TRABALHO, ATUAÇÃO E DESAFIOS FUTUROS

Louise de Lira Roedel Botelho[1]
Edemar Rotta[2]
Jorge Adalberto Schommer[3]

A ITCEES: ORIGEM E TRAJETÓRIA NO CAMPUS CERRO LARGO

No cenário mundial, as incubadoras sociais surgem com o propósito de auxiliar empreendimentos que apresentam dificuldades em seus processos de organização e funcionamento, propiciando-lhes condições, por meio de assessoramento, para que avancem e conquistem espaço na dinâmica dos processos de geração de trabalho e renda. Essas dificuldades estão relacionadas, em parte, à economia do modo de produção capitalista, que tem provocado exclusão social, além de significativas mudanças na dinâmica do mundo do trabalho, resultando na precariedade das condições e intensificação do desemprego. Assim, as incubadoras representam a possibilidade de geração de emprego e conhecimento,

1 Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento e Mestra em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Professora da UFFS – *Campus* Cerro Largo. Contato: louisebotelho@uffs.edu.br

2 Pós-Doutor em Serviço Social e Doutor em Serviço Social pela PUCRS. Mestre em (UFRGS). Professor da UFFS – *Campus Cerro* Largo. Contato: erotta@uffs.edu.br

3 Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas e Mestrando em Gestão Pública. Especialista em Finanças Empresariais e Controladoria Graduado em Administração. Contato: jorge@agaltur.com.br

aumento de renda e inclusão social, além do incremento à economia local e consequente contribuição ao desenvolvimento. Nesse contexto, destacam-se as incubadoras de empreendimentos solidários de universidades, que se caracterizam por levar à academia a discussão das questões de melhoria de condições da comunidade por meio da economia solidária, como alternativa de geração de renda, inserção no mercado formal e promoção da cidadania (FROTA, BOTELHO, BARTH-TEIXEIRA, 2016).

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) nasceu da ampla mobilização dos movimentos, das organizações e instituições da sociedade civil de uma vasta região de fronteira com a Argentina. Uma região que abrange mais de 400 municípios situados ao Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, representando uma área de mais de 120.000 km^2 e uma população aproximada de 4 milhões de habitantes. Historicamente é uma região identificada com a experiência das Reduções Jesuíticas e do processo de disputa do território entre Portugal e Espanha, que acabou conformando as fronteiras do território brasileiro.

Foram mais de três décadas de mobilização pelo acesso ao ensino superior público e gratuito a uma população historicamente excluída desse nível de ensino pelas políticas públicas vigentes. Essas mobilizações, de diferentes matizes e origens, encontraram um terreno fértil diante de um novo contexto criado a partir de uma nova proposta de desenvolvimento colocada em prática pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva que visava combinar políticas de crescimento econômico com políticas de distribuição de renda e inclusão social (ROTTA et al., 2016). A UFFS transformou-se em realidade a partir da sanção, por parte do Presidente Lula, da Lei nº 12.029, em 15 de setembro de 2009. Ela nasce profundamente comprometida com movimentos, organizações e instituições da sociedade civil regional que se mobilizaram pela sua criação e ciente do contexto no qual está inserida e do importante papel que passa a desempenhar nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

A UFFS surge nesse contexto, comprometida com a promoção de uma cultura da participação e da construção coletiva de seus processos de organização, estruturação e funcionamento. Possui seis *campi* instalados na fronteira oeste dos estados do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e Paraná (PR): Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo (RS), Laranjeiras do Sul e Realeza (PR) e a

sede em Chapecó (SC). A área de abrangência da UFFS – *Campus* Cerro Largo compreende as regiões Missões, Celeiro, Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste.

O surgimento da ITCEES se deu a partir do Projeto Político Pedagógico do curso de Administração e tomou corpo com a aprovação de programas de extensão e pesquisa em relevantes editais nacionais, como o Edital PROEXT 2014 MEC/SESU e a CHAMADA MCTI/ SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013. Esses programas de pesquisa e de extensão possibilitaram que se constituísse equipe de professores, servidores técnico-administrativos e bolsistas que foram dando corpo à ideia da Incubadora, construindo metodologias, realizando reflexões e tornando a ITCEES conhecida e reconhecida no espaço interno da UFFS e no cenário local-regional.

Outro ponto de destaque que permitiu a concepção da ITCEES foi a I Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão (I COEPE), ocorrida no ano de 2010, cujo objetivo principal foi discutir com a comunidade acadêmica a missão e os objetivos da nascente UFFS. Nesse evento, algumas diretrizes foram traçadas, apontando, inclusive, a necessidade de a Universidade fomentar a criação de incubadoras em seus *campi*. Nesse sentido, tem-se a área temática "Desenvolvimento regional, tecnologias e inovação". Nessa área de extensão está alocada a linha de fomento a parques e incubadoras tecnológicas, empreendimentos populares, empresas sociais e cooperativas.

A ITCEES define-se como um laboratório multidisciplinar do Bacharelado em Administração, ou seja, sua inserção promove a tríade: ensino, pesquisa e extensão. Tal associação reflete-se em "um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico" (ANDES, 2003, p. 30 apud MAZZILLI; MACIEL, 2010, p. 4).

Essa incubadora objetiva a prestação de assessoria para formação, desenvolvimento e crescimento de empreendimentos econômicos solidários, como também inserção da economia solidária e experiências de cooperativismo na região de abrangência do *Campus* Cerro Largo (RS).

A proposta da ITCEES na UFFS – Cerro Largo é potencializar a economia da região de abrangência do *Campus,* nos seus mais diferentes aspectos, principalmente no tocante ao desenvolvimento rural, às cooperativas, à formação de

empreendimentos econômicos solidários, às pequenas propriedades rurais e às agroindústrias instaladas.

Para a compreensão do trabalho da incubadora na atualidade, se fazem necessárias a descrição e a superação de desafios ocorridas ao longo do tempo em que a ITCEES foi implantada. Tais desafios contemplam desde sua concepção inicial (projeto de pesquisa), consolidação (institucionalização) e expansão como laboratório de pesquisa, ensino e extensão. Desse modo, a Incubadora surge em virtude de dois momentos. No primeiro momento, por meio das demandas da sociedade percebidas, por parte de uma equipe constituída de professores e representantes da comunidade (sindicatos, cooperativas, movimentos sociais, ONGs, prefeituras, entre outros) e manifestadas, de uma forma especial, durante o processo de discussão desencadeado pela primeira I COEPE. Tal fato se explica pela configuração do cenário econômico e social que se desenha nas regiões atendidas pela incubadora, caracterizado por fatores como baixa renda da população rural, redução do número de habitantes no meio rural, dificuldades de organização associativa no meio rural e urbano, periferia urbana com poucas alternativas de geração de trabalho e renda, população jovem com dificuldades para a conclusão do ensino médio e acesso ao ensino superior, reduzido número de incubadoras de empreendimentos solidários em nível de região (apenas a experiência em prática na UNIJUÍ).

A região de atuação da incubadora apresenta-se por alguns segmentos de trabalhos mais característicos, como na atuação da agricultura familiar, na formação de cooperativas da agricultura familiar, cooperativas sociais, rede de cooperativas, associações, agentes de reciclagem (catadores de materiais recicláveis), entre outros. E, assim, ela visa o assessoramento de grupos para o seu desenvolvimento e crescimento, tanto sustentável como econômico, bem como oportunizar e direcionar suas ações para o mercado, no cooperativismo, na economia solidária, através das práticas de ensino, pesquisa e extensão, elevando o crescimento regional dos empreendimentos econômicos solidários incubados.

No segundo momento, o campus da Universidade em que se encontra inserida a incubadora, percebe a necessidade de ampliação de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para atores antes excluídos ou negligenciados. De uma forma especial, os cursos de Administração, Engenharia Ambiental e Agronomia passam a ter ações, projetos e programas voltados para grupos sociais ou segmentos de classe que encontram dificuldades de inserção social

nos padrões estabelecidos pela economia capitalista em suas manifestações locais e regionais.

Por isso, a proposta de formalização da ITCEES surge com foco na potencialização da economia da região de abrangência do *Campus*, nos seus mais diferentes aspectos, principalmente no tocante ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários, legalizados como cooperativas e associações, visando reverter o baixo dinamismo apresentado.

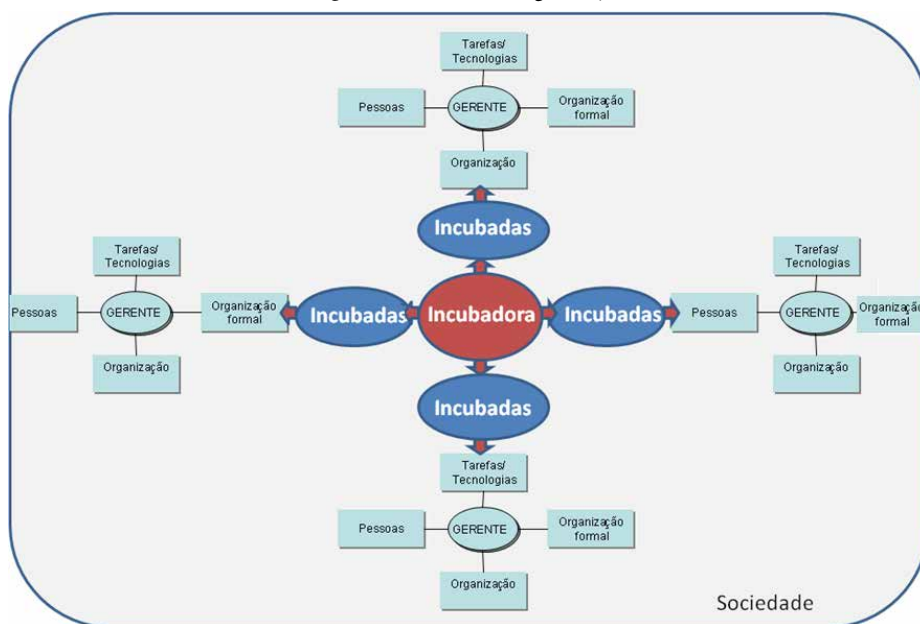
Outro ponto de destaque da incubadora é seu trabalho com questões socioambientais. Num primeiro momento, a incubadora voltou seus esforços para o assessoramento gerencial de seus incubados, mas com o tempo outras demandas foram surgindo, como as questões ambientais do município de Cerro Largo. Nesse sentido, a ITCEES organiza mensalmente o Fórum de Gestão Social. Nesse encontro, participam membros da sociedade civil organizada – clubes de serviços (Lions Club, LEO Club, Rotary Club, Rotarct), Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Prefeitura Municipal de Cerro Largo, munícipes, professores, estudantes, pesquisadores ambientais, grupo de agentes de materiais recicláveis, entre outros. Atualmente, as atividades do fórum estão voltadas a discutir os problemas sociais e ambientais do município, auxiliando na construção de soluções ou alternativas para os problemas vivenciados em Cerro Largo. Espera-se que este espaço de promoção da cidadania participativa e de dialogicidade democrática contribua para o desenvolvimento da cultura política desta região.

A ITCEES organiza suas ações de ensino, pesquisa e extensão focadas no assessoramento a partir de um modelo teórico de referência, no qual são utilizados quatro conceitos que o fundamentam: organização (Incubadora), as incubadas (empreendimentos econômicos solidários e cooperativas), representantes do grupo social beneficiário e a sociedade.

No que se refere à organização, foi utilizada uma definição derivada do Modelo da Congruência (NADLER, GERSTEIN e SHAW, 1994). Nessa perspectiva, a organização possui três características principais: primeiro, ela é considerada como um sistema em transformação que atua (influi e sofre influência) em uma realidade social, cultural e política; segundo, a organização atua em uma rede de grupos de relação – por exemplo, as cooperativas e empreendimentos econômicos solidários fazem parte de um sistema maior (o mercado) e estão articuladas com vários grupos de relação (universidades, movimentos sociais, ONGs,

políticas públicas entre outros); terceiro, a organização, a partir de determinados insumos, produz serviços úteis e gera valor (MOORE, 1995) para a sociedade, especialmente, para os usuários.

A organização (Figura 1) é constituída por cinco componentes principais: pessoas, tarefas/tecnologias, organização formal, organização informal e representantes do grupo social beneficiário (gerentes = responsáveis pelas atividades de gestão da organização).

Figura 1: Modelo de organização

Fonte: Botelho, 2015.

Neste modelo a incubadora fornece suporte técnico e gerencial para as incubadas, essas por sua vez, por intermédio de seus gerentes são responsáveis por trazer à sociedade novos conhecimentos e inovação. Todo esse movimento leva ao desembocar do processo de desenvolvimento, não apenas econômico para uma região, mas também social e cultural.

OS PRIMEIROS INCUBADOS

Em 2015, foi aberto o primeiro edital de seleção para incubação de empreendimentos econômicos solidários e cooperativas (Edital nº 01/ITCEES/UFFS/2014), que previa a participação de empreendimentos sem fins lucrativos nos segmentos de atividades de agricultura familiar, rede de cooperativas, associações, catadores de resíduos, entre outros. Nesse edital foram selecionados os empreendimentos: Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústrias do Território Missões (REMAF) e a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cerro Largo (COOPACEL).

A REMAF é constituída por dez cooperativas associadas, contemplando mais de mil sócios (1063 beneficiados diretos), com o objetivo de disponibilizar aos associados maiores vantagens competitivas, maior lucratividade e eficiência no mercado dos municípios presentes das regiões de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, Roque Gonzales e Cerro Largo.

A COOPACEL é uma cooperativa de produção e comercialização e possui atualmente 64 famílias associadas, constituída, em sua maioria, por pequenos agricultores que produzem uma gama variada de alimentos, que comercializam em dois pontos de venda na cidade de Cerro Largo. Trata-se de uma experiência que possui articulação estreita com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e com o trabalho feito a partir dos Territórios da Cidadania.

O TRABALHO EXTENSIONISTA COM OS PRIMEIROS INCUBADOS

Para a realização do trabalho extensionista, a equipe da ITCEES traçou um panorama analítico sobre a situação, demandas e necessidades de cada empreendimento incubado. Para auxiliar na elaboração de tal panorama, utilizaram-se as ferramentas do plano de negócios, das visitas técnicas aos empreendimentos, da realização de entrevistas com os gestores das cooperativas, realização de cursos e reuniões de trabalho com representantes dos incubados.

Como resultado da aplicação dessas ferramentas, pode-se tecer prioridades de trabalho para cada empreendimento incubado. Assim, para a REMAF, objetivou-se trabalhar com a elaboração de um plano de logística, marketing,

gestão e financeiro. O plano de logística foi demandado, pois essa Rede adquirirá um caminhão para realização da logística da sua cadeia de suprimentos. Nesse sentido, se faz necessário o planejamento logístico dos produtos produzidos pelos agricultores cooperados de forma a garantir a efetividade da sistemática. E a incubadora está auxiliando os responsáveis pela atividade na elaboração desse planejamento logístico.

Quanto ao marketing, surgiu necessidade de tornar a REMAF mais evidente na região das Missões, numa proposta de que seus clientes reconheçam sua marca. Assim, propôs-se um selo de qualidade REMAF para os produtos comercializados pela Rede.

A REMAF ainda demandou à incubadora que fosse trabalhado com os gestores das cooperativas o espírito de rede de cooperação. Nesse sentido, a ITCEES promoverá uma série de encontros coletivos com os gestores como uma forma de fomentar essa demanda. Por fim, e como meta para o ano de 2017, a ITCEES espera promover, em parceria com a SICREDI, seminários de gestão financeira para os cooperados.

Na COOPACEL, através das visitas técnicas e entrevistas com os gestores, foram identificadas as seguintes demandas de trabalho para a Incubadora: pesquisa sobre o perfil dos clientes no quiosque, plano financeiro e marketing.

A pesquisa sobre o perfil dos clientes do quiosque foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2016. Nessa pesquisa os resultados apontaram para questões estratégicas e rotineiras da administração da cooperativa. Esses resultados auxiliarão os gestores no processo de tomada de decisão. Outro ponto foi que a cooperativa propôs à Incubadora que tal pesquisa fosse ampliada para o outro ponto de venda e, assim, em novembro de 2016, iniciou-se a segunda fase da pesquisa.

Já para a demanda do plano financeiro, pesquisadores e técnicos da ITCEES elaboraram uma matriz financeira para auxiliar na gestão estratégica dos custos, o que contribui para a segurança na formação do preço de venda das mercadorias e demais tomadas de decisão da cooperativa. Esse produto foi entregue em outubro de 2016. Para as questões relativas ao marketing da cooperativa, a ITCEES sugeriu um selo de padronização nos produtos vendidos pela COOPACEL.

Para o ano de 2017, planejou-se a abertura de novo edital de seleção para incubados, como uma forma de continuar as atividades da incubadora e expandi-las, de forma especial, para uma atuação em segmentos mais vulnerabilizados no espaço urbano.

CONTRIBUIÇÕES DA ITCEES PARA OS TRÊS PILARES DA UNIVERSIDADE: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A criação da ITCEES, conforme mencionado, esteve pautada em sua possibilidade de contribuir para a amenização de diferentes problemas regionais, estimulando o desenvolvimento de novas metodologias de incubação articuladas com processos de desenvolvimento territorial e regional. Sua ação consiste em alavancar as condições de vida de uma população com dificuldades na obtenção dos benefícios do crescimento econômico e social, sem condições de acessar o mercado formal de trabalho pela baixa escolarização, ausência de qualificação ou até mesmo por ausência de oportunidades geradas pela economia capitalista, excludente por natureza.

As atividades da Incubadora estão pautadas nos três pilares de trabalho do ensino superior público: ensino, pesquisa e extensão, concebidos de forma articulada em suas ações, projetos e programas.

No ensino de graduação, o trabalho da incubadora centra-se no desenvolvimento de competências/habilidades que exigem uma prática pautada na interação com o aluno e na construção do seu conhecimento. Assim, as iniciativas dos alunos, o diálogo, os diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo e sua autonomia devem ser considerados para que aconteça não somente o saber fazer, mas, acima de tudo, o saber por que está sendo feito. No ensino, as contribuições estão alicerçadas nas trocas de conhecimentos teóricos entre professores e alunos da UFFS. Esses conhecimentos oriundos da academia formam um arcabouço conceitual que auxilia na execução das atividades práticas e gerenciais da Incubadora. A análise da experiência vivida, até o momento, evidencia que alunos de diversos cursos de graduação contribuíram para a construção da própria incubadora, que incorporou ao seu quadro de bolsistas e voluntários (de vários projetos de pesquisa e/ou extensão) alunos de diferentes cursos – Administração, Letras, Engenharia Ambiental e Agronomia. Trabalhos de conclusão de cursos foram realizados na Incubadora e estágios não remunerados foram realizados nos empreendimentos incubados. Tudo isso proporcionou a troca de conhecimentos constantes entre alunos, professores e público atendido pela ITCEES.

No Ensino de Pós-Graduação, pode-se citar a inclusão da Incubadora como um dos laboratórios do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas

Públicas. A partir desta inclusão os alunos do mestrado têm este espaço como um *locus* de pesquisa e construção do conhecimento. No edital de programas e projetos de extensão realizado em 2016 (Edital nº 522/UFFS/2016), já estão inclusos dois alunos do Mestrado como integrantes da equipe de trabalho em programa submetido e aprovado no âmbito da ITCEES.

Na pesquisa, a incubadora deu início a novos projetos de pesquisa no âmbito da UFFS, bem como redefiniu linhas de pesquisa no âmbito dos grupos de pesquisa institucionalizados do CNPq, como no caso a Linha 3 – Inovação e tecnologia social – do grupo de pesquisa Estudos Organizacionais e Tecnologias de Gestão. Também existe integração da Incubadora nas atividades do Grupo de Pesquisa em Teorias e Processos de Desenvolvimento.

Dentre os projetos de pesquisa vinculados a ITCEES, estão: A ITCEES na dinâmica do desenvolvimento da região Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul: o papel da implantação, desenvolvimento e consolidação de uma ITCP em uma Universidade Federal e suas contribuições para o desenvolvimento local, aprovado na Chamada Universal – MCTI/CNPq n° 14/2014; Mapeamento das Incubadoras de Cooperativas Populares na região sul do Brasil; Projeto de elaboração de metodologia de desenvolvimento gerencial e de liderança para gestores incubados pela ITCEES.

Na extensão, a incubadora busca, além da troca de conhecimentos entre professores e alunos, a junção com os saberes populares da sociedade e os modelos de autogestão utilizados em cooperativas e empreendimentos econômicos solidários. Tudo isso causa nos participantes do projeto, mudanças em suas formas de pensar e agir. Além disso, a proposta visa promover uma forma alternativa de gestão sustentável de empreendimentos. Na extensão, a contribuição das atividades da incubadora é ímpar. Através de encontros, reuniões e visitas técnicas com os incubados, a Incubadora trabalha suas demandas.

Dentre os projetos de extensão vinculados à ITCEES, estão: Metodologia para implantação do programa de formação e institucionalização de incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal da Fronteira Sul no *Campus* Cerro Largo-RS, aprovado na Chamada MCTI/ SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Formação e institucionalização de incubadora tecnossocial de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários da Universidade Federal da Fronteira Sul no *Campus* Cerro Largo-RS,

aprovado no PROEXT 2013/MEC/SESu; Disseminação de conhecimentos sobre economia solidária e cooperativismo na área de atuação da UFFS no campus de Cerro Largo-RS, aprovado no Proext 2015; Programa de Extensão: Metodologia para implantação do programa de formação e institucionalização de incubadora tecnossocial de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários da UFFS no Campus Cerro Largo-RS, aprovado no Edital nº 518/UFFS/2013; Projeto de formação, organização e institucionalização da ITCEES da UFFS – *Campus* Cerro Largo-RS, aprovado no Edital nº 518/UFFS/2013; Projeto Capacitação de agentes multiplicadores e estruturação da ITCEES da UFFS – *Campus* Cerro Largo-RS, aprovado no Edital nº 518/UFFS/2013; Implantação do laboratório do curso de Administração: incubadora tecnossocial de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários da UFFS – *Campus* Cerro Largo; Formação e institucionalização de incubadora tecnossocial de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários da UFFS – *Campus* Cerro Largo-RS, demanda espontânea.

DESAFIOS FUTUROS

A humanidade vive um momento de transição social. Em lugar do capitalismo industrial com forte presença do Estado como elemento de regulação social, está em desenvolvimento um tipo de capitalismo informacional, tecnológico e financeiro, profundamente globalizado e ancorado na ideia do livre mercado e das cadeias globais de valor. O processo de reestruturação produtiva, decorrente da crise do capitalismo e do socialismo real, gerou a expansão de novas formas de organização da produção, do trabalho e da própria vida em sociedade. A eliminação de postos de trabalho no mercado formal, especialmente decorrentes da nova onda tecnológica e das novas formas da acumulação capitalista, têm gerado intensos processos de exclusão e exposto grandes parcelas da população ao emprego informal ou a outras alternativas de sobrevivência para além dos padrões convencionais da economia capitalista.

A inserção do Brasil neste novo contexto da dinâmica capitalista se deu, de forma mais intensa, a partir da década de 1990. Nessa inserção defrontaram-se dois modelos, em grande parte, bastante diferenciados, especialmente no que concerne à participação do Estado e ao papel representado pela sociedade civil. De um lado, os defensores do ideário neoliberal que apregoavam uma inserção

subordinada, controlada pelas forças do mercado, atribuindo ao Estado apenas o papel normatizador e compensador das desigualdades. De outro lado, os defensores de uma proposta neodesenvolvimentista, que advogavam uma participação mais incisiva do Estado enquanto indutor dos processos de desenvolvimento e de inclusão social. Esses modelos estiveram em confronto e/ou interação ao longo dessas duas décadas e meia, ora predominando um (neoliberal – década de 1990), ora predominando outro (neodesenvolvimentista – 2003 a 2014).

As consequências dessa inserção na nova dinâmica da economia capitalista têm evidenciado enormes dificuldades para garantir a participação de todos nos processos produtivos e nas dinâmicas sociais a partir de pressupostos essenciais de garantia de direitos e usufruto das "liberdades substantivas" (SEN, 2000). A organização de processos associativos de trabalho e de geração de renda vêm emergindo como uma das possibilidades de enfrentar a exclusão gerada pelo processo de reestruturação capitalista. As diversas formas com que se estruturam esses processos associativos, os sujeitos sociais envolvidos, os impactos produtivos e gerenciais, os mecanismos de articulação, as novas formas de geração e expansão da tecnologia, as formas de publicidade e comercialização dos produtos, entre outros aspectos, constituem-se em desafios a serem investigados pela academia e respondidos no tempo adequado em que exigem os processos sociais e o diálogo com os atores envolvidos.

Nessa nova conjuntura criada com a necessidade de rever a relação entre Estado, sociedade civil e mercado, a partir da década de 1990, é que se insere o debate a respeito da economia solidária. Com diversas denominações (Economia Solidária, Socioeconomia Solidária, Economia Popular, Economia Popular e Solidária, entre outras), carregando conotações teóricas e político-ideológicas diferenciadas e emergindo de diferentes espaços, representam uma resposta às mudanças estruturais da sociedade capitalista e à conjuntura de transformação da sociedade brasileira. Diferentemente dos padrões de produção, acumulação e organização do trabalho capitalista, essas novas experiências regem-se pelos princípios da solidariedade, da ajuda mútua, da partilha dos resultados, da deliberação democrática, da busca de novas formas de inserção e, por que não, da geração de novos mercados. A expansão dessas experiências, evidenciadas por Singer e Souza (2000), demonstram que a sociedade brasileira tem procurado responder aos desafios da construção de novos arranjos societários capazes de levar à maior inclusão social e garantia de direitos.

Cattani (2003) refere que a expansão dessas experiências fundadas na solidariedade não é exclusividade do Brasil ou dos países periféricos, mas insere-se no próprio centro dinâmico e nevrálgico do capitalismo central, tornando evidente as suas contradições e a necessidade de produzir novas formas de organização da sociedade. Em direção semelhante, Boaventura Santos (2002) entende necessário mapear essas experiências e discutir as potencialidades que apresentam em direção a uma economia não capitalista.

Nos embates teóricos e político-ideológicos a respeito da denominação que venha a assumir essas novas formas de produção e organização do trabalho, destacam-se duas concepções que são dominantes no Brasil, mesmo que não sejam contraditórias entre si. A primeira tende a afirmar a ideia de "economia solidária", assentando-se nos princípios da propriedade coletiva dos meios de produção, da solidariedade, da autogestão, da repartição equitativa dos resultados, da democracia interna, da valorização dos sujeitos envolvidos e do cultivo de novas relações sociais. A segunda, tende a reforçar esses princípios e ainda ressaltar a ideia da "economia popular e solidária", ou seja, evidenciando o caráter do espaço social onde são produzidas e a proposta de contraposição à racionalidade econômica capitalista (SINGER, 2000; GAIGER, 2004).

Considerando que essas tendências dominantes polarizam o debate nacional, cabe à universidade criar um espaço propício de reflexão e debate aberto a esse respeito, sem excluir as compreensões que são periféricas ou tomar posição, *a priori*, por alguma delas. O clima de reflexão constitui-se a essência da Universidade, deixando para os indivíduos, em suas instituições e experiências, tomar as posições político-ideológicas.

A representatividade econômica e social dessas experiências fundadas na solidariedade permite afirmar que se trata da emergência de uma nova forma de "fazer economia" e "produzir relações sociais e interpessoais". A emergência dessas experiências representa uma realidade e um desafio para entendê-las no contexto nacional e, especialmente, no local e regional, onde a carência de estudos dessas experiências constitui-se um campo fértil para o espaço da Universidade. Para isso é preciso que elas sejam sistematizadas, isto é, que sobre elas se promova uma ampla reflexão, no sentido de avaliar suas virtudes e detectar os pontos de estrangulamento, inerentes a qualquer processo de inovação. Uma questão importante refere-se à necessidade de capacitar os sujeitos dessas experiências para a reflexão e a produção de conhecimentos sobre suas próprias experiências.

Nesse sentido é que reside uma ampla contribuição da experiência das incubadoras de economia solidária para a produção de conhecimentos e geração de alternativas de trabalho e renda diante do contexto da reestruturação capitalista.

Por outro lado, a emergência dessas experiências de economia solidária tem evidenciado a dificuldade de organização e constituição sem a participação e o aporte decisivo de políticas públicas que tenham o Estado como indutor. O cenário mundial e brasileiro atual apontam para uma hegemonia dos ideários da economia e da sociedade de mercado, o que tende a trazer mais desafios ainda às experiências organizadas a partir dos princípios da economia solidária. Como construir formas de resistência ou como buscar mecanismos de sustentação, organização e financiamento, provando sua viabilidade e suas características transformadoras, constituem-se em enormes desafios que as incubadoras de economia solidária nos espaços universitários precisam enfrentar.

REFERÊNCIAS

CATTANI, Antonio D. (org.). *A outra economia.* Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária:* uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FROTA, M; BOTELHO, L; BARTH-TEIXEIRA, E. *Incubadoras tecnossociais de empreendimentos de economia solidária:* apontamentos sobre a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. Senests, 2016.

GAIGER, Luiz Inácio (org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.* Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MAZZILLI, Sueli; MACIEL, Alderlândia S. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: caminhos de um princípio constitucional. *In:* REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33, 2010. Caxambú. Anais... Caxambú, MG: Anped, 2010.

MOORE, M. H. *Creating public value*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1995.

NADLER, D.; GERSTEIN, M. S.; SHAW, R. B. *Arquitetura organizacional*: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ROTTA, Edemar; BÜTTENBENDER, Pedro L.; HOFLER, Cláudio E. A presença dos princípios do cooperativismo no Noroeste do Rio Grande do Sul: revisitando a tradição histórica. *In:* CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos (org.). *Fronteira Sul:* ensaios socioeconômicos. Florianópolis: Insular, 2016, p. 165-196.

SANTOS, Boaventura Souza (org.). *Produzir para viver:* os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (org.). *A economia solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto, 2000.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO TERRITÓRIO DA CANTUQUIRIGUAÇU

Cristina Sturmer dos Santos[1]
Marcos Roberto Pires Gregolin[2]
Marcia Luiza Felippini[3]
Osair Wrublak[4]
Pedro Ivan Christoffoli[5]

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento pode ser conceituado como um processo multifacetado de realização dos objetivos coletivos, por meio do qual ocorrem interações sociais que ampliam as condições de existência para a sociedade e para seus integrantes. Obviamente, quando se insere a noção de classes sociais e de antagonismo entre as classes, o alcance do desenvolvimento se torna muito mais complexo e até mesmo contraditório. Outrossim infere-se que o termo deve ser

---

1 Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Assentada e Militante do MST. Contato: cristinasturmer@gmail.com

2 Doutorando em Extensão Rural (UFSM). Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE (2015). Especialista em Gestão de Pessoas. Graduado em Comunicação. Tecnólogo em Gestão de Cooperativas. Contato: marcosgregolin@yahoo.com.br

3 Economista pela UFFS. Integrou o projeto de extensão "Governança da perspectiva da gestão social de territórios da cidadania de Santa Catarina e Paraná: uma estratégia para o desenvolvimento regional sustentável e solidário". Contato: marciafelippini@gmail.com

4 Bacharel em Administração Pública. Especialista em gestão de micro e pequena empresa. Contato: osairwrublak@yahoo.com.br

5 Doutor em Desenvolvimento Sustentável. Professor da UFFS. Coordenador do Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP/UFFS). Contato: pedroivanc@gmail

compreendido dentro do campo ideológico e político no qual foi historicamente constituído e empregado.

Compreender as inúmeras diferenças entre o desenvolvimento das regiões passa por um processo analítico que considera as relações de poder, os agentes sociais e as bases materiais e históricas dos locais dentro da dinâmica de acumulação desigual. Como fruto de um movimento histórico de reivindicação e busca de alternativas endógenas para a promoção de desenvolvimento, organizam-se diversas frentes pró-universidade na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, movimentos que culminaram, em 2009, com a implementação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). O foco de atuação da UFFS situa-se em uma região historicamente deprimida e que passou por processos controversos de desenvolvimento. Sua razão de existir encontra-se muito bem considerada em sua missão[6] e na interiorização do ensino universitário público, oportunizando o desenvolvimento regional integrado das cidades e dos estados que compõem a Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Tal objetivo se materializa nas tentativas de conexão e inter-relação com as regiões onde está localizada, no estado do Paraná, em Laranjeiras do Sul e Realeza; em Santa Catarina, em Chapecó; e no Rio Grande do Sul, em Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo. Para que as contribuições propostas pela UFFS se concretizem nos espaços em que se encontra inserida, um dos eixos de ação deve ser a extensão universitária, que passa por um processo histórico de mobilização e organização de agentes em torno da sua efetiva implementação. O que se busca é cada vez mais a extensão se estabelecer como a articuladora da função social da universidade e, por meio dela, que as universidades consigam manter o diálogo e a relação com as comunidades em que estão inseridas.

Em especial na UFFS, muito em função da sua proposição e origem, a extensão se constitui como um dos eixos articuladores do processo de inserção regional. Mesmo que várias debilidades ligadas ao incentivo real e prático das atividades possam ser enumeradas, é latente o esforço de membros da comunidade universitária e regional em torno do fortalecimento e promoção de ações de extensão universitária.

---

6 A UFFS possui como missão: 1. Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social; 2. Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno; 3. Promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso (UFFS, 2016).

Dentro do *Campus* Laranjeiras do Sul existem diversas ações que possuem como eixo transversal a promoção de desenvolvimento regional, pautado principalmente no incentivo da agroecologia, do cooperativismo e da soberania alimentar.

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) é uma das ações de extensão desenvolvidas pela UFFS e, no *Campus* de Laranjeiras do Sul, tem como área de atuação o território da Cidadania Cantuquiriguaçu. O NEDET Cantuquiriguaçu está diretamente ligado ao Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP), e as ações que operacionaliza são guiadas pelo objetivo geral do projeto:

> Contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural e da articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania, por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos Territórios Rurais e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

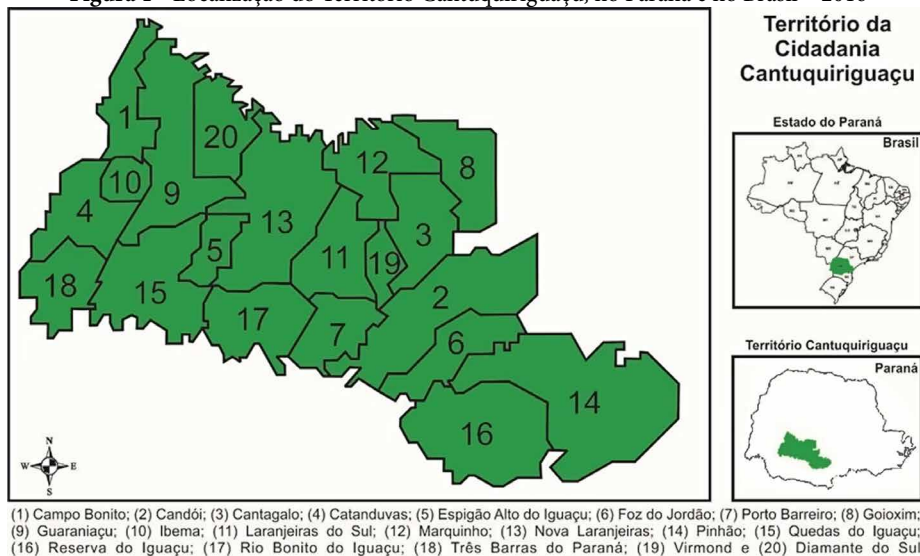
Partindo da necessidade de estudos e registros das ações de extensão desenvolvidas pela UFFS, se estabelece como objetivo geral deste capítulo construir uma reflexão sobre a relação do NEDET com a UFFS – *Campus* Laranjeiras do Sul e do Núcleo como institucionalização da extensão da UFFS junto ao colegiado territorial e demais atores do território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Tem-se como premissa o pressuposto da necessidade de inserção e aderência institucional para realização de atividades ligadas à extensão em desenvolvimento territorial tanto dentro da Instituição como no grupo de trabalho.

Visando o alcance deste objetivo, o estudo usou como ferramenta a análise documental e levantamento de dados secundários sobre a atuação no NEDET no âmbito do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e também internamente na UFFS. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com informantes-chave, agentes do território e gestores do *Campus* Laranjeiras do Sul para compreender algumas dinâmicas específicas sobre a problemática.

Para tanto se organiza esta breve reflexão em mais três tópicos: um que aborda a formação do tecido territorial estudado e da UFFS, bem como o que se compreende por território; outro que tenta ilustrar como ocorreu o desenrolar da política territorial em diversos níveis até chegar na configuração do NEDET, pontuando como ocorreram as relações de extensão em desenvolvimento territorial; e um último título que se ocupará das considerações finais.

O TECIDO TERRITORIAL E A UFFS – *CAMPUS* LARANJEIRAS DO SUL

Composto por 20 municípios (BRASIL, 2015), o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense, predominantemente na mesorregião Centro-Sul, microrregião de Guarapuava (Figura 1). Os municípios do território caracterizam-se como predominantemente rurais (52,12% da população vive em área rural), com baixa densidade demográfica (aproximadamente 16,6 habitantes por km) e são dotados de características potencialmente geradoras de identidade, tais como o relevo, o meio ambiente, a predominância da agricultura familiar (aproximadamente 83% das propriedades rurais se enquadram nessa categoria), a hidrografia, a presença de movimentos sociais atuantes, os assentamentos de reforma agrária (existem 4.264 famílias assentadas que representam aproximadamente 30% da área destinada a agricultura no território), povos tradicionais (quatro comunidades quilombolas e duas terras indígenas), indicadores socioeconômicos deprimidos, dentre outros (COCA, 2011; CEZIMBRA, 2013; BRASIL, 2015; IBGE, 2010).

Figura 1 - Localização do Território Cantuquiriguaçu, no Paraná e no Brasil – 2016

Fonte: NEDET/UFFS, 2016.

Sobre a geografia regional, o relevo ondulado e as formações de floresta possibilitaram atividades de extração madeireira, enquanto em áreas planas campestres houve exploração da pecuária (CEZIMBRA, 2013; RAUBER *et al.*, 2014). Esse movimento permitiu que ocorresse o início da acumulação de capitais por um pequeno grupo de proprietários de terras. Esse grupo obteve significativo domínio sobre os meios de produção regionais entrando em atrito com os outros agentes sociais (como camponeses posseiros, indígenas e quilombolas), promovendo um significativo processo de disputa política e territorial (FABRINI, 2002).

É perceptível o papel da agropecuária na geração de renda no território, principalmente na medida em que se comparam os valores atribuídos aos demais setores. A geração de renda gira em torno das ocupações ligadas ao setor agropecuário, existindo um grande contingente de trabalhadores empregados (IPARDES, 2015). Analisando os números da população ocupada, tem-se uma porcentagem significativa de habitantes nestes municípios que não possuem rendimentos, fato que reflete no percentual de pobres e extremamente pobres, que, mesmo passando por uma diminuição significativa entre os anos de 1991 a 2010, ainda possui uma correspondência relevante no total da população (50% da população em alguns municípios no ano de 2010) (IPARDES, 2015; ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2016). Observando outros indicadores socioeconômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), visualiza-se uma melhoria, no entanto, todos se mantêm abaixo da média estadual, ilustrando a situação de pobreza e exclusão que se vivencia no território (IPARDES, 2015).

Mesmo nesse cenário de restrições, os setores marginalizados da dinâmica territorial se organizam e configuram estratégias específicas de viabilização de seus grupos, seja na figura de entidades não governamentais ou via movimentos sociais do campo (COCA, 2011; FABRINI, 2002), seja na disputa de espaços dentro de entidades representativas, em nível governamental, dentro dos conselhos de representação (MORAES, 2013). Todo esse cenário de disputas e busca por reconhecimento e representação contribuiu também para a instalação da UFFS na região (Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009).

Tomando como ponto de reflexão a figura do território como espaço de disputa e materialização das relações de poder dos diferentes segmentos e classes sociais, potencializa-se a capacidade de analisar as estratégias que os atores em determinada região utilizam para controlar recursos, processos, relações e pessoas. O território tem uma conotação de poder, que vai além da noção tradicional

de poder político (HAESBAERT, 2004). Assim, para compreender e definir um território, torna-se importante evidenciar as relações de poder existentes dentro dele, de forma que a capacidade de articular diferentes formas e relações de poder dentro dos espaços determina as distintas territorialidades dos atores (SAQUET, 2009; RAFFESTIN, 1993). Esses espaços são marcados pelas relações materiais e imateriais, à medida que podemos observar as relações de poder definindo a ideologia, os pensamentos, a teoria, os conceitos, os métodos e as metodologias (FERNANDES, 2008).

A tarefa de definir os limites de um território pode ser complexa, principalmente por se entender que existem dinâmicas independentes, diferentes territorialidades e a relação não apenas material, mas principalmente imaterial, impregnada no cotidiano e na atuação de cada agente presente e atuante dentro deste "espaço". O grande desafio para trabalhar o desenvolvimento de um dado território é fazer com que as diferenças não sejam negligenciadas, mas discutidas. E, principalmente, que as ações sejam pautadas tendo por base os pontos comuns, as bandeiras aglutinadoras, de modo que não se esqueçam os pormenores diferenciadores e se trabalhem pelos pontos comuns presentes nas diferentes territorialidades. Porém, toda a formação territorial não ocorre de forma dissociada dos movimentos gerais de outras escalas, como a nacional e global, uma vez que o desenvolvimento do capital e sua produção de desigualdades ocorrerá de maneira diferenciada nos territórios, existindo um processo de desenvolvimento desigual e combinado (BRANDÃO, 2004).

Pode-se considerar abordagens territoriais diversas, que ocorrem "de baixo para cima" (RAFFESTIN, 1993) ou, por outro lado, abordagens de "cima para baixo" (SAQUET, 2009). Sobre essa mesma diferenciação, tem-se o entendimento de Haesbaert (2004), a partir do qual se pode classificar a territorialização em territórios dados e territórios constituídos. No mesmo sentido, Pecqueur (2005) oferece a reflexão de um território construído, sendo mais coerente do que simplesmente um território "dado". Ao se tomar por base as definições de território de "cima para baixo" e dos territórios dados, tem-se como ilustração as ações governamentais e, nesse caso, pode-se elencar a ação do Governo Federal quando estabelece o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), em 2003, que propõe um novo formato de política ao optar pela "construção de uma nova institucionalidade pautado na representação dos interesses sociais e econômicos de grupos marginalizados colocando

um conjunto de municípios dentro de uma estratégia comum" (LEITE e WESZ JÚNIOR 2012, p. 647).

Nesse sentido, o próximo tópico visa traçar uma representação de como os movimentos macro e microrregionais impactaram nas organizações e dinâmicas do Território da Cantuquiriguaçu.

ANTECEDENTES LOCAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS À IMPLANTAÇÃO DO NEDET

Para compreender o momento e a forma como o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) se insere no território da Cidadania Cantuquiriguaçu, é vital traçar um esboço do processo anterior de formação do território. Para tanto, separamos a história recente do CONDETEC em três fases: um primeiro momento, em que o Conselho é mais proativo, com elementos facilitados, tanto nacionais quanto de gestão interna do Conselho; um segundo período de desmobilização, principalmente sob os efeitos da esfera federal; e o momento no qual o Núcleo se insere, marcado por esses elementos de desmobilização.

No Brasil, em especial nos últimos anos, foram implementados diversos programas com foco na modificação e constituição dos territórios, visto que, no período que se inicia nos anos 1990, existe uma restrição significativa de recursos tanto em decorrência da crise que assolava o país como em decorrência da linha de gestão governamental adotada (FAVARETO *et al.,* 2010). Podem ser citados o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), substituído posteriormente pela Ação orçamentária de apoio a infraestrutura e serviços em territórios rurais (PROINF), ambos capitaneados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Deve-se referenciar também o Programa Territórios da Cidadania (PTC), que nasce no bojo do PRONAT e que acabou por ser gerido pela Casa Civil da Presidência da República e que deveria operacionalizar ações de diversos ministérios e órgãos da administração federal. Essa instância de caráter territorial é plural, composta por organizações governamentais e não governamentais. No território em questão, foi denominada Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC), um espaço que tem por intuito exercer a intersecção entre sociedade civil e instituições governamentais, em vista do desenvolvimento territorial. Os conselhos de desenvolvimento dos

territórios foram, durante muitos anos, apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), que, teoricamente, é a instância deliberativa do PRONAT e do PTC. Pode-se considerar que a institucionalização de um colegiado no âmbito das políticas territoriais é uma estratégia que além de tentar dotar o processo de aspectos mais democráticos, também tenta diminuir a discrepância existente entre a gênese de um "território constituído" e a artificialidade de um território unicamente "dado" por uma política pública.

Tanto o governo federal quanto o estadual, usando a figura do Conselho Territorial como instância deliberadora, tentam realizar[7] investimentos de recursos financeiros e humanos em diversas áreas, com o propósito de fortalecer as ações que visam diminuir as desigualdades do território e, supostamente, promover processos endógenos de desenvolvimento. Assim, se estabelecem na constituição do CONDETEC os objetivos de: (i) Promover o desenvolvimento regional em todas as suas dimensões, através de ações, programas e projetos; (ii) Articular as políticas públicas no Território através da integração de instituições públicas e privadas; (iii) Estimular o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social (CONDETEC, 2012).

A experiência do Conselho retira aprendizados positivos e frutíferos desse período inicial de implementação da prática política de gestão compartilhada e coordenação alternada entre os entes públicos e os não governamentais. Vale ressaltar que o CONDETEC tinha a prática básica de realizar discussões com a sociedade civil, das quais emergiam as demandas sociais que se tornavam suas pautas. Um eixo básico de atuação foi a construção do Plano Diretor, que contou com significativa participação social tanto no diagnóstico – com o objetivo de caracterizar a situação recente e atual, verificando suas causas principais – e prognóstico, que procurou desenhar o futuro desejado para o território. Esses momentos permitiram que o Conselho se tornasse um espaço de diálogo entre sociedade civil e poder público para formulação, gestão ou controle de políticas públicas.

As atividades desenvolvidas e ações políticas estabelecidas no CONDETEC contaram, em diversos momentos, com suporte da SDT, através de assessoramento estadual, territorial, de suporte financeiro e recursos humanos da Associação

7 Há várias políticas que se executam em nível de território. Entretanto, grande parte delas não é de fato sujeita à deliberação ou avaliação de parte do colegiado territorial. Ademais, o volume de recursos aplicados em políticas públicas no território é de um montante significativo (ex. crédito rural). Contudo, a participação do território nas definições é, em geral, bastante residual, quando não nula.

dos Municípios Cantuquiriguaçu e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), bem como de recursos de apoio logístico oriundos de emendas parlamentares. Foi um tempo de efervescente mobilidade de todas as instâncias do colegiado e de fortes conquistas territoriais, que marca um primeiro período recente da história do Conselho.

Num segundo momento, se observa uma dinâmica de enxugamento e secundarização do repasse de recursos para o território, especialmente a parte que se destina à deliberação pelo colegiado territorial. O Quadro 1 apresenta os projetos financiados pela SDT/MDA no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no período de 2003 a 2015.

Quadro 1 - Projetos financiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, 2003 a 2015

Ano	Propostas	Deliberados		N Deliberados	Montante Total	Deliberados		N Deliberados
2003/4	12	12	100,00%	0	R$ 822.255,64	R$ 822.255,64	100,00%	R$ 0,00
2005	28	16	57,14%	12	R$ 2.768.106,13	R$ 995.700,84	35,97%	R$ 1.772.405,29
2006	19	10	52,63%	9	R$ 2.177.853,34	R$ 1.588.902,40	72,96%	R$ 588.950,94
2007	24	3	12,50%	21	R$ 3.592.322,53	R$ 555.402,76	15,46%	R$ 3.036.919,77
2008	24	8	33,33%	16	R$ 3.306.815,21	R$ 1.056.286,05	31,94%	R$ 2.250.529,16
2009	14	7	50,00%	7	R$ 2.607.969,09	R$ 1.243.576,89	47,68%	R$ 1.364.392,20
2010	17	2	11,76%	15	R$ 3.478.548,86	R$ 561.315,65	16,14%	R$ 2.917.233,21
2011	12	1	8,33%	11	R$ 1.832.013,46	R$ 155.429,56	8,48%	R$ 1.676.583,90
2012	13	1	7,69%	12	R$ 2.728.698,27	R$ 408.200,00	14,96%	R$ 2.320.498,27
2013	13	0	0,00%	13	R$ 2.634.384,87	R$ 0,00	0,00%	R$ 2.634.384,87
2014	10	1	10,00%	9	R$ 3.793.287,00	R$ 275.204,00	7,26%	R$ 3.518.083,00
2015	6	0	0,00%	6	R$ 2.449.109,00	R$ 0,00	0,00%	R$ 2.449.109,00
TOTAL	192	61	31,77%	131	R$ 32.191.363,40	R$ 7.662.273,79	23,80%	R$ 24.529.089,61

Fonte: Dados da pesquisa (elaborado pelos autores), 2016.

A partir desse quadro se observa o esvaziamento da política por parte da SDT/MDA, pois, entre o período de 2010 a 2015, há um número pequeno de projetos deliberados pelo CONDETEC e um volume crescente de projetos aplicados ao território, que foram demandados via outros canais, como é o caso de emendas parlamentares e outras articulações. A busca de alternativas para a canalização de recursos ao território não deve em si se constituir em um problema. A questão é se, de fato, o Conselho serviu como espaço de diálogo, reflexão e crítica, de forma a contribuir para a construção de uma concepção comum de desenvolvimento

que pudessem contribuir para a estratégia geral de desenvolvimento territorial ali pautada, ainda que buscasse fontes não mediadas pelo Conselho.

Embasados em avaliações críticas das experiências anteriores e fruto de uma nova orientação política que regia a SDT, se materializa uma nova proposta de assessoria técnica aos colegiados territoriais, pautada na ação das instituições de ensino federais ou estaduais, por meio da implementação dos NEDETs. Essa ação ocorre em 2014/2015, momento de retomada dos investimentos e fluxos de recursos para os territórios, principalmente no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, que passou por um período de inoperância em sua articulação institucional, a qual foi retomada na esfera do MDA, em 2013. Esse fato, aliado à fragilização do PRONAT, com diminuição de valores destinados à deliberação dos colegiados, pode ter contribuído para o processo de desmobilização de diversos conselhos territoriais e, sobretudo, para a desmobilização do CONDETEC.

Paralelamente ao início desse esvaziamento e dentro dessa dinâmica do desenvolvimento territorial, insere-se a UFFS – *Campus* Laranjeiras do Sul, que inicia seu processo de inserção no território em 2010, atuando com ações de ensino, pesquisa e extensão. O desenvolvimento dessas ações ocorreu nesse cenário de disputas e relações de interesse, que fica evidente em diversos momentos da trajetória da Universidade desde a sua instalação até os dias atuais, sendo necessário que a Instituição busque mecanismos e espaços que permitam sua capilaridade regional. Ao desafio de implementação da Instituição, somam-se os limites impostos em decorrência da sua proposta diferenciada, que se resume no anseio de se desenvolver incorporando também demandas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Esses desafios se materializam de diferentes maneiras, no âmbito do ensino e da pesquisa, mas principalmente nas ações de extensão. Os desafios moldam-se de acordo com os agentes envolvidos, internos e externos, a área trabalhada e o objeto de ação.

A proposta que segue é de realizar uma análise da experiência de extensão universitária vivenciada pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET) da UFFS no território da Cidadania Cantuquiriguaçu, pontuando suas linhas de atuação, sua articulação com a Universidade e com os atores territoriais, bem como problemas e potencialidades constatados ao longo de sua existência.

A CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (NEDET/UFFS)

Faz-se necessário contextualizar que foi dentro do cenário de esvaziamento de recursos da principal política de estruturação territorial e em um momento de retrocesso organizativo de várias entidades territoriais que são criados os NEDETs. Para que fossem constituídos, a SDT contou com a parceria de diversas instituições de ensino, em um primeiro momento federais conveniadas por meio de uma encomenda e, na sequência, por meio de edital público ao qual qualquer instituição pública de ensino podia concorrer. Entretanto, diversas lacunas se impõem no dia a dia, situação própria de uma ação inovadora e pioneira.

No caso do Território Cantuquiriguaçu, o NEDET foi operacionalizado por meio do projeto "Governança na perspectiva da gestão social de territórios da cidadania de Santa Catarina e Paraná: uma estratégia para o desenvolvimento regional sustentável e solidário". Ao todo, o projeto lançou mão da composição de NEDETs para quatro territórios: Meio Oeste Contestado e Planalto Catarinense, no estado de Santa Catarina; Cantuquiriguaçu e Paraná Centro (este em parceria com a Universidade Estadual do Centro do Paraná), no estado do Paraná[8].

Abordando essa ação de extensão significativa da UFFS, surgem desafios que podem ser desencadeados por elementos de diversas ordens, dentre eles elencam-se aspectos internos do grupo de extensionistas e de suas instituições de ensino, assim como suas relações com a realidade local, além de aspectos intrínsecos da população beneficiária da ação.

Considerando a primeira dimensão, a atuação do NEDET Cantuquiriguaçu teve sua equipe composta por assessor territorial de gestão social (ATGS), assessor territorial de inclusão produtiva (ATIP) e um bolsista de graduação. Além desses, compuseram a equipe colaboradores egressos da UFFS, além de professores e demais acadêmicos de graduação. Há ainda um coordenador para cada núcleo, além do coordenador geral do projeto, responsável pelos NEDETS nos quatro territórios. Os trabalhos tiveram início em julho de 2014, sendo a equipe apresentada ao CONDETEC em setembro do mesmo ano.

8 Este projeto é coordenado pela Professora Dra. Enise Barth Teixeira.

A dinâmica interna do NEDET do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu foi estabelecida de forma coletiva, levando em consideração as demandas do MDA, do colegiado e também a vivência dos assessores, do bolsista de iniciação à extensão e também de voluntários, estudantes e professores da universidade, agregados às ações ao longo de todo o projeto. Tem-se como ponto importante o fato de que a equipe do projeto foi expandida para demais colaboradores que pudessem vir a contribuir com os trabalhos, o que, acredita-se, foi um ponto forte na gestão do NEDET Cantuquiriguaçu.

No início do projeto, o grupo se ateve ao acompanhamento das políticas públicas priorizadas de acordo com a metodologia estabelecida pelo MDA. Foram realizados e finalizados os acompanhamentos das políticas PROINF, PAA e PNAE, de responsabilidade do ATIP. A política de microcrédito ainda está sendo avaliada no território. As políticas Minha Casa Minha Vida e Luz para Todos foram acompanhadas e os relatórios finalizadas pelo ATGS e a geração de demandas para o PRONATEC, ação priorizada pelo MDA, não foi operacionalizada, haja vista que o CONDETEC não entendeu o cenário como favorável para esta ação. Além das políticas públicas definidas pelo MDA para o acompanhamento pelo NEDET, o grupo se envolve em outras atividades relacionadas ao território, dentre estas cita-se a participação e organização de seminários e eventos, com o objetivo de discutir questões territoriais[9], a publicação de trabalhos[10], mobilização e participação nas reuniões do CONDETEC, entre outras atividades demandadas pelo Núcleo Diretivo do Conselho.

O NEDET mobilizou todo um processo de rearticulação do Conselho que culminou em abril de 2016 numa plenária para aprovação da sua recomposição, bem como a eleição de um núcleo diretivo, cuja função é a de coordenar e encaminhar o andamento do CONDETEC. Uma significativa mudança alçada nesse processo foi a ampliação do núcleo dirigente: de quatro conselheiros, como

9 Como o Simpósio Territorial de Bovinocultura de Leite realizado no dia 26 de fevereiro de 2015 que tinha como objetivo discutir, juntamente com os gestores das cooperativas atuantes na cadeia produtiva, os principais entraves e também estratégias para superar as dificuldades que assolam o setor. Para subsidiar tal debate o NEDET se ocupou em buscar elementos em diversos bancos de dados, como por exemplo, recursos alocados do PROINF e de outras fontes na cadeia produtiva, produção total em cada um dos municípios, valor agregado da produção e o papel da produção de leite na composição do valor agropecuário. Também foram reunidas informações sobre os diversos agentes de comercialização que atuam no território.

10 Foram publicados cinco artigos e trabalhos em eventos nacionais e internacionais.

previa o regimento antigo, a ser composto por seis conselheiros eleitos dentre os representantes das entidades que formam o CONDETEC.

Uma importante ação de articulação realizada pelo NEDET foi um seminário para discussão das demandas das entidades e dos movimentos territoriais e sua relação com a ação da UFFS *Campus* – Laranjeiras do Sul. Estabeleceu-se um processo de diálogo no qual os participantes apresentaram demandas para a UFFS e assim houve um importante debate que culminará na qualificação da intervenção da Universidade no âmbito territorial. Sobre a atuação do NEDET na organização desse evento territorial, em que os atores diversos puderam conhecer a Universidade e sua atuação na extensão, a diretora do *Campus* afirma: "são possibilidades que a UFFS apresentou à comunidade e a partir disso os representantes do CONDETEC começaram a trazer demandas para a Universidade" (Dados da pesquisa, 2016).

Esta abordagem superficial das atividades do Núcleo tem como objetivo demonstrar a base de ações pelas quais se estabeleceram as relações e atividades de extensão. Durante a execução dessas atividades, ocorreram significativos desafios e problemas de interação do Núcleo com a Instituição, de forma que, ao final das atividades, é que se visualiza uma maior conexão com outras ações e projetos do *Campus*. Isso ocorre, em partes, pela incerteza de desenvolvimento das ações do projeto, que se intensifica com as alterações dos rumos da política e das orientações em nível de SDT. E também os problemas de aderência nos cursos de graduação com os projetos de extensão, principalmente pela carência de mecanismos institucionais que permitam uma maior penetração das ações dentro dos cursos.

Quanto ao eixo de articulação da relação UFFS – *Campus* Laranjeiras do Sul e território, mesmo que vários esforços tenham sido realizados, não foi possível avançar de maneira significativa, o que fica evidente, por exemplo, nos relatos e nas impressões preestabelecidas de representantes de grupos territoriais. A relação com o CONDETEC também demonstra limites da própria organização territorial, que vivenciou momentos de desmobilização, necessidade de recomposição dos membros e disputas internas (que ilustram os movimentos das relações de poder no território) entre parcela dos poderes públicos e de movimentos sociais.

Uma vez que se gerou um processo de abertura e novas relações, como é o entendimento do ex-presidente do CONDETEC e agora professor da UFFS, "o NEDET dá um arejamento que antes não tinha. Traz pessoas novas. Precisa de

apoio de uma instituição forte como a UFFS, que proporciona esse debate" (Dados da pesquisa, 2016).

Outra fonte de dados que pode ser referenciada neste momento é o questionário aplicado com todos os conselheiros do CONDETEC, cujo objetivo era conhecer um pouco mais sobre sua participação e percepção sobre o atual *status* do Conselho. Uma das questões indagou aos conselheiros: "As atividades do Colegiado Territorial melhoraram após a implantação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET)?".

Nesse questionamento, 52% dos participantes da pesquisa afirmam que não sabem se a implementação do NEDET apoiou as dinâmicas do Conselho Territorial, fato que, em parte, demonstra uma nulidade de interação com as atividades do Núcleo. Isso pode ter sido ocasionado pela falta de conhecimento sobre a atuação e a relação do NEDET com o Conselho Territorial. Esses elementos podem ser explicados também pelo fato de ter ocorrido uma recente recomposição do Conselho, realizada na plenária em abril de 2016, quando diversas instituições fizeram troca em seus representantes. Por tratar-se de novos conselheiros, uma hipótese é que eles não puderam visualizar o trabalho feito pelo NEDET desde 2014. A representação governamental teve uma nova instituição participante e 13 novos conselheiros, mantendo-se apenas 4 dos anteriores. A não governamental incluiu 5 novas instituições e 9 novos conselheiros, mantendo 8 dos conselheiros já participantes.

Um dos entrevistados apontou a ação do NEDET como negativa dentro do colegiado, manifestação esta que pode ser sintoma materializado do choque de interesses e disputa de espaços, a qual foi reforçada quando um projeto alocado dentro da Universidade começa a exercer o papel de assessoria, acompanhamento e mobilização dentro do CONDETEC. De fato, pode-se afirmar que, por meio da atuação do NEDET, se instalou um fluxo de troca de informações, divulgação de encaminhamentos, demandas e outros. Para um dos entrevistados, "a principal mudança foi a circulação de informações, que antes não ocorria de forma pontual e frequente" (Dados da pesquisa, 2016). Assim, pode-se afirmar que o NEDET apoiou que se promovesse o diálogo e a transparência das ações entre os integrantes do Conselho.

Outra questão constante na ferramenta de pesquisa aplicada pelo NEDET junto aos conselheiros do CONDETEC – "Que nota você atribui às atividades junto ao Colegiado Territorial do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento

Territorial (NEDET)?" – revelou um contingente significativo de respostas "não sei" (37%). A incidência dessa resposta reforça a percepção de que a recente renovação dos membros do colegiado influenciou na capacidade de avaliação da ação do Núcleo. A esse aspecto também pode ser acrescida a falta de conhecimento sobre as atividades do próprio Conselho, bem como a estagnação e baixa dinamicidade de suas ações no período recente.

O Núcleo representou, em certa medida, uma demonstração da capacidade de contribuição da Universidade dentro do Conselho e a representação de um tipo de proposta de desenvolvimento que não exclui, como vinha ocorrendo, a figura dos movimentos sociais e demais segmentos marginalizados, pelas problematizações e apontamentos trazidos com as pesquisas e com a retomada de alguns fluxos de informação. Isso fica evidente na fala da secretária do Conselho: "O NEDET foi a figura que a Universidade utilizou para chegar mais próximo nas demandas que o CONDETEC tem. Foi através do trabalho desenvolvido pelo NEDET que se pode aproximar as demandas do território para junto da Universidade" (Dados da pesquisa, 2016).

Isso aparece também no trecho a seguir da entrevista com o presidente do CONDETEC e representante dos movimentos sociais: "Eu acho que a principal mudança é que hoje a gente conta com uma equipe de apoio, o NEDET funciona quase que como uma secretaria do CONDETEC, é uma equipe que ajuda, que articula, que apoia. São duas coisas, o NEDET e a direção colegiada que a gente está fazendo agora com o CONDETEC, são duas mudanças que, para mim, voltaram a dar vida ao Conselho, que vinha em um processo meio que enfraquecido, e parece que direção colegiada, quando um dos diretores não está, o outro está, e outro é poder contar com uma equipe de apoio, que de alguma maneira o NEDET está sendo" (Dados da pesquisa, 2016).

Esses são elementos centrais que devem ser considerados ao se observar a ação do NEDET/UFFS no Território Cantuquiriguaçu e no CONDETEC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a experiência do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu na figura de atuação do CONDETEC, as debilidades apontadas podem ser resumidas: (a) na mobilização dos agentes de diversas instituições localizadas geograficamente no território, mas que outrora não pautavam o diálogo entre si; (b) na desmobilização e baixa participação nas atividades do colegiado; e (c) na ausência de uma prática de planejamento interinstitucional (por mais que se apresente de maneira não muito aprofundada) em esfera que supere os limites municipais.

Já os principais desafios dentro da política de apoio e organização territorial estão relacionados: (a) à falta de investimentos em infraestrutura e projetos produtivos capazes de apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura Familiar; (b) ao descrédito na PTC; (c) à desarticulação e não retomada das discussões sobre projetos parados ou não concluídos junto aos proponentes e público beneficiário; e (d) a falta de apoio aos agricultores familiares na articulação das compras institucionais e na estruturação de projetos alternativos de desenvolvimento.

A atuação do NEDET trouxe para a discussão alguns aspectos das políticas públicas trabalhadas, os quais muitos conselheiros relataram desconhecer. Um deles é a necessidade de se trabalhar de maneira articulada, por exemplo: PROINF com mercados institucionais; SUASA com PROINF; Minha Casa Minha Vida com regularização fundiária; microcrédito com mercados institucionais; regularização fundiária com financiamento; chamadas de ATER e mercados institucionais, entre outras possibilidades. Como desafios, a atuação do NEDET tem questões ligadas a apoiar o CONDETEC para que se torne um fórum de mediação e articulação destas e outras políticas públicas. Os projetos apresentados ao PROINF ou via emendas parlamentares em geral carecem de qualificação técnica e análise econômica aprofundadas. O Conselho não conseguiu estabelecer dinâmica de produção e qualificação continuada de projetos de desenvolvimento socioeconômico no território de forma a aproveitar as oportunidades existentes e angariar novos recursos voltados ao desenvolvimento territorial. Nesse sentido, também a presença da UFFS poderia contribuir, como recentemente tem se iniciado ações via NECOOP para qualificação de projetos técnicos apresentados por entidades ligadas à agricultura camponesa, reforma agrária e quilombolas.

Com a atuação dos NEDETs, é visível que o papel de gerar informações referentes às políticas públicas e dados gerais sobre o território produzem efeitos

multiplicadores positivos, no sentido de subsidiar as decisões e ações dos agentes territoriais com informações que permitam que as ações tenham, além da experiência prévia dos agentes diante da prática, elementos mais gerais do território e análises mais qualificadas sobre o contexto socioeconômico.

Durante o período de atuação do NEDET no território, pode-se listar, porém, diversos elementos referentes a desafios para a contribuição de uma dinâmica de desenvolvimento territorial, considerando que existem questões estruturais ligadas aos processos econômicos e sociais, adicionados de elementos históricos e políticos. Afinal, o desenvolvimento territorial não pode ser construído apenas com atividades localizadas, mas necessita ações integradas com os diversos atores que compõem o território. Nos últimos anos, como já argumentado, existe um processo de desmobilização social dentro das ações ligadas ao Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, em parte como reflexo da redução do peso dessa política no contexto dos governos federal e estadual e de outra parte pela incompreensão do papel das organizações locais na construção de uma proposta mínima comum que aponte para um desenvolvimento desejado. Entretanto, existem ações interessantes de segmentos do território que vêm desenvolvendo iniciativas, muitas vezes isoladas, que visam promover desenvolvimento sustentável.

No início da atuação do NEDET, o CONDETEC não contava com uma câmara ou comitês específicos para tratar de assuntos e projetos relacionados a jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais. Os assuntos relacionados a esses públicos eram discutidos junto às demais instâncias do próprio Conselho. Todavia, dada a necessidade de maior inclusão desses grupos no CONDETEC, houve esforços para a realização de uma conferência territorial de juventude, que contou com a participação de mais de 200 jovens e elegeu delegados para a conferência estadual e, posteriormente, para a nacional. Também cabe registro a criação do Comitê Territorial de Mulheres, que, atualmente, se constitui como um espaço para articulação de demandas dos grupos de mulheres agricultoras familiares e não agriculturas do território.

Inicialmente, com o processo de desmobilização do PRONAT e do PTC, foi natural a desmobilização também do CONDETEC, bem como das suas diferentes câmaras e comitês. O NEDET do Território tem se mobilizado no sentido de apoiar a reestruturação e reafirmação da identidade do Conselho. Esse processo ocorreu, e as mudanças tiveram início a partir da realização do seminário para a reconstituição do CONDETEC, realizado em novembro de 2015,

cujo tema principal foi o debate sobre o regimento do Conselho e as mudanças necessárias no texto.

Através desse processo, a UFFS se insere em um desafio de territorialização extremamente complexo. As atividades de extensão são uma das chaves para que esse movimento tenha êxito. Os aprendizados das ações do NEDET devem contribuir para que ações que integrem o desenvolvimento territorial sejam pensadas não apenas por projetos isolados, mas institucionalmente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo & VEIGA, Eli da. *Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural:* o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: IPEA: abril, 1998. 51p. (Texto para Discussão n. 641).

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Consulta do perfil e variáveis do desenvolvimento por município.* Disponível em: http://atlasbrasil.org.br. Acesso em: 06 nov. 2013.

BRANDÃO, C. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.

BRANDÃO, Carlos. O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o "jogo das escalas". *In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais* (Série estudos e pesquisas, 67). Salvador: SEI, p. 9-37, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. *Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais.* Brasília: SDT/MDA, 2005a. (Série Documentos Institucionais n. 2).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu - PR.* Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/cantuquiriguaupr. Acesso em: 7 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.* Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 2003.

BOISIER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. IPEA. *Planejamento e Políticas Públicas*, Nº 13, junho de 1996. P. 111-147.

CANTUQUIRIGUAÇU. *CONDETEC*. Disponível em: http://www.cantuquiriguacu.com.br/condetec.php. Acesso em: 20 out. 2015.

CEZIMBRA, E. do N. *Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho.* Pato Branco: UTFPR, 2013.

COCA, E. L. de F. *Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária:* análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná. 2011. 295 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/11/ms/estevan.pdf. Acesso em: 25 jul. 2013.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. *Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores.* Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 set. 2016.

FABRINI, J. E. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa.* 2002. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/fabrini.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2013.

FABRINI, J. E. *Campesinato e territórios em disputa.* São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FAVARETO, Arilson. *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil:* avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010.

FERNANDES, B. M**.** Entrando nos territórios do território. 2008. *In:* PAULINO, E. T.; FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento:* enfoque histórico-estrutural. Rio de janeiro: Paz e terra, 2000.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 5. ed. São Paulo, Atlas. 2008.

HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.* Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização:* do "fim dos territórios" à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: http://www.nead.gov.br/portal/nead/publicacoes/download_orig_file?pageflip_id=8632224. Acesso em: 25 jul. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Primeiros dados do Censo 2010.* Disponível em: http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=41. Acesso em: 16 fev. 2016.

IICA. *Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil Avanços e Desafios.* Brasília: IICA, 2010. Disponível em: http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/

uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12-Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf. Acesso em: 02 maio 2016.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social e Econômico. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/. Acesso em: 25 nov. 2015.

SACHS, I. Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006:* Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 777 p. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 20 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sinopse do Censo Demográfico de 2010.* Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41&dados=0. Acesso em: 10 jun. 2015.

LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, V. J. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 50, n. 4, p. 645-666, dec. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). *Territórios da Cidadania.* Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf. Acesso em: 15 ago. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Referências para a gestão social de territórios rurais. *Série Documentos Institucionais nº 3*, SDT/MDA. Brasília, setembro de 2005. 32 p. Disponível em: http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_216-28-11-2012-11-38-397290.pdf. Acesso em: 06 set. 2016.

MORAES, V. de. *A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu –Estado do Paraná:* a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. 2013. 311 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, São Paulo, 2013. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108654/000760524.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 jan. 2016.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes: Revista de Ciências Sociais*, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PERICO, R. E.; PERAFÉN, M. V.; PINILLA, M. E. (2011). *Políticas de desenvolvimento rural territorial:* desafios para construção de um marco jurídico-normativo. Brasília: IICA (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.13) 244 p.

PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In:* PETERSEN, P. (org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.* Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder.* São Paulo: Ática, 1993.

RAUBER, A. C. et al. Território da Cantuquiriguaçu: *Uma análise da I Turma de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, UFFS*. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Laranjeiras do Sul, 2011.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como Liberdade.* Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. *In: Desenvolvimento em Questão,* Unijuí, ano 1, n. 1, p.45-71, jan./jun. 2003.Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67/24. Acesso em: 4 jan. 2014.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In:* SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. *Territórios e territorialidade:* teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TEIXEIRA, E. B. *Projeto Governança na Perspectiva da Gestão Social de Territórios da Cidadania de Santa Catarina e Paraná:* Uma Estratégia para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Solidário. CHAPECÓ: UFFS, 2013.

TEIXEIRA, E. B. *Projeto de Governança na Perspectiva da Gestão Social de Territórios da Cidadania de Santa Catarina e Paraná:* Uma Estratégia para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Solidário, Chapecó, UFFS, 2014.

UFFS. *História da UFFS.* Disponível em: http://www.uffs.edu.br/. Acesso em: 19 set. 2016.

ANÁLISE EMPÍRICA DA EXTENSÃO NA UFFS: CRÍTICAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS COM CURSO E EVENTO

Humberto José da Rocha[1]
James Luiz Berto[2]

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) tem na sua simbologia uma chama composta de três fagulhas que representam o ensino, a pesquisa e a extensão. Partindo de uma demanda da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), este capítulo apresenta algumas impressões, sobretudo sobre as práticas de extensão recorrentes na Universidade e sua relação com a temática do desenvolvimento territorial. Em perspectiva mais específica, a discussão se baseia nos regulamentos da extensão da UFFS e tem como objetos três práticas desenvolvidas a partir do ano de 2014: curso de extensão (2013-2015), curso de extensão (2015-2016) e evento (2016).

O capítulo está estruturado, além desta breve introdução, com mais três seções. A primeira seção trata de uma breve contextualização da extensão na UFFS na perspectiva da regulamentação das ações. A segunda apresenta os três projetos que servem como objeto de análise e discussão. E a terceira seção tem

---

1 Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e do Mestrado em História da UFFS – *Campus* Erechim. Contato: humberto.rocha@uffs.edu.br.

2 Professor Adjunto do Curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Chapecó. Contato: james.berto@uffs.edu.br

por objetivo destacar algumas virtudes e limites percebidos na prática extensionista nos três casos abordados.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFFS

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) concebe sua política de extensão segundo

> um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, promova uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, fomentando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional. (Art. 1, II da Política de Extensão da UFFS).

O mesmo documento (Art. 3) orienta a extensão a partir de princípios dentre os quais se destacam: a "autonomia intelectual", no sentido de "embasar suas decisões e práticas na reflexão crítica da realidade histórica"; a "cooperação", implicando o "agir solidário, tanto na produção, quanto na apropriação e distribuição dos resultados nas distintas atividades humanas"; a "indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão", buscando a "articulação dialética entre a teoria e a prática" bem como contrapondo-se "à operacionalização e à massificação da Universidade que resulta na degradação do Ensino, na mercantilização da Pesquisa e na funcionalização da Extensão"; e o "caráter público", segundo o qual a atuação vai ao encontro do "benefício da maioria da população, principalmente daqueles que foram historicamente mantidos à margem dos benefícios resultantes do saber", tendo como preocupação "o mais amplo acesso possível a eles".

As áreas do conhecimento nas quais a UFFS se propõe a atuar são aquelas elencadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq). No caso dos projetos em análise, destacamos as áreas das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas (Art. 6 da Política de Extensão da UFFS). Já no que se refere às áreas temáticas das atividades de extensão, dentre as possíveis na UFFS, os projetos aqui discutidos se situam nas áreas dos Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente e Trabalho (Art. 7 da Política de Extensão da UFFS).

Quanto às linhas de extensão, dentre as relacionadas no Artigo 8 do mesmo documento, os projetos seguem as linhas do "Desenvolvimento regional", "Desenvolvimento rural e questão agrária", "Desenvolvimento urbano", "Direitos individuais e coletivos", "Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares", "Questões ambientais" e "Recursos hídricos".

As atividades de extensão estão caracterizadas, segundo o Art. 10 da Política de Extensão da UFFS, em cinco modalidades: programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço. O mesmo artigo caracteriza cada modalidade da seguinte forma:

> I - Programa: Conjunto articulado de Projetos e outras Ações de Extensão (Cursos, Eventos, Prestação de Serviços), preferencialmente integrando as ações de Extensão, Pesquisa e Ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.
>
> II - Projeto: Ação processual e contínua de caráter educativo, social e cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. O Projeto pode ser:
>
> a) Vinculado a um Programa de Extensão (Projeto faz parte de uma nucleação de ações);
>
> b) Não-vinculado a um Programa de Extensão (Projeto isolado).
>
> III – Curso: Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos, (FORPROEX, 2001/2002). [...]
>
> IV - Evento: Ação que implica a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, mantido ou reconhecido pela Universidade, (FORPROEX 2001/2002). [...]
>
> V - Prestação de Serviço: É o trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.), visando contribuir, prioritariamente, na formação acadêmica e profissional e na qualificação do corpo docente da Universidade. De acordo com o Plano Nacional de Extensão (p. 7, 2000/2001) "a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social".

Ainda de acordo com o mesmo documento, em seu Artigo 11, as ações de extensão serão elaboradas mediante dois pontos de partida:

> I - Proposição Interna: proposição institucional da Universidade; proposta de docentes, acadêmicos e técnicos da UFFS - sendo que a coordenação do projeto deverá estar a cargo ou responsabilidade de um professor\docente - e que preferencialmente, estejam mencionadas\previstas nos PPP dos cursos de graduação.
>
> II - Proposição Externa: proposta de ação de uma entidade não-governamental; demanda concreta da comunidade ou de representantes da comunidade; demanda de órgãos governamentais para contribuir com o desenvolvimento das políticas públicas.

Na mesma linha, é digno de registro o parágrafo único do Artigo 10, que prevê: "os programas e projetos de Extensão da UFFS serão desenvolvidos a partir de aprovação em editais internos e externos, projetos de demanda espontânea e por meio de convênios e contratos".

De modo complementar, da Resolução nº 1/2014 da Câmara de Extensão do Conselho Universitário, que aprova o Regulamento da Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul, extraímos aspectos importantes para a nossa discussão no que diz respeito aos papéis dos extensionista da Universidade. De início, o Artigo 4 esclarece que a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), apoiada pela Direção e pelo Comitê Assessor da Pró-Reitoria, tem a responsabilidade de "formulação, implementação, coordenação, supervisão e avaliação das políticas de Extensão e de cultura" da UFFS. O Art. 5º especifica as atribuições da PROEC, dentre as quais destacamos as ações de "institucionalizar os programas, políticas e processos permanentes de Extensão e cultura"; "avaliar frequentemente a política institucional da Extensão e cultura" e "lançar editais internos para programas e projetos de Extensão e cultura e coordenar o processo seletivo dos mesmos".

A PROEC reúne as atividades de extensão que, segundo o Art. 15 da resolução, "podem ser propostas por meio de editais internos ou externos ou por demanda espontânea e seguem as áreas temáticas, linhas de Extensão, caracterização e modalidades das atividades previstas na Política de Extensão da UFFS", segundo as quais os projetos em questão estão enquadrados conforme apresentamos anteriormente. O Art. 16 prevê que essas ações "podem originar-se da proposta de docentes, acadêmicos e técnicos da UFFS, bem como de demandas de órgãos governamentais, de entidades não governamentais, da comunidade ou

de seus representantes", sendo que essas ações, "preferencialmente, devem estar articuladas com os cursos de graduação e envolver, preferencialmente, alunos dos cursos aos quais os projetos estão vinculados", conforme o que prevê o Artigo 17 da mesma Resolução.

A proposição dessas ações estão previstas no Artigo 31 da Resolução mediante três modalidades: 1) Programa de Iniciação em atividades de Extensão da UFFS; 2) Projetos de demanda espontânea, mediante projetos, cursos, eventos, prestação de serviços encaminhados por "servidores docentes, servidores técnico-administrativos e alunos voluntários, quando for o caso" em fluxo contínuo mas sem contar com apoio financeiro e bolsistas por parte da PROEC; 3) Projetos de demanda induzida, que são submetidos mediante edital interno, podendo contar com apoio financeiro e bolsistas.

Esses projetos tendem a ser encaminhados por docentes, técnicos e alunos que, em consequência, assumem a coordenação na execução dessas ações. Executada a ação de extensão, ela pode ser certificada pela PROEC nos termos do que prevê o Artigo 54, mediante "formulário de solicitação de emissão de certificados e atestados deverá ser anexado ao relatório de atividades encaminhado pelo coordenador da atividade de Extensão". Complementarmente, o Artigo 58 prevê que:

> Os certificados serão expedidos em até 45 (quarenta e cinco) dias após a aprovação do relatório de atividades de extensão e do formulário de solicitação de certificação, no caso de atividades da demanda espontânea; e em até 3 (três) meses, no caso dos projetos aprovados por edital, após a aprovação do relatório das atividades pelo Comitê de Extensão e Cultura.

Essas pontuações normativas, embora fatigantes, servem para contextualizar as práticas e para embasar nossa discussão nas seções subsequentes. De maneira geral, é preciso ter em vista que a extensão está incluída no cenário universitário, que, por sua vez, não difere da maioria dos outros campos sociais no que diz respeito ao contingenciamento, ou seja, os cortes de recursos.

Quando a UFFS foi criada em 2009, o cenário político e econômico brasileiro se apresentava favorável. Isso significa condições melhores de trabalho e consequentemente um fluxo maior de recursos e projetos extensionistas. Na medida em que o tempo foi passando, a conjuntura se alterou ao ponto de dificultar as ações em curso e restringir a proposição de novos projetos. Nesse processo, a UFFS tende a mudar de uma condição de universidade nova, com um

tratamento diferenciado no que diz respeito aos recursos, passando a concorrer a esses recursos com outras universidades do país, inclusive com longa trajetória. A UFFS contou com uma Reitoria pro tempore que foi submetida ao processo de consulta (eleições) e acabou ratificando sua permanência. Esse dado é importante para assinalar o fato de que parte substancial dos recursos destinados à extensão universitária da UFFS tem relação com demandas e articulações desta Reitoria, através de iniciativas e parcerias com a comunidade regional, que foram viabilizadas através de projetos de extensão.

A extensão é parte importante da UFFS, e as ações da Reitoria precisam ser compreendidas de forma a abranger a PROEC em suas instâncias, assim como os docentes, técnicos, discentes, voluntários e a comunidade regional, observando também o processo social em que a Universidade está inserida. Dessa forma, propõe-se a análise desta relação processual a partir de três projetos dos quais apresentamos nossas críticas, obviamente, no sentido agregador do termo.

OS PROJETOS EM QUESTÃO

Resgatado o arcabouço normativo e tecidos os comentários contextuais sobre a extensão na UFFS, a apresentação dos projetos conferem o suporte empírico da discussão. Trata-se de três ações desenvolvidas desde 2014: o Curso de Formação de Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica, o Seminário Regional de Educação do Campo e o IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens.

Curso de Formação de Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica

A concepção deste projeto remonta praticamente ao início da UFFS. O projeto surge, inicialmente, como uma demanda externa a partir de discussões de um "acampamento da Juventude" da referida entidade. Idealizado por docentes, técnicos e comunidade regional, a ação teve seu projeto-base submetido em 2012 e propunha uma parceria entre a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF-SUL) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O projeto foi elaborado para ser desenvolvido em três turmas (denominadas de turmas estaduais) de 40 jovens agricultores familiares. Esses jovens se constituiriam em multiplicadores, devendo, para tanto, organizar, com apoio dos sindicatos, turmas de 40 jovens em suas bases sindicais, permitindo, assim, que o projeto envolvesse até 4800 jovens. As atividades formativas dos monitores foram desenvolvidas nos *campi* Erechim, Realeza e Chapecó, abrangendo os municípios dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A metodologia desenvolvida foi em regime de alternância totalizando uma carga horária de 584 horas, sendo 296 horas de "Tempo Escola" (módulos, intercâmbio e estágios) e 288 horas de "Tempo Comunidade" (organização e realização das atividades da turma nos municípios de origem, pesquisa e preparação para as aulas e desenvolvimento do projeto final nas propriedades).

Após reformulações de forma e conteúdo, o projeto foi desenvolvido entre 2013 e 2015, através de doze módulos, com as três turmas estaduais que multiplicariam as informações nos municípios das respectivas regiões. O projeto resultou num desembolso de R$ 1.681.701,34 e contou com a gestão financeira da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU). A mobilização dos jovens das turmas estaduais, a articulação com os sindicatos e o acompanhamento do desenvolvimento das turmas locais eram atividades de responsabilidade da FETRAF, sendo que no projeto havia recursos financeiros para pessoal e deslocamentos. À UFFS caberia a execução dos módulos das turmas estaduais e a orientação ao acompanhamento pedagógico das turmas locais realizado pela FETRAF.

O pioneirismo e a notoriedade do projeto em nível nacional foram assinalados pelos extensionista de diferentes partes do país quando de reuniões no MDA. A par e passo, o projeto também revelou problemas inerentes a ações de tal envergadura, mas que ficaram mais explícitos em função do referido pioneirismo.

A rotatividade de coordenadores foi um problema importante no curso, o que pode estar relacionado com sua concepção. Não obstante, ocorreram problemas pessoais ou mesmo institucionais, que são normais em projetos dessa envergadura. A criatividade dos envolvidos e os esforços da Reitoria para captação de recursos acabam sendo prejudicados por essa rotatividade. Apesar disso, a demanda externa, a abertura de edital, mesmo que não obrigatória, parece ser o mais conveniente para a extensão no sentido de abrir frentes distintas que possam favorecer a pluralidade e aumentar o alcance das ações ao mesmo tempo

em que evita que um projeto de tal envergadura fique sob a responsabilidade de um único coordenador.

Ainda na perspectiva de pessoal, mas agora no sentido institucional, a falta de uma estrutura específica para apoiar os projetos extensionistas, tanto no que diz respeito a técnicos como de estrutura física, foi outro fator desafiador para sua execução. A inexistência, na época, de grupos de extensão (multicampi) consolidados na UFFS foi mais um fator limitante para a condução do projeto, principalmente devido à sua abrangência espacial, quantidade de ações e diversidade de temas tratados. Outro aspecto digno de pontuação se refere à forma como os recursos foram distribuídos. A comparação de rubricas destinadas ao pessoal interno e externo sugere uma disparidade de responsabilidade e remuneração. Assessores com nível de graduação e pós-graduação receberam bolsas e ajudas de custos substanciais ao passo que professores responsáveis pelos módulos e mesmo pela coordenação do projeto não contaram com nenhuma bolsa. Quanto aos alunos da UFFS, o número de bolsistas ficou muito aquém da necessidade de tamanho do projeto.

A ação da Reitoria também foi preponderante no projeto. A já referida capacidade de articulação interinstitucional e o apoio aos extensionistas são elementos marcantes. Por outro lado, em alguns momentos, percebe-se a sobreposição e, por que não, a confusão de papéis entre a Reitoria e a PROEC no sentido dos encaminhamentos, sobretudo com a comunidade regional.

Problemas e virtudes foram alternâncias que assumimos na coordenação do projeto, sejam anteriores, sejam resultantes de ações que passamos a desenvolver. Concluído esse projeto em novembro de 2015, já encaminhávamos uma segunda ação, dando continuidade à prática extensionista na Universidade.

Seminário Regional de Educação do Campo

Em 2015 foi institucionalizado, na UFFS e no CNPq, o Grupo de Pesquisa "Movimentos Sociais na Fronteira Sul". Dentre as primeiras inciativas planejadas no Grupo, estava a promoção de um curso envolvendo os movimentos sociais. Coincidentemente, um curso de extensão já existente na Universidade foi colocado como possibilidade de trabalho em parceria ao Grupo de Pesquisa. A proposta foi acolhida e se ofertou um "Projeto de Extensão por Demanda Espontânea" intitulado "Seminário Regional de Educação do Campo".

A partir da proposta do Grupo de Pesquisa, da demanda dos movimentos sociais e da iniciativa de outros professores da UFFS, o curso foi ampliado e reconfigurado de forma a ocorrer paralelamente a um curso de especialização. Assim, o Seminário acontece paralelamente ao "Curso de Especialização em Educação do Campo com ênfase em Estudos da Realidade Brasileira", uma pós-graduação *lato sensu*.

Iniciado em novembro de 2015, os cursos disponibilizam cem vagas para educadores que atuam nos espaços educativo-formativos dos movimentos sociais e sindicais populares do campo e da cidade. As turmas são compostas de cinquenta alunos de especialização e cinquenta de extensão. As aulas acontecem às sextas-feiras, aos sábados e domingos, compreendendo nove módulos com periodicidade mensal, com previsão de conclusão para agosto de 2017. A proposta original do curso era de executar cada módulo em dois encontros: um contando com professor externo e outro contando com professores da UFFS. O projeto previa um desembolso de R$ 53.963,00 com despesas, além de recursos externos que seriam captados; todavia, o contingenciamento dos recursos atingiu também nossos cursos.

Ante o corte severo de recursos, a UFFS pôs em prova seu comprometimento com os movimentos sociais. A Direção do Campus Chapecó organizou-se de forma a viabilizar, além do espaço para as aulas, alojamento e alimentação para os participantes nos respectivos módulos. Essa inciativa implicou em adequação de pessoal (técnicos administrativos, restaurante, vigilância) e de estrutura. O pernoite dos participantes no campus, banho e alimentação exigiram adequação de estruturas (banheiros, por exemplo) e a abertura do restaurante universitário (terceirizado) em horário além do habitual. Essa iniciativa da Universidade, especialmente da direção do Campus Chapecó, aliada ao esforço de iniciativas dos movimentos sociais participantes, acabou por garantir a execução dos cursos num cenário adverso econômica e politicamente.

Retomando o que foi exposto na primeira seção, essa ação promoveu efetivamente a relação entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Acontece que o desdobramento do curso, que inicialmente era de extensão, em um curso paralelo de pós-graduação *lato sensu*, aproximou significativamente a extensão do ensino. Todavia, um problema ficou evidenciado: a assimilação do fluxo burocrático da Universidade no que diz respeito à Pós-Graduação (prazos de entregas de trabalhos, frequência), problemas esses que parecem ser equacionados na medida

em que o curso se desenvolve. Quanto à pesquisa, ao propor o curso de pós-graduação e extensão tendo os movimentos sociais como público-alvo principal, o Grupo de Pesquisa “Movimentos Sociais na Fronteira Sul” passou a contar com um novo espaço de interação com esses grupos, tanto que, recentemente, outro projeto na mesma linha foi aprovado pela FAPESC. Esses pontos, no conjunto do projeto, corroboram o compromisso e aproximam de forma efetiva a Universidade dos movimentos sociais na Fronteira Sul, desdobrando-se em outras ações, como os eventos.

IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens

Ainda em junho de 2014, uma atividade de extensão de demanda espontânea propunha um evento intitulado “I Seminário sobre hidrelétricas da bacia do rio Uruguai: impactos sociais, econômicos e ambientais”. O evento aconteceu em dois dias e contou com a participação de professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essa iniciativa foi concebida a partir da pesquisa e extensão mantida por docentes da UFFS que acabaram se aproximando no Grupo de Pesquisa “Movimentos Sociais na Fronteira Sul”. Ao final do evento, em 2014, a UFRJ desafiou a UFFS a promover uma edição de um encontro internacional sobre a temática das barragens e os movimentos sociais a ser realizado em Chapecó no mês de novembro de 2015.

O evento corresponde à quarta edição de debates sobre o tema, anteriormente sediada no Rio de Janeiro, Salvador e Belém. Na etapa de Chapecó, o evento manteria os moldes das etapas anteriores e implicaria o desembolso de R$ 147.760,88. O mesmo problema do contingenciamento que refletiu na greve dos servidores acabou transferindo o evento para o ano seguinte. Então, o evento aconteceu no Campus Chapecó entre os dias 20 e 23 de setembro de 2016.

A transferência da data implicou desarticulação de iniciativas que já estavam adiantadas, além de impossibilitar recursos que já haviam sido liberados por agências de fomento. Dessa forma, novos projetos precisaram ser encaminhados, e os recursos, sob a nova conjuntura, acabaram sendo reduzidos drasticamente. Novamente, a disposição da Universidade foi decisiva para a manutenção da proposta. As agências de fomento restringiram o apoio de forma que passamos a contar com 20% dos recursos. Iniciativas como a produção de material de divulgação, a contratação de Fundação para gerenciar recursos e, principalmente,

complementação de valores das inscrições, foram esforços empreendidos pela Reitoria sem os quais o evento ficaria inviabilizado. Disto, merece destaque a presteza da PROEC e de setores da Reitoria envolvidos na ação de forma que extrapola a mera obrigação desses setores, aspecto que precisa ser ressaltado pela disposição individual de técnicos e docentes.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

As três ações – Curso de Formação de Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica, Seminário Regional de Educação do Campo e IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens – aproximam a Universidade da comunidade regional, especialmente no que se refere aos movimentos sociais. O projeto com a juventude rural demonstrou essa articulação especialmente no âmbito da agricultura familiar. O curso reforçou essa aproximação e propiciou a efetiva relação entre os três alicerces da Universidade: extensão, pesquisa e ensino. Na mesma linha, o evento sobre barragens coloca a UFFS na rede de universidades que propõe eventos internacionais sobre a temática e reforça a relação com os movimentos sociais, tanto que, no âmbito do evento, foi lançado o Movimento de Afetados por Represas na América Latina (MAR).

As virtudes que percebemos nas práticas extensionistas caminham de mãos dadas com os problemas. A aproximação com os movimentos sociais implica equacionar diferenças procedimentais entre a burocracia normativa do órgão público e a flexibilidade de ações desses grupos. No que diz respeito aos recursos, o louvável esforço da Reitoria na captação junto a instâncias externas talvez pudesse ser melhorado quando do encaminhamento interno. A concentração de um valor milionário em um único projeto parece ir na contramão do princípio da sua abrangência, conforme apresentamos na primeira seção. A publicação de diferentes editais, mesmo que em demanda induzida, pode refletir na redução da rotatividade de coordenadores pelo fato de que o coordenador foi o idealizador teórico-metodológico do projeto e estabelece objetivos e assume responsabilidades previamente.

A formação de grupos de Extensão nos *campi* da UFFS e sua articulação são fatores importantes para a condução de grandes projetos de extensão, como o de capacitação de jovens. Também é necessária a conquista de estruturas de apoio à extensão, tanto físicas como de pessoal, pois, devido a sua natureza, é, normalmente, complexa em sua execução. E, além de envolver os professores e alunos, envolve a comunidade regional e, na maioria das vezes, espaços também externos à Universidade.

No que diz respeito ao desenvolvimento territorial, é fundamental explicitar a perspectiva buscada pela UFFS. Um desenvolvimento per se, baseado sobretudo no aumento do PIB, parece divergir da proposta da Universidade. Importante é a prática extensionista reforçar seu compromisso com um desenvolvimento que promova a "liberdade" no sentido do que propõe Amartya Sen (2010). Ainda, no que diz respeito à territorialidade, é preciso discutir o sentido e a ênfase política e institucional dos projetos, sob pena de ficarem reféns de políticas de governo. Nessa linha, os projetos precisam ter em vista ações que consideram um protagonismo das populações locais no sentido da "subpolítica" defendida por Ulrich Beck (2012).

Finalmente, retomando a simbologia da chama que representa os três pilares institucionais da UFFS, com base no que foi apresentado, a extensão aparece como ponto nevrálgico em vista ao compromisso assumido pela Instituição desde a sua concepção. Refletir constantemente sobre suas posturas, práticas e diretrizes significa determinar a medida deste compromisso.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, U. *Modernização reflexiva:* Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 2012, p. 11-87.

ROCHA, Humberto José da; BERTO, James Luiz; AMES, Maria Alice Canzi (org.). *Jovens na agricultura familiar:* gestão e inovação para a sustentabilidade. Curitiba: CRV, 2016.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Política de Extensão da UFFS*. Chapecó, novembro de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Curso de Extensão*: *Capacitação de Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica*. Chapecó-SC, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Resolução nº 1/2014 da Câmara de Extensão do Conselho Universitário que Aprova o Regulamento da Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul*. Disponível em: www.uffs.edu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Seminário Regional de Educação do Campo*. Chapecó-SC, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens*. Projeto de Evento. Processo n° 23205.001236/2016-38. Chapecó-SC, 2016.

DIÁLOGOS SOBRE SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO: DESEQUILÍBRIOS AMBIENTAIS E OS DESAFIOS PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Maria Eneida de Almeida[1]
Maíra Rossetto[2]
Willian Simões[3]
Paulo Roberto Barbato[4]

Os desequilíbrios ambientais têm incidido de maneira crescente e com diversos graus de intensidade sobre a qualidade de vida de toda a população em escala planetária, afetando direta e indiretamente a sua saúde.
Determinantes Sociais e Ambientais em Saúde – OPAS, 2011.

1 Professora Doutora em Saúde Coletiva, Biomédica, Curso de Medicina da UFFS – Campus Chapecó. Contato: maria.almeida@uffs.edu.br

2 Professora Doutora em Saúde Coletiva, Enfermeira, Curso de Medicina da UFFS – Campus Chapecó. Contato: maira.rossetto@uffs.edu.br

3 Professor Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná e Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA), geógrafo, Curso de Geografia da UFFS – Campus Chapecó. Contato: william.simoes@uffs.edu.br

4 Professor Doutor em Saúde Coletiva, Odontólogo, Curso de Medicina da UFFS – Campus Chapecó. Contato: paulo.barbato@uffs.edu.br

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos dois séculos, o desenvolvimento capitalista trouxe benefícios e malefícios à saúde das pessoas. Nas últimas décadas, os malefícios causados pelas agressões ao meio ambiente e ao modo de vida da sociedade brasileira, tanto residente na área urbana quanto rural, têm sido previsíveis e vêm causando preocupação crescente. As transformações do meio ambiente afetam diretamente a água, o solo e o ar, bem como a saúde dos trabalhadores e a saúde das populações em geral. É inegável o fato de que toda sociedade humana depende da água potável e da produção de alimentos, porém, considerando a população brasileira, atualmente os alimentos consumidos estão regados a veneno, e as nascentes dos rios estão sob risco de grande toxicidade (DELGADO, 2012; CARNEIRO, 2015).

> A estrutura e o funcionamento dos ecossistemas do mundo têm sido rapidamente modificados, principalmente a partir da segunda metade do século XX, devido à velocidade de crescimento populacional associado aos padrões de produção e consumo (TAMBELLINI; MIRANDA, 2012, p. 71).

Desse modo, tal crescimento vem justificando perversamente a degradação dos ecossistemas por todo o mundo, seja dentro da lógica da Revolução Verde ou dos efeitos do agronegócio, o que contraria a lógica da agricultura que alimentou a humanidade até uma década atrás.

> Uma diferença fundamental entre agronegócio e agricultura está presente nos nomes: no agronegócio não há cultura, pois não há povo, a relação homem-natureza é mediada pelos valores do mercado, do negócio. A sociodiversidade cultural presente no campo e na floresta do Brasil se expressa nos povos que produzem alimento, vivem na terra e da terra, das águas e da floresta (CARNEIRO, 2015, p. 123).

Os recursos hídricos constituem-se em importante aliado para a implementação de ações de saúde e ambiente, haja vista a importância da água à vida humana, agricultura e geração de energia. Há que se levar em conta, portanto, o papel dos cursos de água na veiculação de inúmeras enfermidades. Intervenções no campo dos aproveitamentos hidráulicos – como barragens, hidrovias,

aduções e projetos de irrigação – acarretam riscos de incremento na incidência de algumas doenças.

O crescimento industrial e o desenvolvimento das atuais estruturas e aglomerados urbanos criaram as condições propícias para uma permanente exposição de grandes contingentes populacionais à poluição atmosférica oriunda de fontes fixas e móveis de emissão de poluentes, de acidentes com produtos químicos e da queima de biomassa provocando efeitos adversos sobre a saúde das populações expostas.

Houve uma transformação radical nas paisagens brasileiras, o que se nota com facilidade. De uma natureza irregular, heterogênea e vibrante, surgiu, em seu lugar, imensos tapetes delimitados, aparados e homogêneos, dependendo da espécie e da época de plantio ou colheita: soja, milho, trigo e cana-de-açúcar.

Diante de tal complexidade, como pensar as relações entre Saúde e Ambiente? As concepções políticas e práticas na realidade brasileira contemporânea e o papel do Estado, da sociedade civil e das instituições estão refletidas nas relações entre Saúde e Ambiente contempladas na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/1990 e na Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, nº 6.938/1981.

> [...] o meio ambiente é definido como um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as formas e cria o Sistema Nacional de Meio Ambiente, uma tentativa de integrar organismos federais, estaduais e municipais relacionados à questão ambiental (TAMBELLINI; MIRANDA, 2012, p. 90).

A Saúde Ambiental é um campo de saberes e práticas da Saúde Coletiva que consiste em um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde.

> Enfrentar as causas das causas, as determinações econômicas e sociais mais gerais do processo saúde-enfermidade, envolve, portanto, ações não apenas no sistema de atenção à saúde, como mudanças nos modelos assistenciais e ampliação da autonomia dos sujeitos, mas também intervenções nas condições socioeconômicas, ambientais e culturais por meio de políticas públicas intersetoriais (CARVALHO; BUSS, 2012, p. 136).

Para entender o contexto da emergência de algumas ou de muitas doenças na contemporaneidade foi constituída, por docentes do Componente Saúde Coletiva do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó, uma mesa-redonda intitulada "Desequilíbrios do meio ambiente como desafios para profissionais da saúde"[5], composta por quatro cursos: Geografia, Agronomia, Engenharia Ambiental e Medicina. O objetivo fundamental da discussão, transposto para este texto, foi refletir sobre "Saúde e Ambiente" como um tema conexo e interdisciplinar.

Essa atividade foi fruto da necessidade de um espaço que ampliasse o olhar dos acadêmicos, que possibilitasse um diálogo de saberes com reflexão crítica aos desafios que crescentemente estão afetando a saúde humana e que pudesse explicitar uma perspectiva de alta complexidade para a formação médica no século XXI. O maior desafio desse tipo de atividade é possibilitar que saberes de campos específicos e de várias áreas do conhecimento se complementem e busquem respostas para questões complexas de um dos grandes problemas contemporâneos, que é o processo saúde-doença e sua direta inter-relação com o ambiente. Duas grandes questões se colocam como desafios relevantes. A primeira questão diz respeito a:

> De que forma, a destruição ambiental causada pelo modelo econômico adotado pelo Brasil desde 1965 e radicalizado a partir de 1999, que se denomina "modernização conservadora no campo" – mais conhecido como "agronegócio" ou "agroindústria" -, pode impactar os consultórios médicos, os hospitais e os pronto-socorros? (DELGADO, 2012).

A segunda questão se refere a:

> Como pensar a causa e o desenvolvimento de uma doença sem pensar na água que se bebe, de onde vem o alimento para se nutrir, no ar que se respira, no trabalho que se desenvolve? E assim conseguir pensar sobre sua própria condição de vida e de sua família? Como pensar o processo saúde-doença, sem pensar nos determinantes ambientais e sociais da saúde? (PAIM; ALMEIDA-FILHO, 2014).

Saúde e Ambiente é um tema emergente na área da saúde devido à flagrante deterioração dos ecossistemas e da biodiversidade em todo o planeta, o que vem

5 Essa atividade foi desenvolvida no dia 04 de agosto de 2016, na UFFS – *Campus* Chapecó.

causando implicações na saúde humana. É exatamente esse aspecto que buscamos apontar neste capítulo. Além disso, tal temática pode agregar muito à formação de acadêmicos do curso de medicina e outros cursos em uma universidade federal, pública por excelência. Foi feito um exercício de transdisciplinaridade, visto que o conceito de saúde transcende a visão técnica tradicional da formação dos profissionais de saúde relacionada à ausência de doenças, sendo determinado por vários aspectos essenciais da sociedade com suas condições de vida e de trabalho, onde podemos apontar os determinantes sociais da saúde: educação, alimentação, produção agrícola, emprego, habitação, água, esgoto, cultura, lazer, esporte e meio ambiente (PELLEGRINI FILHO; BUSS; ESPERIDIÃO, 2012).

É nesse sentido que apresentamos dois subtemas para contribuir no aprofundamento da reflexão transdisciplinar sobre Saúde e Ambiente, ampliando a visão de cada campo específico do conhecimento com vistas a esclarecer características e propor projetos de intervenção ou projetos que contribuam na elaboração de políticas públicas no enfrentamento dos desafios desse tema na realidade da sociedade contemporânea: Epidemiologia das Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis Emergentes no Brasil e Espaço, Trabalho e Saúde.

EPIDEMIOLOGIA DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E NÃO TRANSMISSÍVEIS EMERGENTES NO BRASIL

O Art. 3º da Lei 8080/90 menciona que os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, considerando como determinantes e condicionantes: a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais, entre outros (BRASIL, 1988).

Partindo desse conceito ampliado de saúde, buscamos compreender a necessidade de interação dessa área do conhecimento com outros campos do saber para que sejam pensadas ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, visando superação do paradigma biomédico e *flexneriano* (CAMPOS, 2009).

Posto isso, podemos analisar as doenças que têm atingido a população brasileira como indicadores de uma transição epidemiológica incompleta. Essa transição epidemiológica vem acompanhada de uma transição demográfica que tem mudado o modo da população brasileira: nascer, crescer e morrer.

O crescimento da população, nas últimas décadas, e a ocupação das grandes cidades têm mudado significativamente o modo de vida. De acordo com dados do censo populacional de 2010, a população brasileira atingiu 190.732.694 habitantes.

Considerando a projeção populacional estimada pelo IBGE, em 2019, a população será de 211.263.638 habitantes, o que representa um crescimento linear de 10,76% em relação a 2010. Acompanhando esse crescimento populacional, a proporção de pessoas vivendo na área rural tem mudado, com um aumento de pessoas vivendo em grandes cidades (IBGE, 2010). Em 2010, os dados do IBGE mostram que mais de 80% da população brasileira vive na área urbana, porcentagem 20% maior do que da década de 1980 (IBGE, 2010).

Outra mudança significativa está no declínio da taxa de fecundidade no Brasil. Até 1960, a taxa de fecundidade era levemente superior a 6 filhos por mulher; em 1970, reduziu para 5,8 filhos, com diminuição mais acentuada na região Sudeste; em 2014 chegou a 1,7% filhos por mulher (BRASIL, 2016).

Associado à queda da fecundidade, tem-se observado um rápido processo de envelhecimento da população brasileira, que desde a década de 1960 tem se modificado. Em 1960 eram 3 milhões, chegando em 2008 a 20 milhões, com perspectiva de atingir em 2020, 32 milhões de idosos no Brasil (BRASIL, 2016). Todo ano, 650 mil novos idosos são incorporados à população brasileira – a maior parte com doenças crônicas e alguns com limitações funcionais. A longevidade é um fenômeno que, juntamente com a queda de fecundidade, ocasiona drástico envelhecimento na população e a necessidade de redirecionamento de ações de cuidado da população (BRASIL, 2014).

Essas ações atingem diversos campos, sendo que na área da saúde essa transição demográfica tem levado também a uma transição epidemiológica, modificando o modo como as pessoas se cuidam e adoecem. Com isso, a área da saúde tem necessitado organizar sua assistência para atender doenças transmissíveis ou agudas (únicas e de curta duração). Entretanto, as doenças agudas vêm sendo substituídas pelas doenças crônicas ou não transmissíveis em populações mais envelhecidas, muito influenciadas pelo estilo de vida, o que necessita de acompanhamento por longos períodos. Associadas às doenças transmissíveis e não transmissíveis, temos as doenças (re)emergentes, que voltam ao cenário da saúde pública.

As doenças transmissíveis mostram que Tuberculose, Hanseníase, HIV/Aids, Hepatite, Sífilis, Dengue, Zika, Chikungunya, Malária, Doença de Chagas e outras doenças imunopreveníveis continuam como problemas imanentes à saúde

pública. Para o diagnóstico e tratamento dessas doenças já existem tecnologias, mas, mesmo assim, continuam com alta incidência e mortalidade (BRASIL, 2016).

Fatores como a ocupação territorial e as oscilações climáticas têm impactado na transmissão e manutenção dessas doenças como prevalentes (BRASIL, 2016). Alguns vetores aumentaram e se distribuíram de modo diferente pelo Brasil, podendo contribuir para o agravamento de algumas enfermidades.

As condições de ocupação nas grandes cidades com ausência de saneamento básico e tratamento de dejetos, coleta de lixo e casas irregulares, também podem apresentar-se como um marcador de vulnerabilidade ao adoecimento.

Em relação às doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), elas constituem o problema de saúde de maior magnitude e respondem por mais de 70% das causas de mortes no Brasil. As doenças cardiovasculares, cânceres, diabetes, enfermidades respiratórias crônicas e doenças neuropsiquiátricas, principais DCNT, têm respondido por um número elevado de mortes antes dos 70 anos de idade e pela perda de qualidade de vida, gerando incapacidades e alto grau de limitação das pessoas doentes em suas atividades de trabalho e de lazer (BRASIL, 2014).

Pesquisas têm mostrado a forte associação das principais doenças crônicas não transmissíveis a fatores de riscos altamente prevalentes, destacando-se tabagismo, consumo abusivo de álcool, excesso de peso, níveis elevados de colesterol, baixo consumo de frutas e verduras e sedentarismo. O monitoramento desses fatores de risco e da prevalência das doenças a eles relacionados é primordial para definição de políticas de saúde voltadas para prevenção destes agravos.

As causas externas são consideradas agravos de importância significativa entre os casos de adoecimento, incapacidade e morte. Os acidentes de trânsito constituem um importante problema de saúde pública, tanto por causar sequelas graves e incapacitação, quanto por ser uma das principais causas de óbito no mundo (BRASIL, 2014).

A proporção de pessoas que se envolveram em acidente de trânsito com lesões corporais, nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, no Brasil, foi de 3,1%. Esse percentual foi maior entre os homens, entre os quais foram registrados 4,5%, enquanto o correspondente às mulheres foi de 1,8%. Os grupos de idade mais jovens apresentaram maiores percentuais, enquanto a proporção foi menor para os mais velhos. Das pessoas que se envolveram em acidente de trânsito, 47,2% deixaram de realizar atividades habituais e 15,2% tiveram sequelas ou incapacidades (BRASIL, 2014).

Os acidentes de trabalho ocorreram preponderantemente entre os homens, com proporção de 5,1%, enquanto essa proporção foi de 1,9% entre as mulheres. Esse percentual foi de 4,4% no grupo de idade de 18 a 39 anos (BRASIL, 2014).

A violência, em seus mais variados contornos, pode ser identificada tanto no espaço público quanto no privado. Uma das formas de prevenir e combater a violência é monitorar, dar visibilidade e disseminar informações sobre o problema, de modo a orientar os esforços das autoridades públicas e da sociedade civil (BRASIL, 2014).

A proporção de pessoas com 18 anos de idade ou mais que sofreram alguma violência ou agressão de pessoa conhecida nos últimos 12 meses anteriores à data da entrevista foi de 2,5% no Brasil. Regionalmente, foi possível observar variações de 2,0%, na Região Sudeste, a 3,2%, na Região Norte. Essa forma de violência ocorreu majoritariamente entre as mulheres (3,1%), enquanto, entre os homens, a proporção foi de 1,8% (BRASIL, 2014).

O estilo de vida nos grandes centros urbanos tem levado as pessoas à falta de tempo para praticar exercícios físicos, dormir tempo suficiente, alimentar-se com qualidade, sendo ainda agravado pela associação de hábitos inadequados como tabagismo, uso de álcool e consumo de alimentos industrializados e produzidos com altas dosagens de agrotóxicos. Esses são, portanto, os mais relevantes determinantes e condicionantes dos atuais fatores de risco para as DCNT.

As desigualdades sociais, o aumento da pobreza e das condições de vulnerabilidade social estão, do mesmo modo, relacionados ao aumento das formas de violência e agravos na saúde.

Como terceira categoria estão as doenças emergentes e reemergentes, que requerem detecção precoce e prevenção. A resposta coordenada a esses eventos é fundamental para prevenir a propagação a fim de evitar, reduzir ou eliminar a disseminação na população (BRASIL, 2014).

Em relação às doenças transmissíveis, o Brasil vem apresentando avanços importantes no seu controle e na capacidade de resposta, principalmente quanto àquelas relacionadas à transmissão hídrica e às imunizáveis. Contudo, quando consideradas as doenças relacionadas à pobreza, como esquistossomose, tracoma e outras cônicas, como tuberculose e hanseníase, apesar de já existir tratamento, o controle ainda é deficitário (BRASIL, 2016).

A Chikungunya, Zika e Dengue também são exemplos da emergência de novos agravos. Doenças causadas pelo vetor *Aedis aegypti* geraram importantes

protocolos de Vigilância em Saúde. No ano de 2015, a Zika foi relacionada aos casos de microcefalia, o que gerou novo agravo à saúde, uma vez que alguns casos de microcefalia passaram de uma doença genética ou de má formação congênita para um agravo relacionado à infecção em decorrência de Zika (BRASIL, 2014).

Muitos dos agravos transmissíveis estão condicionados às transformações ocorridas nos territórios e no modo de ocupação das grandes cidades. Em uma mesma medida, fatores ambientais e transformações climáticas agravam/influenciam a proliferação de alguns vetores de doenças. As condições nas quais os alimentos são produzidos e comercializados no Brasil também interferem no modo como as pessoas estabelecem hábitos saudáveis.

ESPAÇO, TRABALHO E SAÚDE

No Brasil, já existe um campo intelectual dedicado a temas que envolvem ambiente/espaço e saúde, tratando das epidemias, mudanças climáticas, dos impactos da degradação do trabalho ou do uso de agroquímicos na agropecuária e seus efeitos na saúde humana etc. Neste texto, três categorias de análise se fazem presentes: espaço, trabalho, saúde. Essas categorias e as leituras possíveis a partir de suas articulações custam muito caro à Geografia. Embora a questão ambiental esteja sempre presente, nos estudos geográficos faz-se relevante refletir a relação sociedade-natureza.

O que é espaço para a Geografia? Para pensadores como Milton Santos, geógrafo brasileiro, e Doreen Massey, geógrafa inglesa, espaço é entendido como o resultado de múltiplas relações – interações – que os seres humanos estabelecem uns com os outros e também com sua natureza externa. Dessa forma, há uma relação sociedade-natureza. Nós, seres humanos, por meio do trabalho, nos tornamos capazes de nos apropriarmos da primeira natureza – in natura – transformando-a em uma segunda natureza. Por isso a ideia de "socionatural" pode ser utilizada para expressar a permanente e necessária imbricação que as sociedades possuem com sua natureza externa, que é manifestação do processo de humanização.

O trabalho entra nesse ponto como dimensão fundamental da nossa vida, porque, por meio dele, é possível que um determinado elemento da natureza se transforme numa segunda natureza e, consequentemente, se produza espaço.

Visto de forma geográfica, espaço pode ser considerado um sistema de objetos e ações pelo qual interagimos com essa natureza, bem como sofremos os desdobramentos de tal interação.

Os estudos urbanos atuais apontam para uma "fusão sociedade-natureza", a partir da qual a cidade se torna possível. Assim, podemos compreender que o espaço só é possível porque ele é socionatural, uma produção humana que se dá na interação com a natureza. Nesse caso, qualquer possibilidade de hierarquização, de apropriação ou degradação de alguma das partes é um potencial gerador de desequilíbrios. E, nesse aspecto, podemos refletir sob o ponto de vista da saúde.

O espaço é múltiplo, constituído de diversas dimensões, como economia, cultura, política, ambiente, natureza. É constituído também pela multiplicidade dos sujeitos, de culturas, de identidades, de línguas. Em suma, o espaço é múltiplo. E é também multiescalar, visto que vivemos localmente. Mas há um desdobramento global, assim como também há uma relação global-local, de estarmos aqui presentes cotidianamente e, por isso, como diz o Professor Milton Santos, vivermos glocalmente.

Essa relação local-global existe nem sempre marcada por acomodações, podendo ser carregada de tensões entre as nossas identidades e entre a nossa produção socioespacial local com a resistência a uma imposição global que pode ser perversa. Assim, esse espaço também é multiescalar. Ele é material, pois esse sistema de objetos e ações se projeta espacialmente e, dessa forma, produzimo-nos material e espacialmente, como a mesa, as cadeiras, a universidade, a cidade, a nação, os ambientes naturais, culturais, as relações de poder etc.

Por outro lado, há uma imaterialidade. E é possível afirmarmos isso pautando-nos em Milton Santos e Doreen Massey, visto que ainda não há hegemonia na produção geográfica que parta de outras cosmovisões, uma cosmovisão indígena, por exemplo: Quéchua, Aimará ou Kaingang e Guarani.

Se existisse, essa imaterialidade teria ainda a abordagem da espiritualidade, uma vez que são comuns em povos e comunidades tradicionais originárias de práticas espirituais como parte estruturante da saúde dos sujeitos, da sua liberdade e da sua expressão espiritual. Então, quando olhamos para outras cosmovisões, cuja ancestralidade é presente e fundamental – como nos povos orientais e indígenas de todas as partes do mundo – estão presentes princípios de "bem-viver", *buen vivir* ou "viver bem", em que a própria ideia de imaterialidade espiritual é parte essencial do ser humano e do cuidado à sua saúde – parte da lógica da vida.

Em suma, na Geografia, o espaço é material e imaterial ao mesmo tempo, e é muldimensional e multiescalar, seja no cotidiano, no lugar, no país, na paisagem, na região, no território, nas redes.

Utilizando o conceito geográfico de território, devemos ter em mente que pelas relações de trabalho perpassam as relações de poder. Na atualidade, esse conceito permite aos pesquisadores fazer essa reflexão porque houve um avanço epistemológico importante no campo da Geografia, que é muito diferente das tradições ligadas aos estudos da Geografia Política voltada ao Estado-nação, como o território do município, do estado, de um governo.

Em um diálogo com pensadores como Pierre Bourdieu ou Michel Foucault, podemos pensar que o território está presente onde estamos, desde que as relações de poder se estabeleçam, sejam elas materiais ou simbólicas, sejam condições de classe entre pobres e ricos, por diversidades étnicas e culturais quando há divergências religiosas ou de identidade, relações essas que nos fazem "conflitar" cotidianamente.

A partir das contribuições de Michel Foucault sobre o nascimento da clínica ou sobre vigiar e punir, em "A microfísica do poder", podemos pensar o território a partir dessas perspectivas. O território do conhecimento dentro de uma sala, por exemplo, também pode ser uma disputa pelo poder quando focamos nos currículos dos que estão envolvidos. Desse ponto de vista, o território é o conceito mais adequado para essa reflexão.

O trabalho surge, portanto, em uma dupla forma. Primeiramente de forma ontológica, visto que vivemos e nos constituímos porque trabalhamos; o trabalho nos dá uma identidade porque há interferência direta. Ou seja, toda ação tem trabalho envolvido. Em segundo lugar, temos a perspectiva histórica, porque o trabalho na história da humanidade é apropriado pela lógica do capital, pelo capitalismo ou pelas práticas capitalistas.

Essa perspectiva coloca-se como uma dimensão estruturante chamada, por Iztván Meszáros, de metabolismo social do capital. Se havia uma relação direta com a natureza, no capitalismo são criadas inúmeras mediações de segunda ordem. Essas mediações de segunda ordem acabam provocando, de forma muito perversa, a alienação da relação sociedade-natureza – quando a natureza é fundamental na essência humana.

Em outras palavras, a alienação supramencionada materializa-se com estas questões: como está o ar que respiro? De onde vem o alimento da minha mesa?

E a água que bebo? Como se constitui esse ambiente em que estou inserido? Ora, esse ambiente é constituído porque existe natureza!

Entretanto, quando estamos no envoltório da cidade, por exemplo, não nos preocupamos com tais questões, bem como não nos preocupamos com o fato da origem da chuva. Até se reclama muito delas. Mas só temos água para beber a partir do momento que temos a chuva que alimenta os rios e daí em diante. E são as mediações de segunda ordem que fazem a sociedade perder essas dimensões da natureza que são importantes para a vida humana, perdendo-se o raciocínio integral de quanto é importante a natureza para a vida.

Dessa forma, o trabalho, submetido à lógica do capital vai se tornando na nossa história um sustentáculo do modo de produção capitalista. No campo brasileiro, o latifúndio e as grandes propriedades não são novidades, pois se constituíram no processo de acomodação dos que aqui chegaram, ainda no período colonial, no sistema *plantation* no Brasil. Entretanto, o avanço das questões técnicas e científicas no campo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX com a produção de monoculturas de produtos tropicais voltados para exportação, em grandes propriedades (latifúndio), o avanço da mecanização e da agroquímica, da transgenia, da exploração/expropriação de saberes tradicionais, constitui o agronegócio que vem aprofundando as mediações da prática capitalista.

Então existe uma aproximação do que já existia no período colonial, que é resultado de todo o processo de colonização do nosso país, com a forma como se constituiu a estrutura fundiária brasileira. Mas aqui, subordinado aos interesses do capital, além da tecnificação e da agroquímica, houve, e ainda há, a apropriação/exploração do trabalho humano, muitas vezes em condições precarizadas, fator de impacto à Saúde do Trabalhador.

Essa subordinação vai sendo marcada historicamente pelo avanço técnico-científico, vai gerando mecanização, controle e aceleração tempo-espacial da produção. Muitas vezes tal controle é feito de forma cronometrada para promover a aceleração da produção, criando, consequentemente, uma disfunção entre as lógicas da vida e do capital e uma subordinação muitas vezes silenciada pelo próprio trabalhador.

Os processos de integração com o agronegócio – a exemplo dos agricultores de aves, suínos e leite, cujos trabalhadores se autodefinem como agricultores familiares – envolve toda a família e, muitas vezes, são contratadas outras pessoas para atuarem na propriedade. Muitos afirmam que conseguem melhorar a

vida, adquirem carro, conseguem construir uma casa de alvenaria, têm antena parabólica, sentem que estão tendo respostas objetivas, conseguem gerar renda. Entretanto, alguma coisa de outra ordem também mudou, pois não conseguem mais dormir bem, conviver harmonicamente com a família, ter uma participação mais ativa na comunidade, passando por processos de adoecimento, expressos tanto no corpo como no psicológico.

Existem hipóteses de que doenças podem estar emergindo devido ao afastamento dos relacionamentos causado pelos sintomas depressivos e por essa nova ambientação. Esses agricultores familiares têm contratos com as empresas do agronegócio nem sempre muito favoráveis a si próprios, mas esse fato também passa a ser invisibilizado e silenciado pela lógica do capital. Assim sendo, não são consideradas a degradação do trabalho e de suas relações, porque se pautam, na maioria das vezes, no que houve de melhoras objetivas e imediatas (no campo material).

Na região de Chapecó, existem estudos apontando na direção dessas hipóteses.

Isso acontece também com os trabalhadores do fumo. É o caso em uma comunidade tomada pelo fumo no município de Rio Azul, centro-sul do estado do Paraná, em que um agricultor, que se autodefinia agricultor familiar, tinha a família envolvida com a produção fumageira e sofreu a perda de dois filhos. A hipótese levantada pelos observadores é de que essas mortes possam estar vinculadas ao uso intensivo de venenos agrícolas. Entretanto, tal fato necessitaria ser investigado do ponto de vista médico sob rigor científico para se ter certeza de tal associação.

Ou seja, essa subordinação nem sempre é perceptível pelo trabalhador, o qual vê a integração com o agronegócio como uma possibilidade de melhoria das condições de vida dele e de sua família, mas que, na verdade, tem por trás todo esse panorama que ele vive. E quando é questionado a respeito, ele percebe esse lado ruim, mas como suas condições melhoraram, essa realidade ruim se sobrepõe às melhoras objetivas de vida. Ele se mantém nesse processo de integração e nesse modelo de desenvolvimento em vez de se dedicar a uma prática agroecológica ou a uma agricultura orgânica, pois ele teria mais dificuldades por falta de incentivos financeiros, além do custeio, da formação e outros fatores. Não há incentivo suficiente para uma mudança de produção.

O trabalhador é aquele que vive do trabalho, ou uma classe que vive do trabalho, como diz o professor Ricardo Antunes, que pode ser compreendido

como sendo o trabalhador "produto-produtor de espaço", por isso a relação 'trabalho-trabalhador-espaço'. E a saúde pode ser vista, como define oficialmente a Organização Mundial da Saúde, como "um completo bem-estar físico, mental e social". E, se agregarmos outras cosmovisões, entraria a dimensão espiritual como parte desse "completo bem-estar", "completo viver bem" ou "completo bem viver".

Existe um conceito que vem sendo trabalhado na Geografia pelo Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET), o de "territórios da degradação do trabalho" (HECK; THOMAZ-JÚNIOR, 2012), que nos ajudará nessas reflexões. Esses territórios da degradação do trabalho acabam tensionando e criando uma disfunção entre a lógica da vida e a lógica do capital, que desemboca nos trabalhadores em consultórios médicos e nos prontos-socorros.

Usamos o conceito de território não só para problematizar a relação de poder entre patrão e empregado, entre chefias e subordinados, mas também pelo fato de que o conjunto dessas degradações acabam constituindo e possibilitando, inclusive, mapear onde estariam esses territórios de degradação do trabalho ou onde estariam os territórios com práticas de degradação do trabalho, espacialmente falando. Trouxemos alguns elementos para se entender o que é esse território de degradação do trabalho.

Temos a resistência de uma racionalidade fordista ainda marcada pela produção em série, mesmo numa perspectiva de acumulação flexível, característica da contemporaneidade, que significa produzir, quando o mercado solicita, produção no tempo certo. Mas algumas práticas continuam lá no interior, nas entranhas da produção, ainda como modelo fordista, caso das indústrias automobilísticas, dos frigoríficos, mesmo quando parte da produção é mecanizada.

Dessa forma, uma parte dessa produção ainda segue uma racionalidade de cronometrar o tempo de trabalho, de controlar, de estratificar, de fazer uma divisão ainda mais estratificada do trabalho – subordinada. Nesse sentido, as mulheres ocupam uma parte na esteira de produção e os homens outra; ou há estrangeirização do trabalhador, como os haitianos e os senegaleses que ocupam uma parte da produção dos frigoríficos em Chapecó e os brasileiros ocupam outra parte. Além disso, ocorre o achatamento salarial permanente dos trabalhadores desse ramo da produção econômica vis-à-vis a sua desqualificação do mesmo em termos salariais.

Existe o Relatório 2005-2011 sobre o perfil de agravos à saúde de trabalhadores de Santa Catarina, do qual partimos para atualizar os dados e para olhar

como possibilidades de pesquisa, visto que ele aborda muito a questão de afastamentos do trabalho e uso de medicamentos para casos de depressão causados por tensão em ambiente de trabalho.

O trabalho pode se degradar por vários motivos, como pelo uso de uma cadeira inapropriada, que pode gerar, ao longo do tempo, impactos na saúde do trabalhador. O ambiente degradante do trabalho passa por pequenas coisas que acabam sendo desconsideradas, mas que são parte fundamental da vida do trabalhador, bem como transcende a ideia de ambiente de trabalho atingindo a vida no território. Ou seja, essa degradação vai do ambiente de trabalho e chega à residência, atingindo a família e a vida pessoal. Podemos considerar ambientes com maior potencial de degradação do trabalho na produção do fumo, no uso intensivo de agrotóxicos, no trabalho com a cana e na produção de carvão.

Não é difícil identificar a racionalidade cartesiana e fordista de controle de tempo e controle do trabalho em algumas empresas que, ao longo da vida de um trabalhador de 15-20 anos na mesma função, certamente impactará na sua saúde. Vejamos um exemplo a partir do relato de um trabalhador de frigorífico, discutidos por Heck (2013):

> Lá no cone não muda muito né, cada um tem a sua tarefa pra fazer né, que nem a minha tarefa é meia hora eu penduro frango nos cones... 38 por minuto [...] que daí eu retiro asa e refilo peito e esses daí também é 38 por minuto, é a mesma meta.
>
> (Trabalhador, Frigorífico, Toledo-PR)

> [...] tinha dia que eu chegava em casa quebrada não conseguia fazer nada, dormir mesmo eu tinha que dormir a base de remédio tanto que quando eu encostei no primeiro ano que eu fiquei afastada eu tomei remédio controlado durante um ano pra eu poder dormir eu não conseguia dormir por causa das dores.
>
> (Trabalhadora, Frigorífico, Toledo-PR)

Esses são trabalhadores de Toledo-PR, mas também há nos frigoríficos da região de Chapecó uma cadeia produtiva que depende dessa produção cronometrada, controlada, e que acaba sendo a fonte de muitos desequilíbrios para os trabalhadores. E, se fosse proposta uma pesquisa em tal sistema desde o início, do trabalhador que tem um aviário na propriedade até a etapa final de comercialização, possivelmente teríamos outros desdobramentos.

Considerando os dados do relatório do Ministério da Previdência e da Saúde sobre benefícios e afastamentos entre 2005 e 2011, o número de auxílios por acidente de trabalho passou de 143.512 benefícios (2005) para 277.198 benefícios (2011) no Brasil. No caso do número de aposentadorias por invalidez por acidente de trabalho, o crescimento foi exagerado, uma vez que os registros mostram um aumento que passou de 52 solicitações (2005) para 1.407 solicitações (2011). Esses dados são oficiais, então, esse número pode ser muito maior. Há que se questionar por que nem sempre o Estado mostra os dados com muita franqueza.

Em Santa Catarina, considerando o mesmo relatório, o número de solicitações de auxílio-doença por acidente de trabalho passou de 10.430 (2005) para 22.160 (2011). Segundo este relatório, esta modalidade de auxílio é demandada por trabalhadores que atuam nos seguintes ramos: 1º) abate de suínos e aves; 2º) confecção de peças de vestuário; 3º) transporte de carga rodoviária; 4º) fabricação de móveis; 5º) indústria da construção civil. Já quando observamos outra modalidade, como é o caso da aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, a ordem muda um pouco: 1º) indústria da construção civil; 2º) abate de suínos e aves; 3º) desdobramento de madeira; 4º) transporte de carga rodoviária; 5º) confecção de peças de vestuário.

No caso dos afastamentos relacionados de trabalhadores do abate de suínos e aves, ramo comum no Oeste de Santa Catarina, o número de afastamento de mulheres é maior que o de homens. O acumulado dos anos 2005-2011 de mulheres resulta quase o dobro que o de homens. Em 2008 foi o auge.

Considerando que nos anos seguintes a 2008 houve uma redução de afastamentos de homens e mulheres, podemos supor que alguma medida possa ter sido tomada ou esses trabalhadores não pediram os benefícios. A média de período de afastamento dos trabalhadores é de 169 dias. A idade média dessas pessoas é de 37 anos, e as patologias que mais aparecem são episódios depressivos, dorsalgias e lesões no ombro.

No caso do uso dos agrotóxicos, segundo a ANVISA, por meio de relatório publicado em 2009, os dez alimentos que possuem níveis de agrotóxicos perigosos acima das recomendações ou os proibidos para as culturas são: 1º) pimentão (80,0%); 2º) uva (56,4%); 3º) pepino (54,8%); 4º) morango (50,8%); 5º) couve (44,2%); 6º) abacaxi (44,1%); 7º) mamão (38,8%); 8º) alface (38,4%); 9º) tomate (32,6%); 10º) beterraba (32,0%).

Observando o atlas de uso de agrotóxicos no Brasil, elaborado pela Prof[a] Larissa Mies Bombardi (2016), do Laboratório de Geografia Agrária da USP, podemos constatar que em Santa Catarina, entre 1999-2009, registrou-se mais de 4.000 mil casos de intoxicação por agrotóxico devido ao uso agrícola. Os dados ainda apontam que neste período ocorreram cerca de 70 casos de morte.

Finalizamos esta seção, corroborando a compreensão de que

> a dinâmica da história não é resultado de uma força externa, misteriosa, qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real na linha ou da manutenção ou da mudança de uma dada concepção de mundo (MESZÁROS, 2008).

Assim, cabe perguntarmos que tipo de médicos, engenheiros, professores, agrônomos, entre outros profissionais, queremos ser diante dessa realidade que está posta, que é complexa, contraditória e desafiadora. É preciso salientar que a dinâmica da história não está dada. É possível movimentar "essa roda". E isso aumenta ainda mais a nossa responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de formação acadêmica é, e sempre será, salutar instigar a reflexão acerca de questões que abarquem uma maior gama de abordagens epistemológicas, de forma a qualificar o profissional que daí emergir. Assim, tratar de questões que envolvam outros campos dos saberes, e também de suas práticas, foi o objetivo precípuo e central dos diálogos aqui apresentados.

Na contemporaneidade não cabe mais questionar-se sobre a influência das condições dos diferentes ambientes nos processos de saúde e adoecimento das populações, uma vez que as intervenções ambientais sabidamente participam na emergência e re-emergência de doenças.

Esse quadro é agravado quando considerado o modelo de sociedade capitalista que, no ímpeto de aumentar o consumo, não se preocupa com os danos dele advindos, seja na degradação ambiental, seja nas relações de trabalho.

Nesse sentido, Navarro et al. (2002, p. 42) afirmam:

> a produção e a organização do espaço pela sociedade moderna realizam-se através do processo de trabalho. Na análise da organização social do espaço, a relação sociedade/natureza se faz através do trabalho que, por ser um ato social, leva a transformações territoriais para a construção de espaços diferenciados, conforme os interesses da produção no momento.

Desse modo, em um sistema como o descrito pelos pesquisadores, caso não existam os devidos cuidados com a definição e adequação do espaço em modificação/transformação, inevitavelmente, estará comprometida a saúde dos trabalhadores e das populações envolvidos em tal sistema.

Agregadas a essas questões estão as modificações decorrentes dos processos de transição demográfica e epidemiológica, que repercutem sobre a conformação social e as formas como essa sociedade vive, adoece e morre. O resultado que se vislumbra, com essa transição, é de uma diversidade de formas de inserção social que vão refletir na distribuição desigual dos espaços e, consequentemente, dos diferentes perfis epidemiológicos (CZERESNIA; RIBEIRO, 2000).

Por fim, considerando que "toda sociedade, em determinadas condições históricas, gera sua geografia e modela sua ecologia, e as mudanças que ela provoca contribuem, por sua vez, para sua própria transformação e a de seus modos de adoecer e morrer, bem como de se proteger e de promover a saúde", como proposto por Breilh (2006, p. 227), propomos uma reflexão sobre o quanto é importante entender os processos da construção do espaço socionatural e das suas implicações nas condições de vida e saúde das populações. Afinal, o modo de pensar os processos de saúde e doença somente obtiveram avanços significativos após o campo da saúde ter retirado o foco central da doença biológica e passado a adotar os conceitos de espaço e território, dando protagonismo aos determinantes sociais na prática cotidiana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei 8080/1990*. Regulamenta o Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm. Acesso em: 28 out. 2016.

BRASIL. *Plano Nacional de Saúde 2016 a 2019*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2016/docs/PlanoNacionalSaude_2016_2019.pdf Acesso em: 28 out. 2016.

BRASIL. *Pesquisa Nacional de Saúde 2013:* acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências. Brasil, grandes regiões e unidades da federação/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

BREILH, J. *Epidemiologia crítica:* ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 227-228.

CAMPOS, G. W. S et al. *Tratado de Saúde Coletiva.* São Paulo: Hucitec, 2009.

CARNEIRO, F. F. (org.) Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. *In: Dossiê ABRASCO:* um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 90-191.

CARVALHO, A.I.; BUSS, P.M. Determinantes Sociais na Saúde, na Doença e na Intervenção. *In:* GIOVANELLA, L. (org.) *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

CZERESNIA, D; RIBEIRO, A.M. O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica. *Cad. Saúde Pública,* Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.595-605, 2000.

DELGADO, G. Questão Agrária e Saúde. Temas Fundamentais da Reforma Sanitária. *Coleção Cidadania para a Saúde.* Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

GALVÃO, L. A. C.; Finkelman, J; HENAO, S. (org.) *Determinantes Ambientais e Sociais da Saúde.* Organização Pan-Americana da Saúde Washington, DC: OPAS, 2011.

HECK, Fernando; THOMAZ-JÚNIOR, Antônio. Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil. *Anais do VII Seminário de Saúde do Trabalhador e VI Seminário "O Trabalho em Debate".* Franca-SP: UNESP, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Resultados:* populações e domicílios em grandes estatísticas. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html. Acesso em: 28 out. 2016.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço:* uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NAVARRO, M. B. M. A. *et al.*, Doenças emergentes e reemergentes, saúde e ambiente. *In:* MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (org.). *Saúde e ambiente sustentável:* estreitando nós. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002, p. 37-49.

PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. *Saúde Coletiva:* teoria e prática. Rio de Janeiro: Medbook, 2014.

PELLEGRINI FILHO, A.; BUSS, P.; ESPIRIDIÃO, M. A. Promoção da Saúde e seus Fundamentos: Determinantes sociais de Saúde, Ação Intersetorial e Políticas Públicas Saúdáveis. *In:* GIOVANELLA, L. (org.). *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

SANTA CATARINA. *Relatório de Pesquisa:* perfil de agravos à saúde em trabalhadores de Santa Catarina. Instituto Fator Humano, 2005-2011.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

TAMBELLINI, A. T.; MIRANDA, A. C. Saúde e Ambiente. *In:* TAMBELLINI, A.T.; MIRANDA, A. C. *In:* GIOVANELLA, L. (org.). *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

TAMBELLINI, A. T.; MIRANDA, A. C. Desenvolvimento, Trabalho, Saúde e Meio Ambiente. Temas Fundamentais da Reforma Sanitária. *Coleção Cidadania para a Saúde.* Rio de Janeiro: CEBES, 2012.